ACNUR Brasil • 2022

Diagnósticos para a promoção da autonomia e integração local de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus: pesquisa de perfil socioeconômico e laboral



UNHCR ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

AVSI BRASIL

Realização
POLIS pesquisa



Prefácio

©ACNUR/Felipe Irnaldo

Nos últimos anos, o número de pessoas deslocadas de forma forçada tem aumentado em escopo, escala e complexidade. Atualmente, mais de 84 milhões de pessoas foram forçadas a deixar suas cidades como solicitantes de refúgio, refugiados, deslocados internos e outras pessoas com a necessidade de proteção Internacional, sem mencionar refugiados de crises mais recentes como no caso do Afeganistão e da guerra da Ucrânia.

Estas populações deslocadas têm sido acolhidas graças a generosidade dos países anfitriões e o apoio de doadores nacionais e internacionais, que junto com os atores humanitários tem proporcionado proteção e assistência a essa população, com o oferecimento de soluções duradouras e sustentáveis.

A frequência e ampliação da escala das emergências humanitárias trouxe apetite por novas abordagens que vão além da percepção de que o deslocamento forçado é apenas um desafio humanitário, constituindo também desafio da cooperação Internacional e para o desenvolvimento.

A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 2015, têm o compromisso de "*não deixar ninguém para trás*" e forneceram um aparato poderoso para a inclusão de refugiados no planejamento para o desenvolvimento socioeconômico. O Pacto Global sobre Refugiados, de 2018, também assume compromissos inovadores em termos de solidariedade internacional, compartilhamento de ônus e responsabilidades. O ponto central dessa abordagem é garantir o engajamento de uma coalizão muito mais ampla, incluindo atores de desenvolvimento e do setor privado, para atender às necessidades imediatas e de longo prazo dos refugiados e das comunidades anfitriãs em apoiá-los a se tornarem mais resilientes e autossuficientes.

No início de 2022, estimava-se que mais de 6 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos haviam deixado o seu país de origem. Destes, aproximadamente 350 mil tiveram como destino o Brasil. Situações como esta geram muitos desafios, mas também podem constituir oportunidades para o desenvolvimento. Há, nos últimos anos, um reconhecimento crescente de que pessoas refugiadas e migrantes podem contribuir para as comunidades anfitriãs e para as economias locais, se a entrada no mercado de trabalho e outras formas de subsistência forem facilitadas e as barreiras às inclusões, removidas. Muitas cidades já desenvolveram iniciativas criativas e inovadoras de coesão e integração social.

O recente fluxo de refugiados e migrantes vindos da Venezuela passa majoritariamente pelo estado de Roraima e têm no Amazonas e, principalmente, em sua capital Manaus e principal economia da a região norte do país, um ponto de inflexão entre permanecer ainda próximo da fronteira ou seguir país adentro.

O ACNUR teve escritório aberto em Manaus pela primeira vez em 2007 até o ano de 2014. Desde então, muito mudou no perfil da população que busca a cidade para reconstruir sua vida. Em 2017, o escritório em Manaus foi reaberto diante do deslocamento de pessoas venezuelanas e vem contribuindo, junto de seus parceiros, no apoio à resposta humanitária junto ao estado e município, Operação Acolhida, sociedade civil e setor privado.

O engajamento das contrapartes públicas, somada ao caráter inovador da sociedade civil local e à pujança econômica da cidade, faz com que Manaus seja palco de intervenções sólidas para a garantia de proteção e soluções para refugiados. O ACNUR, junto a parceiros, promove o acesso de refugiados à rede socioassistencial local, apoia o abrigamento desta população junto ao estado e município – inclusive durante processo de trânsito para interiorização a outros municípios do Brasil –, presta apoio àquelas pessoas com necessidades específicas de proteção, promove atividades de proteção de base comunitária e de coexistência pacífica, oferece capacitações profissionais, cursos de língua portuguesa e orientações para a entrada no mercado de trabalho brasileiro, e promove o acesso a vagas de trabalho, com vistas a oportunizar a integração local das pessoas refugiadas e migrantes no Amazonas.

Nesse sentido, este relatório busca traçar o perfil socioeconômico das pessoas venezuelanas que vivem em Manaus com o objetivo de apoiar o planejamento de ações mais focalizadas que respondam de modo mais direto e assertivo a promoção de subsistência e autonomia da população refugiada e migrante complementando, sem sobreposição, ao arcabouço das políticas públicas existentes a promover um desenvolvimento local mais sustentável. Pessoas refugiadas não devem ser deixadas para trás e com suas capacidades podem contribuir com o crescimento e diversificação da economia local apoiando o desenvolvimento das comunidades anfitriãs.



José Egas

Representante do ACNUR – Agência da ONU para Refugiados no Brasil

A construção, formação e história do povo brasileiro é desde os primórdios marcada pelos deslocamentos humanos, movimentos dos povos originários e povos estrangeiros, que em sua maioria são forçados pela precariedade dos meios de vida, por condições violadoras da dignidade da pessoa humana a mudarem-se. Cada uma das pessoas que se desloca dos seus locais de origem sonha com uma vida melhor para si e para os seus, um trabalho melhor, condições de saúde, estudo, assistência social e segurança melhores.

Dentro deste contexto, cabe ao Ministério Público do Trabalho, juntamente com outros atores das instituições internacionais e nacionais, governamentais e não governamentais, pensar em soluções, propostas para enfrentar os desafios afetos a refugiados e migrantes adotando medidas efetivas para correção das desigualdades sociais que são potencializadas pelo sistema e pela dinâmica de mobilidade social forçada, mas, mais que isso, nos compete monitorar as respostas e promover constantes ajustes, adaptando-os a dinâmica que envolve os deslocamentos e a execução de soluções.

Na prática o Ministério Público do Trabalho assim como todos os órgãos e organismos que atendem refugiados e migrantes se deparam, com aspectos que submetem boa parte deles situação de extrema vulnerabilidade, colocando-os em situações de superexploração de trabalho, discriminação no emprego, precariedades na inserção laboral, menores rendimentos pelos serviços prestados, alocação em subocupações e outras situações. Fora todas essas questões temos situações ainda mais graves que afetam de maneira mais vil os refugiados e migrantes, pela precariedade e premência de sobrevivência, tornam-se alvos mais fáceis trabalho escravo, de situações de exploração sexual e tráfico de pessoas.

Os achados da presente pesquisa apontam para duas realidades no Município de Manaus, que, embora possam inicialmente parecer opostas ou de difícil conjunção, indicam uma mesma direção. O primeiro achado, já bastante observado nos contextos de movimentações humanas, inclusive forçadas, é aquele de uma população deslocada que se encontra sujeita à condições por vezes extremamente precárias de trabalho e geração de renda enquanto buscam reconstruir suas vidas em um novo país, procurando segurança e melhores condições para si e seus filhos.

O segundo achado, remete ao enorme potencial que essas pessoas trazem consigo e a enorme vontade de serem inseridas em atividades que proporcionem o seu desenvolvimento econômico, financeiro e social, pois trazem em sua bagagem não apenas sonhos e saudades, mas, também experiências profissionais e de vida que as habilitam a integrarem e contribuírem na miscigenação da sociedade brasileira, não só no mercado de trabalho e na geração de renda, mas também para mudança social e para a construção da diversidade e uma sociedade mais justa, igualitária e garantidora dos direitos fundamentais de todas as pessoas, independente de nacionalidade.

Esses achados demonstram a necessidade e o contínuo esforço, concentrado e dialógico para efetivar os direitos sociais de refugiados e migrantes. Trabalho que só será exitoso se todos: poder público, sociedade civil, setor privado e organismos internacionais atuarem em colaboração e com criatividade.

Nesse sentido, nós do Ministério Público do Trabalho esperamos caminhar juntos para permitir aos refugiados e migrantes o acesso à cidadania, ao trabalho em condições dignas, à promoção do desenvolvimento local e nacional a partir das capacidades que essas populações podem agregar a todo o sistema econômico e de direitos, sem discriminação e sempre pautados na vigilância constante para enfrentarmos tantos desafios.

Temos certeza de que juntos e juntas alcançamos muito por meio de ações que somente um trabalho coletivo é capaz de legar.

Forte e sereno abraço.



Alzira Melo Costa

Procuradora Chefe do MPT- Ministério Público do Trabalho no Amazonas e Roraima

Coordenadora Colegiada do Grupo de Trabalho Nacional sobre o Fluxo Migratório da Venezuela, (Código 02001-22)



Sumário

©ACNUR

Prefácio . . . 2
Apresentação . . . 8
Metodologia . . . 9
Relatório Analítico . . . 11
Conclusões e Encaminhamentos . . . 73
Anexo: Aspectos Metodológicos . . . 77

Relatório analítico

Bloco 1: Deslocamento, Documentação, Família e Morada

Deslocamento . . . 12
Informações sobre documentação, a morada e a família . . . 13
Densidade domiciliar e composição familiar . . . 14
Perfil das famílias principais . . . 15
Composição familiar segundo grupos etários . . . 16
Composição familiar de grupos etários em idade escolar . . . 18

Bloco 2: Mobilidade e Conectividade

Mobilidade . . . 21
Acesso à internet . . . 21
Acesso a computador conectado à internet . . . 22
Acesso às redes sociais . . . 22

Bloco 3: Perfil Educacional

Escolaridade e formação profissional . . . 24
Formação escolar, experiência prática e treinamento profissional . . . 24

Bloco 4: Perfil profissional e situação ocupacional

Situação ocupacional e força de trabalho . . . 28
Força de trabalho: Brasil, Amazonas e Manaus em perspectiva . . . 32
Empregabilidade em segmentos econômicos . . . 33
Inserção no mercado laboral e horas trabalhadas . . . 33
Procura por trabalho . . . 35
Curso de qualificação profissional no Brasil . . . 40
Conhecimento sobre legislação trabalhista . . . 42

Bloco 5: Renda

Rendimentos do trabalho . . . 44
Rendimentos do trabalho na família principal . . . 44
Pessoas trabalhando na família principal . . . 46
Acesso a benefícios sociais . . . 47
Renda familiar e renda *per capita* . . . 47
Renda familiar e variáveis associadas . . . 48
Renda familiar necessária para a sobrevivência . . . 49

Bloco 6: Capital social e futuro

Deslocamento para outros estados . . . 52
Planos para o futuro . . . 55
Bem-estar . . . 55
Discriminação . . . 60
Proficiência em língua portuguesa . . . 61

Bloco 7: Determinantes da renda familiar

Modelos de Regressão . . . 67



©ACNUR/Felipe Irnaldo

Apresentação

O contexto da crise humanitária vivenciada pela Venezuela resulta no mais intenso deslocamento forçado da história recente da América Latina: em todo o mundo, os países de acolhida reportavam, até 05 de março de 2022, 6.096.382 pessoas, entre refugiados reconhecidos, solicitantes de refúgio e migrantes venezuelanos, das quais 5.046.907 na América Latina e Caribe[1]. O Brasil é o sétimo maior anfitrião de venezuelanos deslocados no mundo, sendo o quinto da América do Sul: em fevereiro de 2022 havia oficialmente no Brasil mais de 325 mil refugiados e migrantes venezuelanos, segundo dados da Polícia Federal disponibilizados pela Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela (R4V)[2]. Desses, mais de 49 mil são refugiados reconhecidos, quase 94 mil são solicitantes de refúgio e mais de 184 mil têm outra autorização temporária ou permanente de residência no Brasil.

As pessoas refugiadas e migrantes de nacionalidade venezuelana chegam ao Brasil sobretudo através da fronteira entre Santa Elena de Uairén, na Venezuela e Pacaraima, no estado de Roraima, sendo que muitas seguem para a cidade de Manaus[3]. Sem um levantamento censitário que identifique quantos são, em que bairros estão e em que condições vivem os refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus, essa pesquisa se destina a traçar o perfil socioeconômico e laboral da população refugiada e migrante venezuelana residente na cidade, contribuindo para um diagnóstico que forneça base para ações direcionadas a promover a inserção dessa população no mercado de trabalho, geração de renda e integração à sociedade brasileira, aumentando oportunidades para a conquista de sua autonomia e autossuficiência.

1 - https://www.r4v.info/pt/node/423. Estima-se que esse número seja ainda maior, uma vez que várias fontes governamentais não contabilizam aquelas pessoas sem status migratório regular.

2 - www.r4v.info/pt/brazil.

3 - De acordo com estimativa da Plataforma R4V, o estado do Amazonas possui quase 40 mil venezuelanos espalhados pelo seu território, ao passo que, segundo Painel de Informações Sociais para Refugiados e Migrantes Venezuelanos, somente Manaus, a capital do estado têm quase 15 mil venezuelanos registrados no Cadastro Único para Programas Sociais. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmVmNGNkOWEtZjQ2Yi00ZjFlLWExMzQtMjAxNjg2YjMxMzM3IiwidCI6IjE1ODgyNjJkLTIzZmItNDNiNC1iZDZlLWJjZTQ5YzhlNjE4NiIsImMiOjh9&pageName=ReportSection70adb8fb60dadd4725c0>.



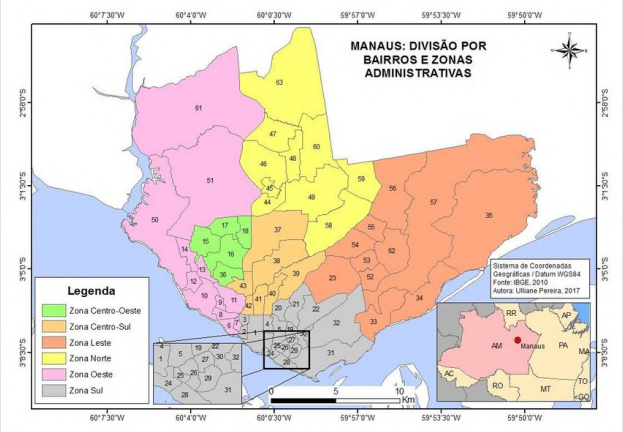
©ACNUR

Metodologia

TERRITÓRIO

Constitui território de interesse desta pesquisa os 2435 setores censitários[4] de Manaus, distribuídos em seis regiões: Sul, Centro-Sul, Oeste, Centro-Oeste Norte e Leste.

Mapa de Manaus em divisão por bairros e zonas administrativas



Fonte: IBGE, 2010, elaborado por Uliane Pereira.

QUESTIONÁRIO E APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

O questionário de *survey* para esta pesquisa, de caráter quantitativo, foi desenvolvido com foco na coleta de informações sociodemográficas dos arranjos familiares de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, sendo o respondente o ponto focal da família e/ou o seu companheiro(a)/marido ou esposa. Foram coletados dados das moradias, da composição familiar, presença de crianças e jovens de 6 a 18 anos nas escolas; conectividade e acesso às redes sociais; mercado de trabalho; proficiência em português; capital social; além do interesse em manter-se em Manaus ou mudar-se para outros estados do Brasil.

O levantamento de campo foi realizado entre os dias 6 e 14 de outubro de 2021.

PLANEJAMENTO AMOSTRAL

Na ausência de informações censitárias sobre a população de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas residentes em Manaus, o planejamento amostral empregou uma estratégia que combinou dois tipos de seleção para cada metade da amostra (*split sample*): 1) a seleção probabilística, aleatória e sistemática; e 2) a seleção pela técnica não probabilística denominada "bola de neve". Importa ressaltar que a pesquisa abrange a população refugiada, solicitante de reconhecimento da condição de pessoa refugiada e migrante venezuelana não indígena, sendo a população indígena considerada para pesquisa específica futura de perfil socioeconômico e profissional particular dessa população.

4 - IBGE/Censo 2010. Setores urbanos e rurais.

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS: GÊNERO, FAIXA ETÁRIA, RAÇA E RELIGIÃO

Entre os respondentes da amostra, 65,9% são do gênero feminino e 34,1% do gênero masculino. Há maior presença de mulheres do que de homens na amostra bola de neve.

Estão na faixa etária de 18 a 24 anos 15,5% dos respondentes da amostra; 22,9% têm entre 25 e 29 anos; 34,6% estão na categoria de 30 a 39 anos; 17,9% têm entre 40 e 49 anos; 6,4% estão na faixa de 50 a 59 anos; e 2,6% têm mais de 60 anos. As diferenças entre as duas metades da amostra não são estatisticamente significantes.[5]

5 - Qui-quadrado=3,934, p=0,559, em α= 0,05

Tabela 1: Distribuição da amostra segundo Faixa Etária por Gênero

		Masculino	Feminino	Total
Até 24 anos	n	16	49	65
	%	11,2%	17,8%	15,5%
25 a 29 anos	n	32	64	96
	%	22,4%	23,2%	22,9%
30 a 39 anos	n	50	95	145
	%	35,0%	34,4%	34,6%
40 a 49 anos	n	29	46	75
	%	20,3%	16,7%	17,9%
50 a 59 anos	n	8	19	27
	%	5,6%	6,9%	6,4%
60 anos ou mais	n	8	3	11
	%	5,6%	1,1%	2,6%
Total	n	**143**	**276**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Entre respondentes da amostra, 43,9% se definem como pessoas pardas, 26,7% brancas, 21,7%, mestiças, 6,9% pretas e 0,7% indígena[6]. Não há diferença estatística significante[7] entre a amostra extraída da lista de referência do ACNUR e a amostra bola de neve.

São pessoas católicas 29,6% da amostra; 18,1% integram igrejas evangélicas (que não a batista); 10,3% são evangélicas batistas; 8,6% se definem como cristãs, sem indicação de religião específica; 30,3% declaram-se pessoas que acreditam em Deus, mas não têm religião; 0,7% não acreditam em Deus; 2% seguem outras religiões; e 0,5% não responderam. Não há diferença estatística significante[8] entre a amostra extraída da lista de referência do ACNUR e a amostra bola de neve.

Responsável técnica pela pesquisa:
Bertha Maakaroun, doutora em Ciência Política e diretora técnica da Pólis Pesquisa

6 - O foco da pesquisa e, portanto, a consideração da amostra, se voltam a análise do perfil socioeconômico e laboral da população não indígena venezuelana residente em Manaus. 0,7% dos respondentes se autodeclararam indígenas durante a entrevista, quantia que está dentro do intervalo de confiança e não inviabiliza as considerações para a população não indígena.

7 - Qui-quadrado=6,407, p=0,171, em α= 0,05.

8 - Qui-quadrado=4,817, p=0,777, em α= 0,05.



Relatório Analítico

Bloco 1
DESLOCAMENTO, DOCUMENTAÇÃO, FAMÍLIA E MORADA

©ACNUR/Felipe Irnaldo

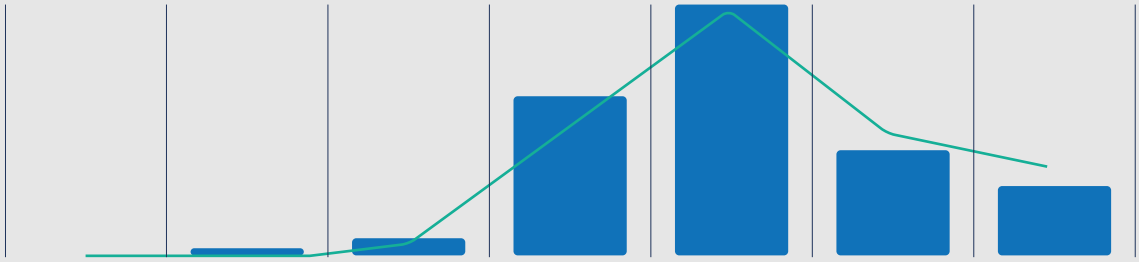
DESLOCAMENTO

Segundo dados obtidos pela pesquisa, as pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas que atualmente estão em Manaus entraram no Brasil sobretudo a partir de 2018, tendo o ano de 2019 registrado a quantidade de entradas no Brasil mais intensa. Assim, 25,8% dos respondentes entraram no Brasil em 2018; 40,3%, em 2019; 17,7% em 2020 e 11,9% em 2021. Entre 2015 e 2017, 4,2% deixaram o país vizinho e chegaram ao Brasil. Tal distribuição foi também afetada pelo contexto de restrição oficial das fronteiras entre Brasil e Venezuela no período de 18 de março de 2020 a 23 de junho de 2021[9], em decorrência da pandemia de COVID-19.

A intensidade do deslocamento para a cidade de Manaus segue um padrão similar: entre 2015 e 2017, apenas 3,3% chegaram à capital amazonense. A partir de 2018, o fluxo foi crescente até o pico registrado em 2019, quando 39,4% pessoas da amostra chegaram à cidade. Em 2020, foram 20,5% e em 2021, 15% das pessoas se deslocaram para Manaus.

9 - Entre 18 de março de 2020 e 23 de junho de 2021, as fronteiras terrestres do Brasil com a Venezuela foram restringidas em decorrência da pandemia. A portaria 655, de 23 de junho de 2021, foi a primeira após março de 2020 a dispor sobre as medidas excepcionais e temporárias para a entrada no Brasil pelas fronteiras terrestres, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020. Durante o período da pandemia em que as fronteiras ficaram restritas, houve fluxos de deslocamento irregulares com entradas por Pacaraima, em Roraima.

Gráfico 1: Ano de chegada no Brasil e em Manaus n=419



	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Brasil	0,2%	0,7%	3,3%	25,8%	40,3%	17,7%	11,9%
Manaus	0,2%	0,2%	2,9%	21,7%	39,4%	20,5%	15,0%

Manaus é a primeira opção de cidade brasileira para permanência de 80,7% das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas atualmente instaladas na capital amazonense que integram a amostra, que ao entrar no Brasil ou seguiram diretamente para ela ou fizeram uma paragem por menos de um mês em outra cidade, antes de seguirem para Manaus.

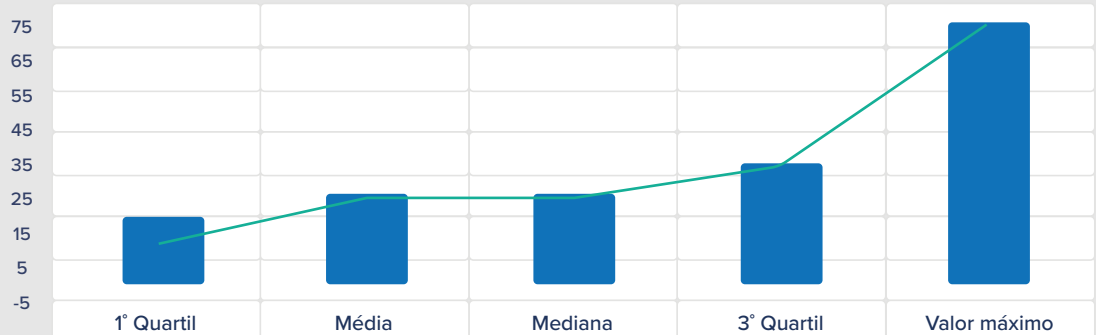
19,3% dos respondentes indicaram terem se instalado em outra cidade por mais de um mês antes de seguirem para Manaus, permanecendo em média 9,1 meses na cidade anterior. Dos 25% que levaram menos tempo antes de seguir para Manaus, fizeram-no em até 2 meses (1º quartil); outros 25% que demoraram mais permaneceram em outra cidade entre 14 meses (3º quartil) a até 41 meses (valor máximo da distribuição) antes de seguirem com destino a Manaus. A mediana[10] da distribuição é de 7 meses.

As pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas que vivem hoje em Manaus e participam desta pesquisa estão em média há 26 meses no Brasil (dois anos e dois meses), sendo este período também a mediana. Aqueles 25% da amostra (1º quartil) que chegaram há menos tempo estão no país há até 19 meses (um ano e sete meses); e os 25% (3º quartil) com mais tempo no país estão entre 35 meses (dois anos e onze meses) a até 75 meses (seis anos e três meses).

10 - Enquanto a média é calculada pela soma dos valores dividida pelo número total de valores, a mediana é calculada listando-se todos os valores em ordem crescente e localizando qual encontra-se no centro dessa distribuição. Assim, a mediana indica exatamente o valor que está na posição central das respostas da amostra, indicando que metade dos respondentes tiveram respostas inferiores a esse valor, enquanto a outra metade estaria acima do valor.

Ao mesmo tempo, os respondentes da pesquisa indicam terem se instalado na cidade de Manaus há, em média, 24,4 meses (cerca de dois anos), tempo apenas um pouco inferior ao seu tempo médio de estada no Brasil, o que se explica pelo fato de 80,7% deles já chegarem ao país tendo Manaus como o destino, enquanto outros estiveram em demais cidades do Brasil por um período antes de chegarem a Manaus.

Gráfico 2: Quantidade de meses de permanência no Brasil e em Manaus n=419



	1° Quartil	Média	Mediana	3° Quartil	Valor máximo
Meses no Brasil	19,0	26,0	26,0	35,0	75,0
Meses em Manaus	12,0	24,4	25,0	34,0	75,0

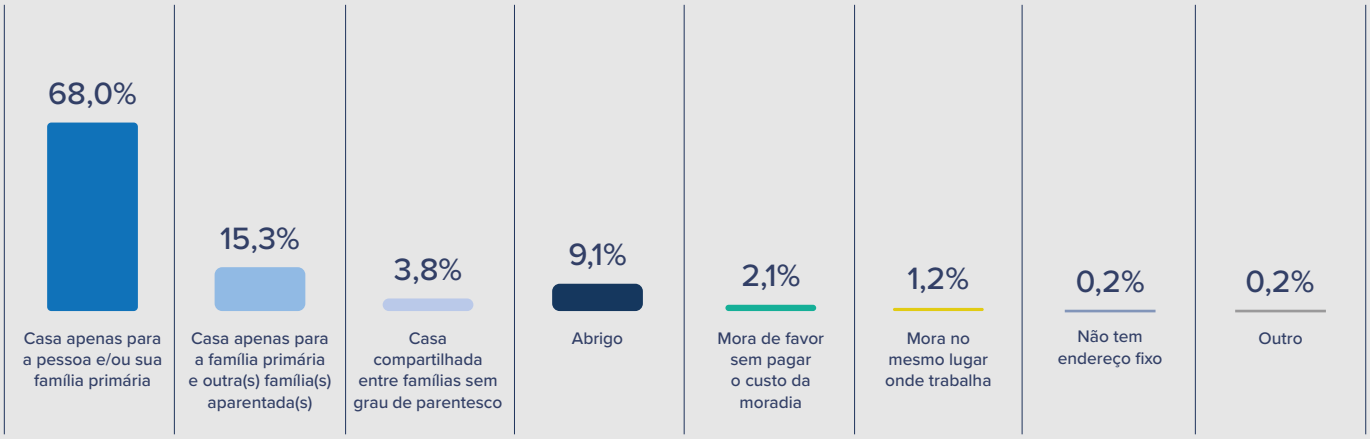
O tempo de estada em Manaus não está associado à região em que estão instalados na cidade. Também, não há diferença estatística relevante entre as médias de tempo de deslocamento para a população instalada nas diferentes regiões de Manaus.

INFORMAÇÕES SOBRE DOCUMENTAÇÃO, A MORADA E A FAMÍLIA

Entre as pessoas venezuelanas refugiadas e migrantes residentes em Manaus que participam desta pesquisa, 93,6% indicaram ter documentação de regularização migratória no Brasil, enquanto 6,4% não possuíam tal documentação no período da pesquisa.

Vivem em espaços próprios, exclusivos para si e/ou para as famílias primárias, 68% dos refugiados e migrantes venezuelanos respondentes da amostra; 15,3% das famílias compartilham o domicílio com outras famílias que têm grau de parentesco; e 3,8% compartilham o domicílio com famílias sem grau de parentesco. Enquanto 9,1% da amostra vive em abrigo; 2,1% vivem “de favor”, sem pagar pelo espaço; 1,2% moram no mesmo local em que trabalham; e 0,2% vivem sem endereço fixo.

Gráfico 3: Espaço de moradia n=419



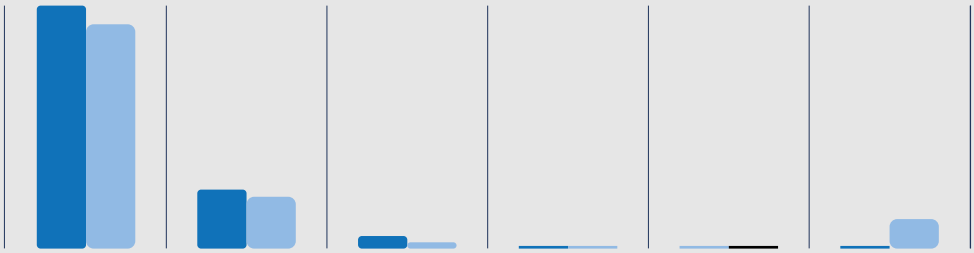
Dos 90,7% respondentes que vivem em domicílios - entre os quais não se incluem os entrevistados abrigados em centros de acolhida e pessoa que vive sem endereço fixo - 78,4% compreendem uma família nuclear no domicílio; 18,2% vivem em duas famílias nucleares; 2,4% moram em três famílias nucleares; 0,8% residem em quatro famílias nucleares; e 0,3% moram em cinco famílias nucleares.

Em 69,2% dos domicílios de respondentes da amostra há na morada apenas um quarto; em 26,3% são dois quartos; em 3,9% há três quartos; em 0,3% há quatro quartos; e em 0,3% foram informados sete quartos.

Em média 3,3 pessoas utilizam um mesmo quarto nos domicílios. Em 25% (1º quartil) das residências menos densas, utilizam o quarto até duas pessoas; naquelas 25% das residências mais densas, o quarto é usado por entre quatro (3º quartil) a até 12 pessoas (valor máximo da distribuição). A mediana é 3. Ainda, em 94,5% das residências há apenas um banheiro.

Gráfico 4: Quantidade de famílias primárias* vivendo no domicílio

* Família primária ou nuclear: pessoas ligadas por laços de afinidade - casamento ou união estável - e pessoas ligadas por laços sanguíneos ou parentesco primário (pai, mãe e filhos) pertencem ao mesmo núcleo familiar. Crianças adultas e economicamente independentes formam outras famílias nucleares com seus respectivos pares e filhos. Mas se essas crianças adultas são financeiramente dependentes de um de seus pais, elas devem ser contadas como parte da família nuclear dos pais.



	Uma família	Duas famílias	Três famílias	Quatro famílias	Cinco famílias	Vivem em abrigos
Famílias em espaços autônomos (n=380)	78,4%	18,2%	2,4%	0,8%	0,3%	
Total da amostra, inclusive famílias em abrigos	71,1%	16,5%	2,1%	0,7%	0,2%	9,1%

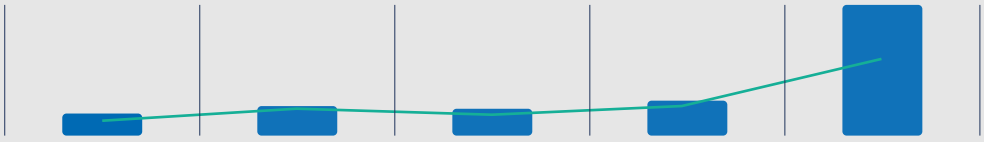
DENSIDADE DOMICILIAR E COMPOSIÇÃO DAS FAMÍLIAS

Cada domicílio tem em média 4,2 moradores, média superior àquela do número de pessoas das famílias primárias, de 3,6, o que se explica pelo fato de haver compartilhamento de espaços de moradia entre famílias com e sem grau de parentesco. Enquanto os 25% dos domicílios menos densos têm de 1 a 3 moradores (1º quartil), naqueles 25% de domicílios mais densos, foram identificados de 5 (3º quartil) a até 18 moradores (número máximo da distribuição). A mediana da distribuição é 4, ou seja, metade das residências de refugiados e migrantes têm até 4 habitantes, enquanto a outra metade tem de 4 a até 21.

As famílias primárias desta amostra que vivem nos domicílios, abrigos e em outras situações têm, em média 3,6 membros. Um quarto das menores famílias tem até 2 membros (1º quartil) e um quarto das maiores famílias têm de 4 membros (3º quartil) a até 11 membros (valor máximo).

Gráfico 5: Quantidade de pessoas que vivem no domicílio e quantidade de pessoas do arranjo familiar primário

n1= 380; n2=419

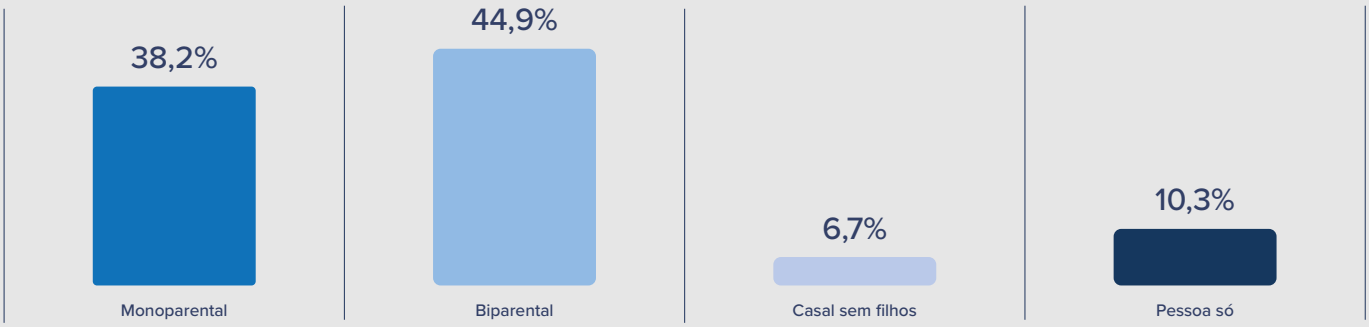


	1˚ Quartil	Média	Mediana	2˚ Quartil	Valor máximo
Número de pessoas no domicílio	3	4,2	4	5	18
Número de pessoas da família primária	2	3,6	3	4	11

PERFIL DAS FAMÍLIAS PRINCIPAIS

São famílias biparentais 44,9% da amostra; 38,2% são monoparentais; 6,7% são casais sem filhos; e 10,3% são pessoas sós. Considerando o gênero dos respondentes, 94,4% das famílias monoparentais são chefiadas por mulheres – o que representa 36% do total de famílias entrevistadas. Ou seja, mais de um terço da amostra é composta por famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Gráfico 6: Arranjo da família principal n=419



As famílias monoparentais são em geral famílias estendidas, que agregam avós, tios ou outros parentes. Assim, enquanto em 61,9% das famílias monoparentais há apenas uma pessoa adulta, 26,9% dessas famílias contam com dois adultos com laços de dependência econômica, e 11,3 % têm três adultos presentes com laços de dependência econômica.

Tabela 2: Número de pessoas adultas e Arranjo da família principal

		Monoparental	Biparental	Casal sem filhos	É sozinho (adulto e economicamente independente sem filhos)	Total
1 pessoa adulta	n	99	0	0	42	141
	%	**61,9%**	0,0%	0,0%	97,7%	33,7%
2 pessoas adultas	n	43	138	26	1	208
	%	26,9%	**73,4%**	92,9%	2,3%	49,6%
3 ou mais pessoas adultas	n	18	50	2	0	70
	%	11,3%	26,6%	7,1%	0,0%	16,7%
Total	n	**160**	**188**	**28**	**43**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado = 253,527, p=0,000. Há relação de associação entre as duas variáveis.

Tabela 3: Gênero do respondente e Arranjo da família principal

		Monoparental	Biparental	Casal sem filhos	É sozinho	Total
Masculino	n	9	99	10	25	143
	%	5,6%	52,7%	35,7%	58,1%	34,1%
Feminino	n	151	89	18	18	276
	%	**94,4%**	47,3%	64,3%	41,9%	65,9%
Total	n	**160**	**188**	**28**	**43**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado =97,599, p=0,000. Há relação de associação entre as duas variáveis.

COMPOSIÇÃO FAMILIAR SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS

As famílias principais são compostas por entre 2 e 3 grupos etários, mais frequentemente adultos de 19 a 58 anos, crianças de 0 a 5 anos e jovens de 6 a 12 anos. As famílias de 98,8% dos respondentes têm, em média, 1,9 pessoas de 19 a 58 anos, de forma que em 32,5% há uma pessoa nessa faixa etária; em 49,6% são duas pessoas; 12,4% somam três pessoas; em 3,1% há quatro pessoas; e 1,1% contam com cinco pessoas ou mais.

49,9% das famílias têm crianças de 0 a 5 anos, sendo a média de 1,39 por família: em 33,2% das famílias da amostra há uma criança de 0 a 5 anos; em 14,3% há duas crianças dessa faixa etária; 2,1% das famílias têm três crianças; e 0,2% têm cinco crianças.

Em 41,5% das famílias principais há crianças de 6 a 12 anos, de forma que a média é de 1,4 por família: em 27,4% das famílias principais da amostra há uma criança de 6 a 12 anos; em 11,2% há duas crianças dessa faixa etária; 2,4% têm três crianças; em 0,2% há quatro; e em 0,2% há cinco crianças de 6 a 12 anos.

26,5% das famílias da amostra têm jovens de 13 a 18 anos, sendo em média 1,3 por família principal: em 19,3% das famílias da amostra há uma pessoa jovem dessa faixa etária; e, em 7,2%, há duas pessoas.

Em 8,1% das famílias há pessoas com mais de 59 anos, havendo em média 1,2 por domicílio com pessoas desse grupo etário: 6,9% das famílias da amostra contam com uma pessoa com 59 anos dessa faixa etária; e 1,2% têm duas pessoas.

Gráfico 7: Quantidade de respondentes com pessoas da faixa etária na família principal

n=419

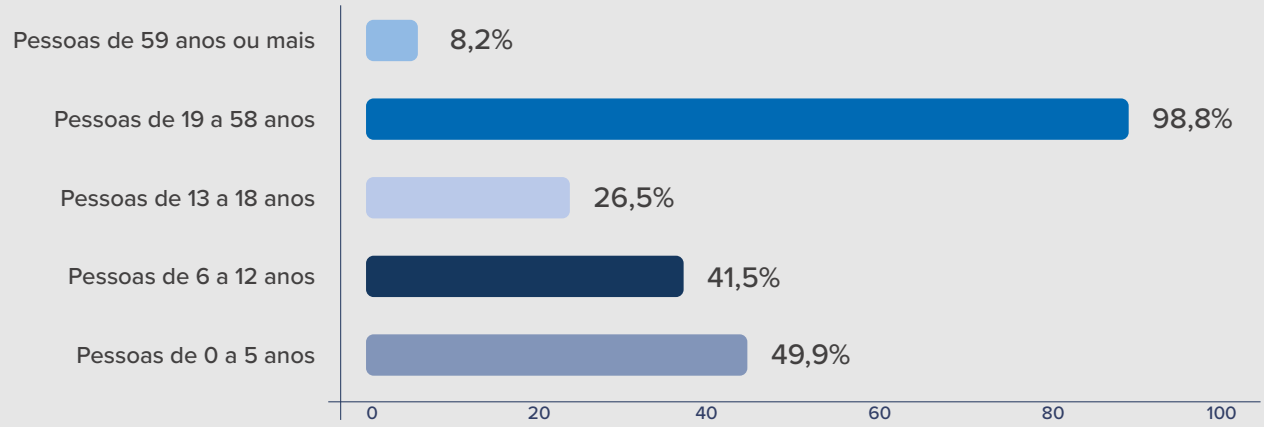
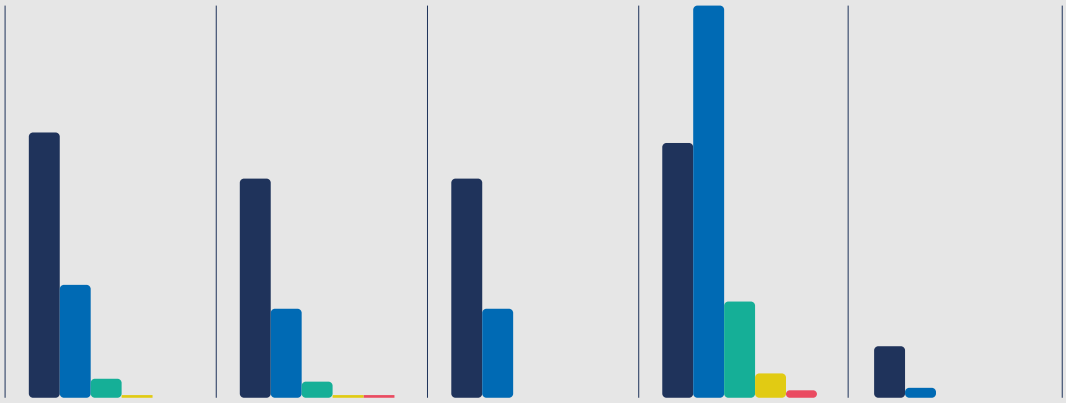


Gráfico 8: Famílias da amostra distribuídas segundo o número de pessoas presentes por grupo etário n=419



	Famílias principais com pessoas de 0 a 5 anos	Famílias principais com pessoas de 6 a 12 anos	Famílias principais com pessoas de 13 a 18 anos	Famílias principais com pessoas de 19 a 58 anos	Famílias com pessoas de 59 anos ou mais
Uma pessoa	33,2%	27,4%	19,3%	32,5%	6,9%
Duas pessoas	14,3%	11,2%	7,2%	49,6%	1,2%
Três pessoas	2,1%	2,4%	0	12,4%	0
Quatro pessoas	0,2%	0,2%	0	3,1%	0
Cinco pessoas ou mais	0	0,2%	0	1,1%	0

Tabela 4: Composição das famílias da amostra segundo Faixa Etária

Faixa etária	Frequência de casas que têm o grupo etário	Proporção de casas com a presença do grupo etário	Número de pessoas do grupo etário	% de pessoas por grupo etário	Média de pessoas do grupo etário por domicílio
0 a 5	209	49,9%	290	19,3	1,39
6 a 12	174	41,5%	248	16,5	1,43
13 a 18	111	26,5%	141	9,4	1,27
19 a 58	414	98,8%	788	52,3	1,9
mais de 59	34	8,1%	39	2,6	1,15
Total acumulado	**942**	**224,8%**	**1.506**	**100%**	-

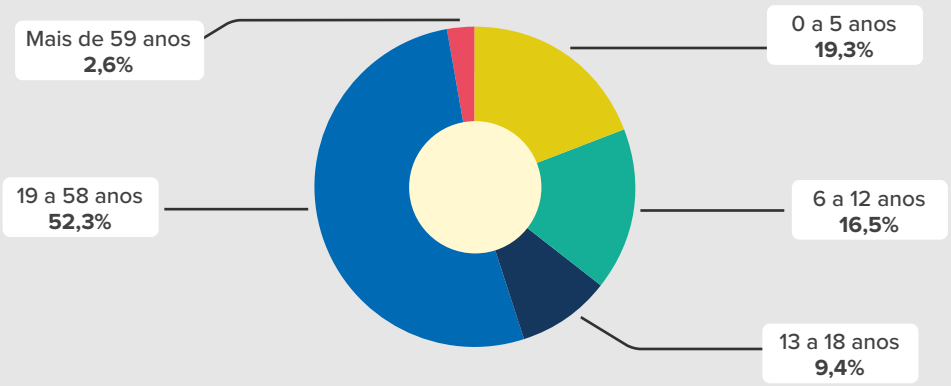
Entre as famílias que, à época da pesquisa, ainda não possuíam documentação de regularização migratória no Brasil, 70,4% têm filhos de 0 a 18 anos.

Tabela 5: Presença de filhos de 0 a 18 anos nas famílias e Situação da documentação no Brasil

		Família sem documentos	Família documentada	Total
Não tem filhos de 0 a 18	n	8	78	86
	%	29,6%	19,9%	20,5%
Filhos de 0 a 18	n	19	314	333
	%	**70,4%**	80,1%	79,5%
Total	n	**27**	**392**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Considerando as informações diretas e indiretas prestadas pelos 419 respondentes sobre a composição de suas respectivas famílias, há na amostra 1.506 indivíduos, cujas famílias principais têm em média 3,59 membros. Essa população se distribui segundo os seguintes grupos etários: 52,3% têm entre 19 e 58 anos; 19,3% têm entre 0 e 5 anos; 16,5% têm de 6 a 12 anos; 9,4% estão na faixa de 13 a 18 anos; e 2,6% têm mais de 59 anos.

Gráfico 9: Composição etária da população que compõe as famílias principais da amostra n=1506



COMPOSIÇÃO FAMILIAR DE GRUPOS ETÁRIOS EM IDADE ESCOLAR

Em 55,8% das famílias principais que integram a amostra há crianças de 6 a 12 anos e de 13 a 18 anos, portanto, há pessoas desses dois grupos etários em idade escolar, assim distribuídos: 29,3% das famílias principais têm pessoas do grupo de 6 a 12 anos; 14,3% têm pessoas do grupo de 13 a 18 anos; e 12,2% têm pessoas das duas faixas etárias.

Entre as 55,8% famílias com crianças de 6 a 18 anos, 35,9% têm filhas e filhos que estão fora da escola, índice significante que demonstra a importância de se promover a o acesso à educação formal e à continuidade dos estudos para as crianças e adolescentes refugiadas e migrantes venezuelanas vivendo em Manaus. Dentro destas famílias, 36,9% são crianças do grupo etário de 6 a 12 anos; 47,6% são jovens do grupo etário de 13 a 18 anos; e 15,5% são famílias com crianças e jovens de ambas as faixas etárias.

Gráfico 10: Crianças de 6 a 18 anos nas famílias principais que estão fora da escola n=234

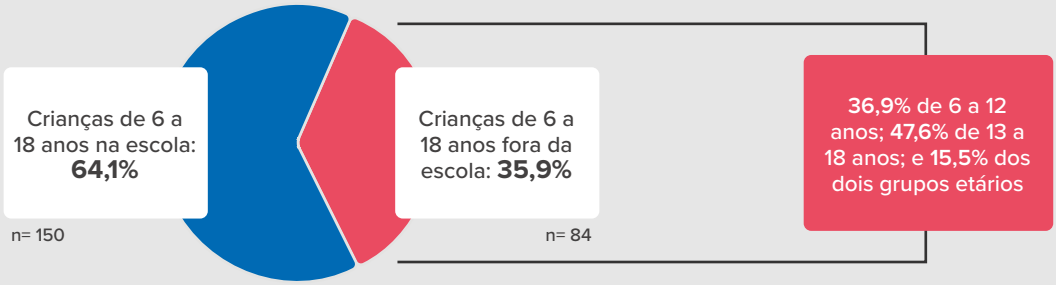


Tabela 6: Famílias com crianças e jovens de 6 a 18 anos por Matrícula na Escola

		Estão na escola	Estão fora da escola	Total
Famílias com pessoas de 6 a 12 (e sem pessoas de 13 a 18)	n	92	31	123
	%	61,3%	**36,9%**	52,6%
Famílias com pessoas de 13 a 18 (e sem pessoas de 6 a 12)	n	20	40	60
	%	13,3%	**47,6%**	25,6%
Famílias com pessoas de 6 a 12 e de 13 a 18 anos	n	38	13	51
	%	25,3%	**15,5%**	21,8%
Total	n	**150**	**84**	**234**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**



Relatório Analítico

Bloco 2
Mobilidade e conectividade

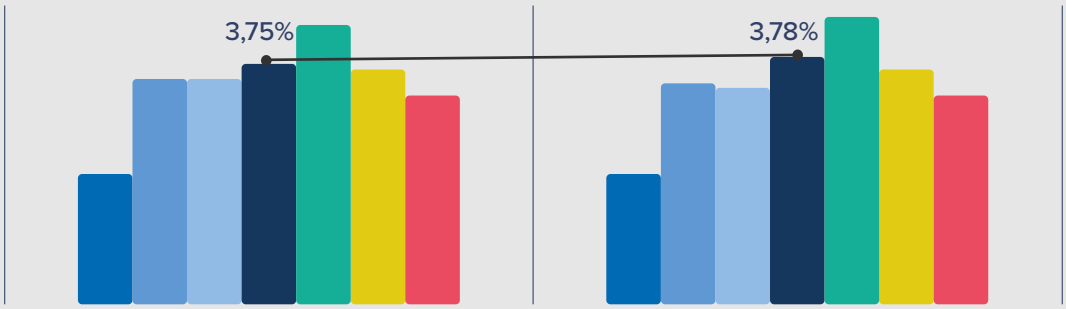
©ACNUR/Gabo Morales

MOBILIDADE

A mobilidade dos refugiados e migrantes venezuelanos na cidade de Manaus está muito associada ao bairro em que vivem. Considerando a escala de mobilidade crescente de 1 a 5, em média os respondentes pontuam 3,75 (75% de desempenho na escala de 1 a 5) para deslocar-se para as atividades de rotina; e 3,78 (75,6% de desempenho na escala de 1 a 5) para deslocar-se ao centro da cidade.

Pontuam menos, e, portanto, apresentando menor mobilidade, os moradores das zonas Norte, Oeste e Centro-Oeste, quando considerados em relação aos moradores da região Sul, em que a maior pontuação média na mobilidade indica maior facilidade de deslocamento.

Gráfico 11: Nível de mobilidade urbana, na escala Likert, crescente de 1 a 5 pontos n=419

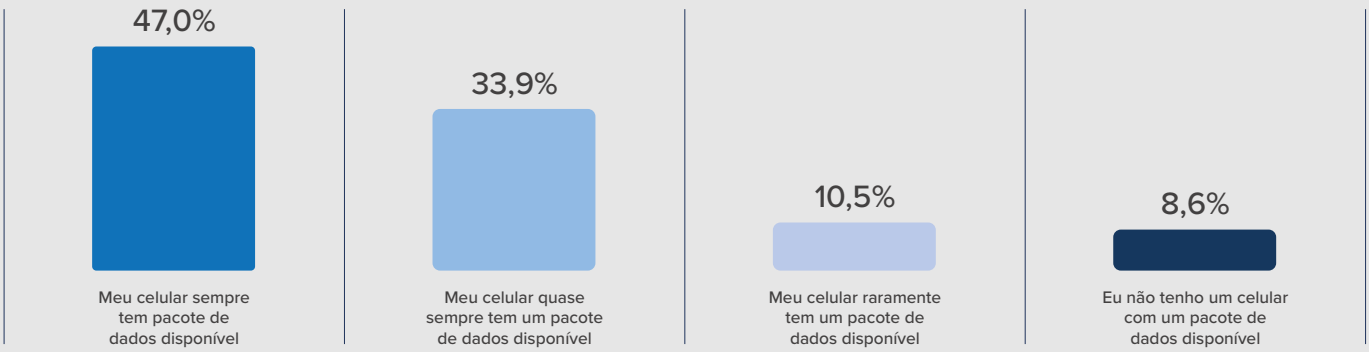


	Para as atividades de rotina	Para o centro
Norte	3,2%	3,2%
Leste	3,6%	3,6%
Sul	4,0%	4,4%
Centro-Sul	3,7%	3,7%
Oeste	3,5%	3,3%
Centro-Oeste	3,44%	3,39%
Rural	2,0%	2,0%
Média	3,75%	3,78%

ACESSO À INTERNET

Em se tratando da conexão Wi-Fi, têm rede de internet domiciliar 56,8% dos domicílios que integram a amostra. Para pacote de dados, 47% dos respondentes da amostra indicam ter disponível sempre. 33,9% têm essa forma de acesso disponível “quase sempre”, 10,5% indicam raramente ter esse acesso disponível e 8,6% nunca têm.

Gráfico 12: Acesso à internet móvel n=419



Enquanto 9,3% dos refugiados e migrantes venezuelanos desta amostra não têm acesso à internet nem no domicílio em rede Wi-Fi nem por meio de pacote de dados no celular, 47% estão muito conectados, ou seja, têm concomitantemente rede domiciliar Wi-Fi e pacote de dados no celular sempre ou quase sempre disponível. Ainda, para 43,7% o acesso à internet se dá ou por meio de rede doméstica de Wi-Fi ou com pacote de dados sempre ou quase sempre disponível.

Gráfico 13: Perfil de conectividade à internet n=419



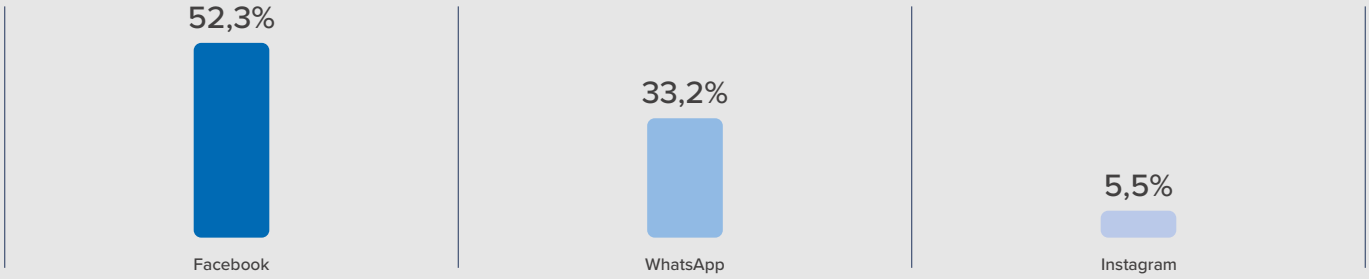
ACESSO A COMPUTADOR CONECTADO À INTERNET

Não têm acesso a um computador em conexão com a internet 98,3% dos respondentes da amostra, e possuem o equipamento conectado apenas 1,7%. Entre estes, 85,7% têm o equipamento pessoal, enquanto duas pessoas informam também utilizar equipamentos de amigos ou familiares.

ACESSO ÀS REDES SOCIAIS

Possuem o hábito de acessar as redes sociais 89,5% dos respondentes. Entre estes, participam de grupos virtuais de apoio aos venezuelanos: 52,3% no Facebook; 33,2% no WhatsApp; e 5,5% no Instagram.

Gráfico 14: Uso de redes sociais para acesso a grupos de apoio a venezuelanos no Brasil (múltiplas respostas) n=375x



O grupo do Facebook mais popular entre os respondentes usuários do Facebook é “Venezuelanos em Manaus”, mencionado por 96,8% daqueles que disseram participar de um grupo dessa rede social. Foram também citados, em baixa frequência, os grupos “Venezuelanos ativos em Manaus” (0,9%), “Venezuelanos em Boa Vista” (0,9%), “Hermanitos” (0,5%), “Venezuelanos no Brasil” (0,5%) e “Viki Brasil” (0,5%). No Instagram, são citados “Venezuelanos no Brasil” (47,8%), “Venezuelanos em Manaus” (39,1%), “Hermanitos” (4,3%), “Cáritas” (4,3%) e “Yeka Morais” (4,3%).



Relatório Analítico

Bloco 3
Perfil Educacional

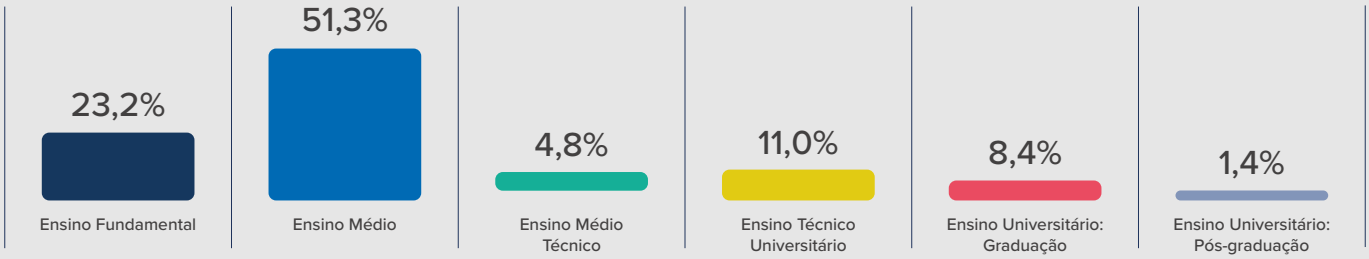
©ACNUR/Felipe Irnaldo

ESCOLARIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Mais da metade das pessoas refugiadas e migrantes que integram esta amostra (51,3%) tem formação escolar até o Ensino Médio, enquanto 23,2% estudaram até o Ensino Fundamental. Têm formação técnica 15,8% dos respondentes da amostra, dos quais 4,8% indicaram educação média técnica e 11% formação técnica superior. 9,8% da amostra indicou ter formação universitária, dos quais 8,4% concluíram a graduação e 1,4% a pós-graduação[1]. Não houve indicações de ausência de educação formal.

1 - Para equivalência com o sistema brasileiro, foram consideradas com formação até Ensino Fundamental aquelas pessoas que concluíram até a Educação Primária ou Básica na Venezuela (primeiro ao sexto grau – 6 a 12 anos de idade). Para as demais categorias, a equivalência se dá de maneira similar entre os dois sistemas de ensino.

Gráfico 15: Escolaridade (último ano completo) n=419



FORMAÇÃO ESCOLAR, EXPERIÊNCIA PRÁTICA E TREINAMENTO PROFISSIONAL

Formação até Ensino Médio: experiência prática

Entre aqueles 74,5% refugiados e migrantes venezuelanos com formação até o Ensino Fundamental (23,2%) ou até o Ensino Médio (51,3%), 69,6% informaram ter experiência prática em alguma atividade específica, citando ao todo 266 segmentos, uma média de 1,2 por pessoa. Outros 30,4% informaram não ter experiência prática em nenhuma atividade específica. Foram atividades mais citadas pelos que declararam ter acumulado experiência prática: gastronomia, em funções como cozinheiro, confeiteiro e pasteleiro (38,2%); salão de beleza ou barbearia, como cabelereira, maquiadora, barbeiro e manicure (15,7%); vendas (6,9%); manutenção e limpeza (6,9%); pedreiro (6,5%); costureira (5,5%); comerciante (3,2%); operador de caixa (3,2%); serviços gerais (3,2%); cuidador de idosos (2,8%); dentre outras, citadas com menor frequência.

Tabela 7: Atividades em que têm experiência prática – formação até Ensino Fundamental ou Ensino Médio
Ranking – múltiplas respostas

Gastronomia (cozinheiro, pasteleiro, confeiteiro...)	38,2%	Eletricista	1,4%	Enfermagem	0,5%
Estética (cabelereiro, barbeiro, manicure, maquiador.)	15,7%	Agropecuária	0,9%	Informática	0,5%
Vendas/vendedor ambulante	6,9%	Artesão	0,9%	Militar	0,5%
Manutenção/limpeza	6,9%	Atendente de Farmácia	0,9%	Professora	0,5%
Pedreiro	6,5%	Encanador	0,9%	Promotor esportivo	0,5%
Costureiro (a)	5,5%	Mecânico	0,9%	Recicladora de Plásticos	0,5%
Comerciante	3,2%	Pintura	0,9%	Recreadora	0,5%
Operador (a) de caixa	3,2%	Soldador	0,9%	Refrigeração	0,5%
Serviços gerais	3,2%	Administração pública	0,5%	Relojoaria	0,5%

Tabela 7: Atividades em que têm experiência prática – formação até Ensino Fundamental ou Ensino Médio
Ranking – múltiplas respostas

Cuidador (a) de idosos	2,8%	Ajudante de máquinas pesadas	0,5%	Reparação de equipamentos eletrônicos	0,5%
Balconista	1,8%	Assistência social	0,5%	Secretariado	0,5%
Cuidador (a) de crianças	1,4%	Auxiliar de produção	0,5%	Tatuador	0,5%
Doméstica	1,4%	Auxiliar em Odontologia	0,5%	Técnico em Farmácia	0,5%
Diarista (s/e)	1,4%	Carpinteiro	0,5%	Técnico médio em mecânica	0,5%
Garçom/garçonete	1,4%	Construção civil (s/e)	0,5%	Não respondeu	0,5%
Motorista	1,4%	Decoração de festas	0,5%		
Jardineiro	1,4%	Doméstica	0,5%		

n de respondentes=217. n de citações=266

Formação técnica ou universitária: treinamento profissional

Entre os 25,6% com formação técnica de nível médio, técnica de nível superior e aqueles com formação universitária, foram as áreas de instrução mais citadas: educação (25,2%); administração (19,6%); engenharia (9,3%); enfermagem (6,5%); advocacia (5,6%); informática (3,7%); mecânica (3,7%); refrigeração (2,8%); segurança industrial (2,8%); e serviços policiais e estudos na área da criminologia (2,8%).

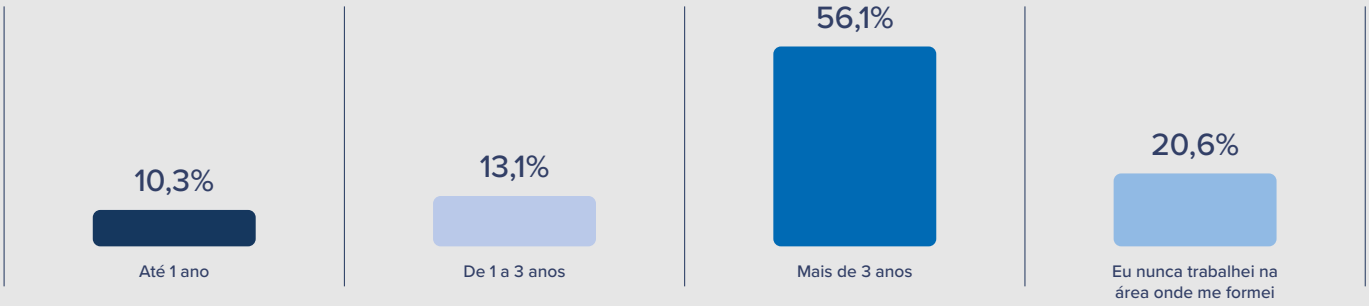
Tabela 8: Área de formação técnica ou universitária

Educação	25,2%	Serviços Policiais/ criminologia	2,8%	Publicidade e mercado	0,9%
Administração	19,6%	Técnico em Aduanas	1,9%	Química	0,9%
Engenharia	9,3%	Técnico Médio Florestal	1,9%	Recreação	0,9%
Enfermagem	6,5%	Gestão ambiental	0,9%	Recursos Humanos	0,9%
Advocacia	5,6%	Agro-alimentação	0,9%	Sociologia	0,9%
Informática	3,7%	Contabilidade	0,9%	Técnico médio em soldagem geral	0,9%
Mecânica	3,7%	Cosmetologia	0,9%	Turismo	0,9%
Refrigeração	2,8%	Eletricidade	0,9%	Veterinária	0,9%
Segurança Industrial	2,8%	Produção e supervisão industrial	0,9%	Não respondeu	0,9%

n=107

Mais da metade (56,1%) dos respondentes com formação técnica ou superior acumulam mais de 3 anos de experiência em sua área de formação; 13,1% têm de 1 a 3 anos de experiência; e 10,3% têm até 1 ano de experiência. Nunca trabalharam em sua área de formação técnica ou superior 20,6% desse grupo de respondentes.

Gráfico 16: Tempo de experiência na área de formação profissional ou técnica n=107



Do grupo de respondentes com formação superior ou técnica, 51,4% acumulam experiência profissional em áreas diferentes de sua formação profissional. São elas, principalmente: gastronomia (10,9%); atendimento ao público (9,1%); educação (7,3%); costura/bordados (5,5%); estética (5,5%) – cabelereira, barbeiro, manicure e maquiadora; e vendas (5,5%). Acumulam experiência apenas em sua área de formação 42,1%, enquanto 6,5% nunca exerceram atividade formal em nenhuma área.

Gráfico 17: Experiência em área distinta da formação profissional ou técnica n=107



Tabela 9: Treinamento profissional ou técnico – áreas diferentes de sua formação em que trabalharam aqueles com formação técnica ou universitária

Gastronomia	10,9%	Farmácia	3,6%	Mecânica	1,8%
Atendimento ao público	9,1%	Limpeza	3,6%	Paramédico	3,6%
Educação	7,3%	Recepcionista	3,6%	Pedreiro	1,8%
Operação de caixa	7,3%	Assistente de bioanálise	1,8%	Promotora	1,8%
Costura/bordados	5,5%	Auditoria predial	1,8%	Secretariado	1,8%
Estética	5,5%	Conselho Tutelar	1,8%	Segurança industrial	1,8%
Vendas	5,5%	Doméstica	1,8%	Serviços gerais	1,8%
Administrativa	3,6%	Eletricidade	1,8%	Sistemas de segurança e computação	1,8%
Diarista (s/e)	3,6%	Gás Natural Veicular	1,8%	Vigilante	1,8%

n=55



Relatório Analítico

Bloco 4
Perfil profissional e situação ocupacional

©ACNUR/Felipe Irnaldo

SITUAÇÃO OCUPACIONAL E FORÇA DE TRABALHO

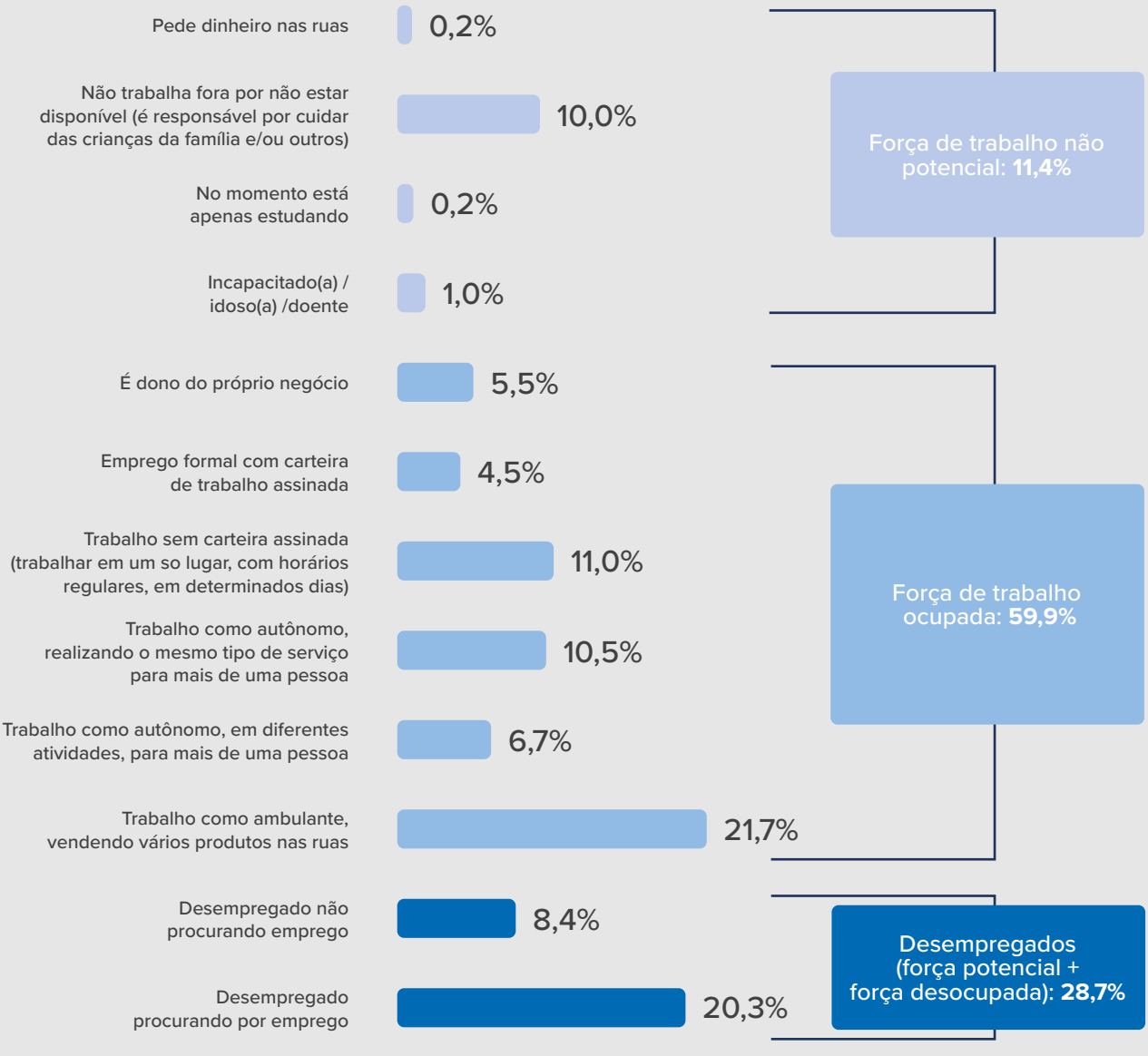
Estão na força de trabalho ocupada 59,9% dos respondentes, em diferentes formatos de inserção laboral, mas majoritariamente de maneira informal. Têm emprego formal com carteira de trabalho assinada 4,5% dos respondentes da amostra; 11% trabalham sem carteira assinada para um único empregador com horários fixos; 10,5% trabalham autonomamente, realizando um mesmo tipo de serviço para mais de um contratante; 6,7% trabalham como autônomos em diferentes atividades para pessoas diferentes; 5,5% são donos do próprio negócio; e 21,7% dos respondentes da amostra trabalham como ambulantes nas ruas.

Estão desempregados, procurando emprego no período de referência desta pesquisa, 20,3% dos entrevistados, portanto, integram a força de trabalho desocupada. Também desempregados e disponíveis para o trabalho, mas sem ter procurado trabalho no mês anterior à coleta de dados, 8,4% dos respondentes, por isso, integram a força de trabalho potencial.

Não estão disponíveis para o trabalho 11,4%, fazendo parte da força de trabalho não potencial: são pessoas responsáveis por cuidar de menores ou pessoas doentes nas famílias (10%), são idosos ou incapacitados (1%), está estudando (0,2%) ou está em situação de pedir dinheiro nas ruas (0,2%)[1].

1 — Pessoa que pedia dinheiro na ruas e não procurou emprego no mês de referência da pesquisa, não estando, portanto, disponível para o trabalho.

Gráfico 18: Situação ocupacional no Brasil n=419



Homens, mais do que mulheres, estão inseridos com emprego formal. A mesma situação é válida para emprego regular sem carteira assinada e trabalho autônomo regular. No entanto, mulheres estão mais presentes no trabalho ambulante quando comparadas aos homens. Também, mulheres são muito mais associadas ao cuidado familiar em relação aos homens - inclusive nesta amostra não há homens nessa situação ocupacional. Ainda, é maior o desemprego entre mulheres do que entre homens.

Tabela 10: Situação ocupacional por Gênero

		Masculino	Feminino	Total
Emprego formal com carteira de trabalho assinada	n	11	8	19
	%	**7,7%**	2,9%	4,5%
Trabalho sem carteira assinada (trabalhar em um só lugar, com horários regulares, em determinados dias)	n	25	21	46
	%	**17,5%**	7,6%	11,0%
Trabalho como autônomo, realizando o mesmo tipo de serviço para mais de uma pessoa	n	25	19	44
	%	**17,5%**	6,9%	10,5%
Trabalho como autônomo, em diferentes atividades, para mais de uma pessoa	n	10	18	28
	%	7,0%	6,5%	6,7%
Trabalho como ambulante, vendendo vários produtos nas ruas	n	24	67	91
	%	16,8%	**24,3%**	21,7%
Pede dinheiro nas ruas	n	0	1	1
	%	0,0%	0,4%	0,2%
Desempregado (não está em nenhuma atividade remunerada há mais de um mês e procurando emprego)	n	33	52	85
	%	23,1%	18,8%	20,3%
Não trabalha fora por não estar disponível (é responsável por cuidar das crianças da família e/ou outros)	n	0	42	42
	%	0,0%	**15,2%**	10,0%
No momento está apenas estudando	n	0	1	1
	%	0,0%	0,4%	0,2%
É dono do próprio negócio	n	11	12	23
	%	7,7%	4,3%	5,5%
Incapacitado(a) /idoso(a) /doente	n	1	3	4
	%	0,7%	1,1%	1,0%
Desempregado não procurando emprego	n	3	32	35
	%	2,1%	**11,6%**	8,4%
Total	n	**143**	**276**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 61,547, p=0,000 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis.

Pessoas com escolaridade até o Ensino Fundamental estão mais presentes na atividade de ambulantes do que pessoas com formação do Ensino Médio e do Ensino Técnico ou Universitário. Já aqueles com formação até o Ensino Médio estão mais presentes na categoria do emprego sem carteira assinada ou autônomo do que nas demais faixas de escolaridade. Aqueles com formação técnica ou universitária estão mais presentes na categoria de emprego formal com carteira assinada em relação às demais faixas de escolaridade.

Tabela 11: Situação ocupacional por Escolaridade

		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Técnico ou universitário	Total
Força de trabalho não potencial (incapacitado, indisponível)	n	10	31	7	48
	%	10,3%	**14,4%**	6,5%	11,5%
Desempregado procurando por emprego	n	16	44	25	85
	%	16,5%	20,5%	23,4%	20,3%
Desempregado não procurando emprego	n	10	19	6	35
	%	10,3%	8,8%	5,6%	8,4%
Ambulante	n	30	36	25	91
	%	**30,9%**	16,7%	23,4%	21,7%
Emprego sem carteira ou autônomo	n	20	71	27	118
	%	20,6%	**33,0%**	25,2%	28,2%
Emprego formal com carteira de trabalho assinada	n	3	6	10	19
	%	3,1%	2,8%	**9,3%**	4,5%
É dono do próprio negócio	n	8	8	7	23
	%	8,2%	3,7%	6,5%	5,5%
Total	n	**97**	**215**	**107**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 27,269, p=0,007 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis.

A taxa de participação na força de trabalho de refugiados e migrantes venezuelanos residentes em Manaus em outubro de 2021 é quase 70% maior do que aquela registrada entre refugiados e migrantes venezuelanos abrigados em centros temporários de Boa Vista (RR) em dezembro de 2020. Enquanto em Manaus 80,2% dos respondentes desta amostra estão na força de trabalho – portanto, ou trabalhando ou procurando se inserir no mercado laboral – os dados coletados em Boa Vista em dezembro de 2020 apontam naquele momento para 47,3% da população na força de trabalho[2]. Considerando os conceitos empregados pelo IBGE[3] para o monitoramento do mercado de trabalho, a população de refugiados e migrantes venezuelanos residente em Manaus tem também uma maior presença do que a média nacional na força de trabalho: a PNAD Contínua divulgada em fevereiro de 2022 - relativa aos dados coletados no trimestre de outubro, novembro e dezembro de 2021 – apontou uma taxa de participação da população maior de 14 anos na força de trabalho de 62,5% para o Brasil e também de 62,5% no caso do estado do Amazonas[4].

2 - Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR). UNHCR Brazil, 2021. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/07/relatorio-operacao_acolhida-Final.pdf>.

3 - Pessoas na força de trabalho: Maiores de 14 anos, que estão trabalhando em alguma atividade remunerada (pessoas ocupadas) ou estão desempregadas (procuraram emprego no mês anterior à data de referência da pesquisa). A taxa de ocupação se refere à população ocupada (numerador) em relação à força de trabalho (denominador). A taxa de desocupação se refere à população desempregada e procurando emprego (numerador) em relação à força de trabalho (denominador). Integram o grupo de pessoas fora da força de trabalho: 1) Aquelas pessoas desempregadas, que estão disponíveis para o trabalho, mas que por desalento ou por outros motivos, não procuraram emprego na data de referência da pesquisa são categorizadas como força de trabalho potencial. A taxa da força de trabalho potencial é calculada pelo número de pessoas disponíveis para o trabalho e que não estão trabalhando (numerador) em relação às pessoas fora da força de trabalho; 2) Aquelas pessoas fora da força de trabalho e não disponíveis para o trabalho (incapacitados, pessoas que cuidam de terceiros na família, estudantes) são consideradas força de trabalho não potencial. Disponível em: <https:// www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>.

4 - Fonte: Sistema de Recuperação Automática (SIDRA / IBGE). Tabela 6461.

Gráfico 19: População de refugiados e migrantes venezuelanos e População brasileira na força de trabalho (pessoas trabalhando ou procurando trabalho)



	Pessoas na força de trabalho	Pessoas fora da força de trabalho
Venezuelanos nos abrigos de Boa Vista dez/2020	47,3%	52,7%
Venezuelanos em Manaus out/2021	80,2%	19,8%
Estado do Amazonas (PNAD Contínua 4oT/2021)	62,5%	37,5%
Brasil (PNAD Contínua 4oT/2021)	62,5%	37,5%

Essa comparação entre as taxas de participação na força de trabalho é sugestiva da tendência de deslocamento para Manaus - seja diretamente da Venezuela, seja com uma parada breve ou prolongada em Roraima - de uma população em deslocamento predominantemente em idade de trabalhar e buscando a sua inserção no mercado de trabalho. Nos abrigos de Boa Vista, inclusive pelo perfil de vulnerabilidade, identificou-se maior tendência de permanência prolongada entre mães que cuidam sozinhas dos filhos, idosos e pessoas com problemas de saúde, que integram a força de trabalho não potencial. Há, igualmente, em Boa Vista, um contingente expressivo de pessoas que estão fora da força de trabalho, mas integram a força de trabalho potencial (disponíveis para o trabalho), à espera de interiorização para outros estados brasileiros[5].

O nível de ocupação em relação às pessoas que estão na força de trabalho é de 74,7% dos refugiados e migrantes que integram esta força. A taxa de desocupação do grupo que está na força de trabalho é de 25,3%, número bem superior àqueles registrados no Brasil e no Amazonas, respectivamente de 11,1%, e 13,1% de acordo com a PNAD Contínua, divulgada em fevereiro de 2022, relativa ao quarto trimestre de 2021.

5 - Em dezembro de 2020, survey da Pólis Pesquisa nos abrigos indicou que compunham a taxa da população fora da força de trabalho: 16,9% na força de trabalho potencial + 35,8% da força de trabalho não potencial. Autonomia e integração local de refugiados(as) e migrantes venezuelanos(as) acolhidos(as) nos abrigos em Boa Vista (RR). UNHCR Brazil, 2021.

Gráfico 20: Infográfico - População de refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus e dados da população no Brasil e no Amazonas, segundo taxas de participação na força de trabalho, níveis de ocupação e taxas de desocupação

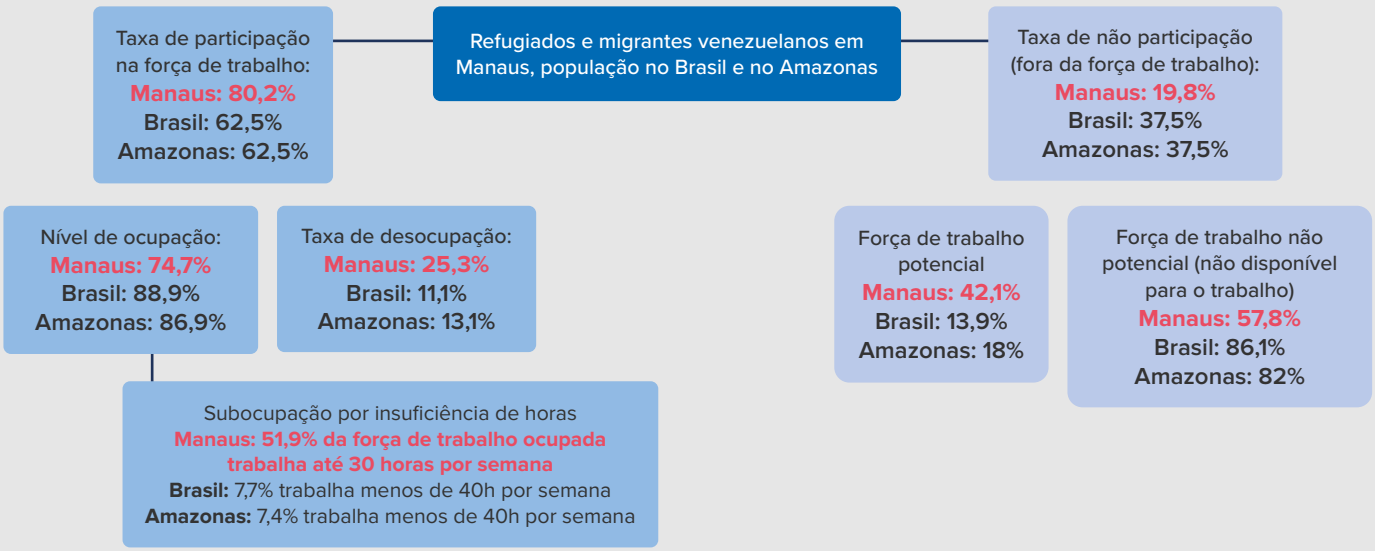
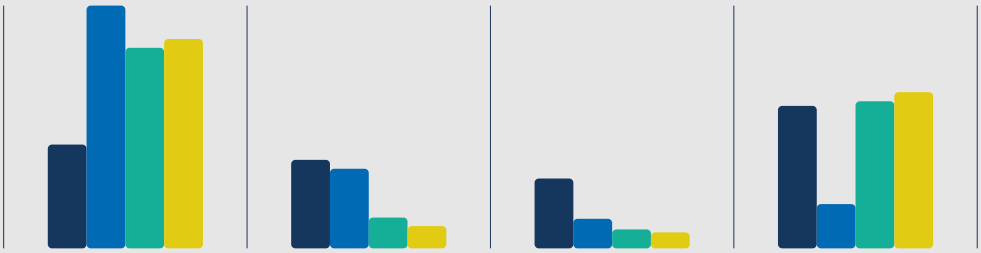


Gráfico 21: População de refugiados e migrantes venezuelanos e População brasileira segundo a categoria da força de trabalho em relação ao total da população acima de 14 anos



	Pessoas na força de trabalho ocupadas	Pessoas na força de trabalho desocupadas	Pessoas na força de trabalho potencial	Pessoas na força de trabalho não potencial
Venezuelanos nos abrigos de Boa Vista dez/2020	25,6%	21,7%	16,9%	25,8%
Venezuelanos em Manaus out/2021	59,9%	20,3%	8,3%	11,5%
Estado do Amazonas (PNAD Contínua 4oT/2021)	54,3%	8,2%	6,7%	30,8%
Brasil (PNAD Contínua 4oT/2021)	55,6%	7,0%	5,2%	32,3%

FORÇA DE TRABALHO: BRASIL, AMAZONAS E MANAUS EM PERSPECTIVA

Havia no Brasil, no quarto trimestre de 2021, cerca de 8,96 milhões de pessoas[6] que integravam a força de trabalho potencial[7] - que não tinham trabalho, mas buscaram ou gostariam de ter um. Esse grupo corresponde a 5,2% do total de pessoas com 14 ou mais anos de idade no país. No estado do Amazonas, no mesmo período, havia 207 mil pessoas na força de trabalho potencial, o que representava 6,7% do total de pessoas com 14 anos ou mais. Já entre os refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus, 8,3% estavam na força de trabalho potencial no mês de outubro de 2021, de modo que há um percentual maior de pessoas entre a população refugiada e migrante venezuelana que não participa da força de trabalho, mas que poderia participar, tanto em comparação ao Brasil quanto ao Amazonas. Provavelmente essa diferença pode ser explicada pelo fato de que muitos, em algum momento, cansados de buscar a inserção, desistiram de procurar trabalho e se encontravam em situação de desalento, ou, por motivos diversos, não estavam buscando trabalho na ocasião da aplicação da pesquisa.

No quarto trimestre de 2021, 11,1% das pessoas com 14 ou mais anos de idade estavam desocupadas no Brasil[8] e 13,1% no estado do Amazonas, percentuais bastante inferiores ao dos refugiados e migrantes venezuelanos residindo na cidade de Manaus, que era de 25,3% em outubro de 2021. Isso mostra que, entre a população investigada em Manaus, há uma dificuldade maior para se encontrar um trabalho e para se manter no mercado de trabalho.

Quanto à subocupação, os dados da PNADCT mostram que 7,7% dos trabalhadores brasileiros estavam subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, ou seja, essas pessoas trabalhavam menos de 40 horas por semana, gostariam de trabalhar mais e estavam disponíveis para tanto. No estado do Amazonas esse percentual era de 7,4%. Já em Manaus, entre refugiados e migrantes venezuelanos, 51,9% trabalhavam até 30 horas semanais. Dessa forma, para esta população, um percentual muito maior de pessoas, quando comparada ao restante do mercado de trabalho no país e no Amazonas, estava sujeita a ter de aceitar condições de trabalho muito inferiores àquelas que almejavam.

Apenas 7,6% dos refugiados e migrantes venezuelanos da amostra trabalhavam com carteira assinada (considerando apenas as pessoas ocupadas). Já no Bra-

6 - Fonte: Sistema de Recuperação Automática – SIDRA – IBGE. Tabela 4100.

7 - A força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho. Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Novos_Indicadores_Sobre_a_Forca_de_Trabalho/pnadc_202101_trimestre_novos_indicadores.pdf>.

8 - Fonte: Sistema de Recuperação Automática – SIDRA – IBGE. Tabela 6396.

sil[9], contando com os trabalhadores no setor privado, os trabalhadores domésticos e os trabalhadores no setor público, esse percentual era de 37,5% entre as pessoas ocupadas no quarto trimestre de 2021, ao mesmo tempo em que no Amazonas esse percentual era de 22,8%. No caso dos empregados sem carteira assinada, esse percentual era de 16,9% entre os refugiados e migrantes venezuelanos residindo em Manaus, em comparação a 17,5% no país como um todo e de 15,4% no Amazonas (também considerando as categorias de trabalhadores citadas acima). Este é o único indicador nas comparações da situação da força de trabalho das três populações para o qual há maior proximidade.

A pesquisa mostrou também que 21,7% dos refugiados e migrantes venezuelanos entrevistados trabalhavam como ambulantes. Não há um indicador como esse que possa ser extraído dos dados da PNAD para comparação direta, sendo o mais próximo o percentual de trabalhadores por conta própria, entendido como as pessoas que trabalham explorando seus próprios empreendimentos, sozinhas ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar[10]. No Brasil, no quarto trimestre de 2021, 27,1% dos trabalhadores ocupados estavam nessa situação e no Amazonas esse percentual era de 36,2%.

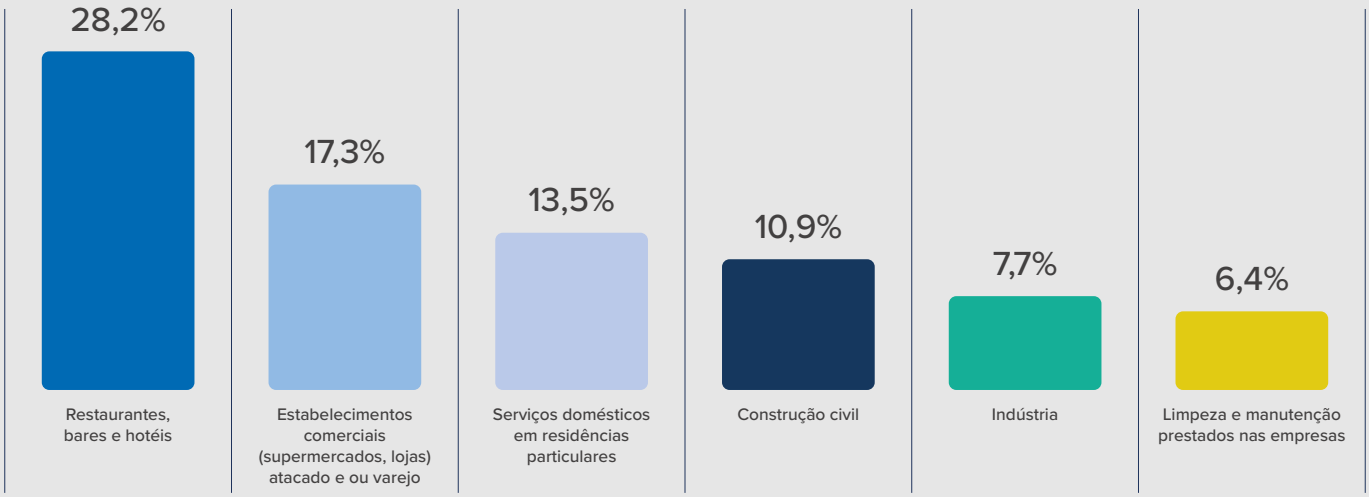
9 - Fonte: Sistema de Recuperação Automática – SIDRA – IBGE. Tabela 4097.

EMPREGABILIDADE EM SEGMENTOS ECONÔMICOS

Para aqueles que estão na força de trabalho ocupada e não são ambulantes - 38,2% da amostra - foi indagado o ramo da atividade econômica em que estão atuando. O setor com maior presença de refugiados e migrantes venezuelanos é o setor de serviços de alimentação em bares, restaurantes e de hospedagem em hotéis (28,2%). O segundo segmento em que esta população mais atua são os estabelecimentos comerciais como supermercados e lojas, no varejo ou atacado (17,3%); seguidos por serviços domésticos em residências privadas (13,5%); construção civil (10,9%); indústria (7,7%); e serviços de limpeza e manutenção de equipamentos nas empresas (6,4%).

10 - Disponível em: <https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Notas_metodologicas/notas_metodologicas.pdf>.

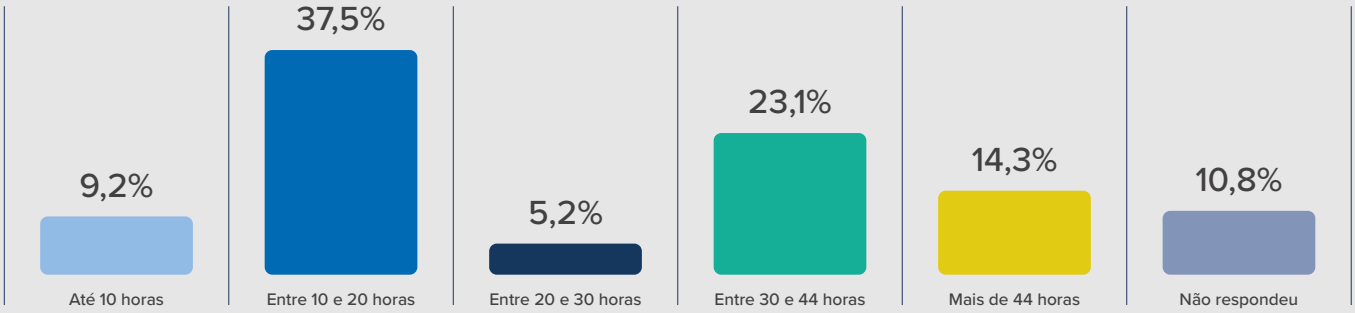
Gráfico 22: Ramo da atividade econômica em que estão inseridos atualmente (força de trabalho ocupada, exceto aqueles com ocupação de ambulantes) n=160



INSERÇÃO NO MERCADO LABORAL E HORAS TRABALHADAS

Além da inserção laboral precarizada - a maior parte da força de trabalho ocupada atua como ambulante -, há uma subutilização da mão de obra por insuficiência de horas trabalhadas: 9,2% da força de trabalho ocupada trabalha até 10 horas por semana; 37,5% entre 10 e 20 horas; 5,2% trabalham entre 20 e 30 horas; 23,1% entre 30 e 44 horas semanais; e 14,3% mais de 44 horas semanais.

Gráfico 23: Horas trabalhadas por semana n=251



Enquanto entre mulheres há maior frequência do que entre homens de inserção no mercado de trabalho em ocupação de até 20 horas semanais, os homens registram quase o dobro em relação às mulheres de inserção laboral com ocupações de 30 a 44 horas semanais.

Tabela 12: Horas trabalhadas na semana por Gênero

		Masculino	Feminino	Total
Até 10 horas	n	10	13	23
	%	9,4%	9,0%	9,2%
Entre 10 e 20 horas	n	28	66	94
	%	26,4%	**45,5%**	37,5%
Entre 20 e 30 horas	n	6	7	13
	%	5,7%	4,8%	5,2%
Entre 30 e 44 horas	n	33	25	58
	%	**31,1%**	17,2%	23,1%
Mais de 44 horas	n	20	16	36
	%	**18,9%**	11,0%	14,3%
Não respondeu	n	9	18	27
	%	8,5%	12,4%	10,8%
Total	n	**106**	**145**	**251**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 14,672, p=0,012 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis.

Entre aqueles com emprego formal há maior frequência de trabalho entre 30 e 44 horas semanais, enquanto os empregados sem carteira assinada que trabalham para um único empregador apresentam maior probabilidade de trabalhar mais de 44 horas por semana. Autônomos que trabalham para um único ou para vários contratantes estão mais presentes na faixa de trabalho entre 20 e 30 horas semanais. Já os ambulantes são mais frequentes na faixa entre 10 e 20 horas de trabalho por semana.

Tabela 13: Situação ocupacional por Horas trabalhadas na semana

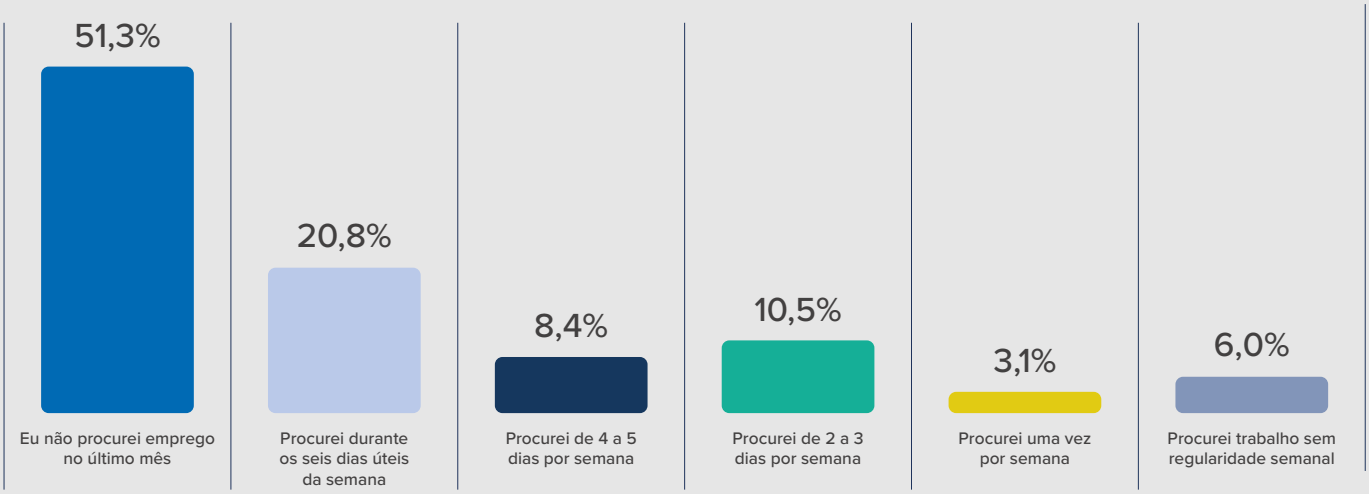
		Até 10 horas	Entre 10 e 20 horas	Entre 20 e 30 horas	Entre 30 e 44 horas	Mais de 44 horas	Não respondeu	Total
Emprego formal com carteira de trabalho assinada	n	0	0	0	16	3	0	19
	%	0,0%	0,0%	0,0%	**27,6%**	8,3%	0,0%	7,6%
Trabalho sem carteira assinada (trabalhar em um só lugar, com horários regulares, em determinados dias	n	7	4	1	13	21	0	46
	%	30,4%	4,3%	7,7%	22,4%	**58,3%**	0,0%	18,3%
Trabalho como autônomo, realizando o mesmo tipo de serviço para mais de uma pessoa	n	4	2	6	14	2	16	44
	%	17,4%	2,1%	**46,2%**	24,1%	5,6%	59,3%	17,5%
Trabalho como autônomo, em diferentes atividades, para mais de uma pessoa	n	5	3	4	11	5	0	28
	%	21,7%	3,2%	**30,8%**	19,0%	13,9%	0,0%	11,2%
Trabalho como ambulante, vendendo vários produtos nas ruas	n	0	82	0	0	0	9	91
	%	0,0%	**87,2%**	0,0%	0,0%	0,0%	33,3%	36,3%
É dono do próprio negócio	n	7	3	2	4	5	2	23
	%	**30,4%**	3,2%	15,4%	6,9%	13,9%	7,4%	9,2%
Total	n	**23**	**94**	**13**	**58**	**36**	**27**	**251**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 220,204, p=0,007 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis.

PROCURA POR TRABALHO

Procuraram trabalho no mês de referência deste levantamento de campo 48,7% dos respondentes desta pesquisa, incluindo-se nesse grupo de busca por inserção laboral não apenas desempregados - estes com maior frequência e regularidade -, mas também procuraram melhor oportunidade de inserção os autônomos ou trabalhadores sem carteira assinada, aqueles que se denominam como “empresários” ou donos do próprio negócio, ambulantes e, em menor frequência, trabalhadores com emprego formal.

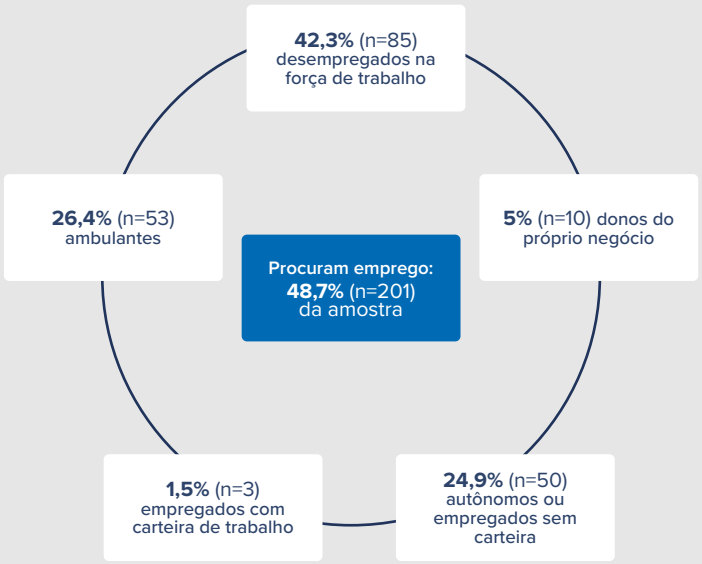
Gráfico 24: Busca por trabalho no mês de referência n=419



Entre os 48,7% da amostra que procuraram trabalho, 26,4% são ambulantes; 5% são donos do próprio negócio (porção que representa 43,5% do total de pessoas que são donas de seus próprios negócios); 24,9% são autônomos ou empregados sem carteira assinada; e 1,5% são empregados com carteira de trabalho assinada (que representam 15,8% do total de pessoas que são empregadas com carteira de trabalho assinada). Ainda, 42,3% são desempregados dentro da força de trabalho.

Na parcela de desempregados na força de trabalho, 47,1% procuraram trabalho durante seis dias da semana; também 48% dos trabalhadores autônomos ou sem carteira assinada e 37,7% dos ambulantes fizeram busca nessa mesma quantidade de dias.

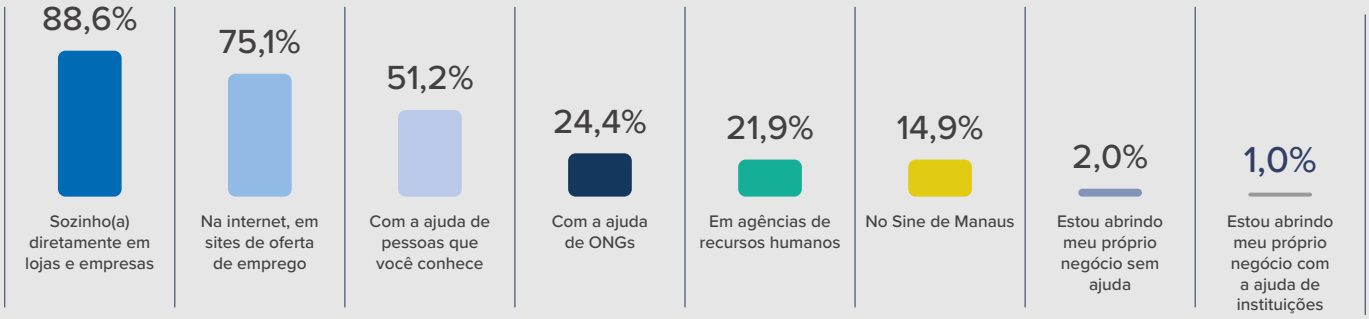
Gráfico 25: Infográfico de Busca por trabalho segundo Situação ocupacional



A parcela que procurou emprego no mês de referência, citou, em conjunto, 561 formas de fazê-lo, dentre sozinhos diretamente nos estabelecimentos ou com distintos apoios. Portanto, em média, cada um procurou sozinho e/ou acionando entre dois e três elementos de sua rede, sendo que 88,6% procuraram sozinhos; 75,1% buscaram na internet, em sites de oferta de emprego; 51,2% com ajuda de pessoas que conhece; 24,4% com ajuda de ONGs; 21,9% em agências de recursos humanos; 14,9% no Sine de Manaus; 2% estão abrindo o próprio negócio sem ajuda; e 1% está abrindo o próprio negócio com apoio de instituições.

Gráfico 26: Maneiras para a busca por trabalho (múltiplas respostas)

n=201;
n citações=561

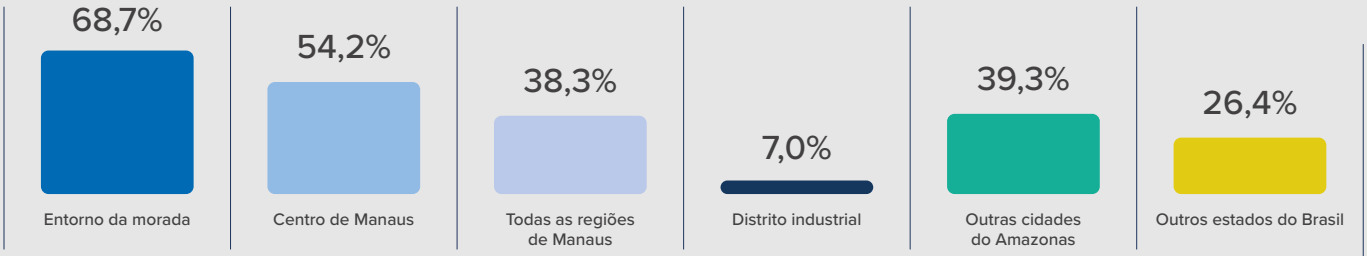


Quando descrevem onde têm procurado trabalho, os 48,7% de respondentes que buscam nova inserção laboral mencionam, em seu conjunto, 470 situações, sendo em média 2,3 locais de procura por pessoa. No entorno da residência é o perímetro de busca mais frequente, citado por 68,7%; o centro de Manaus é também localidade de procura para 54,2%; 7% procuram o distrito industrial de Manaus; enquanto 38,3% também afirmam que percorrem todas as regiões de Manaus.

Consideram outras cidades do Amazonas 39,3%, e estão procurando em outros estados da federação brasileira 26,4% dos respondentes da amostra.

Gráfico 27: Regiões de busca por trabalho

n=201;
n citações=470



A procura por trabalho no entorno da morada é frequente entre residentes de todas as regiões de Manaus, verificando-se menor ocorrência desse comportamento na região Centro-Sul, onde é mais prevalente a busca em todas as regiões de Manaus e em outras cidades do estado do Amazonas em relação aos moradores das demais regiões da capital amazonense.

É maior a chance de moradores das regiões Sul, Oeste e Norte procurarem trabalho no centro da cidade em relação aos moradores das demais regiões de Manaus.

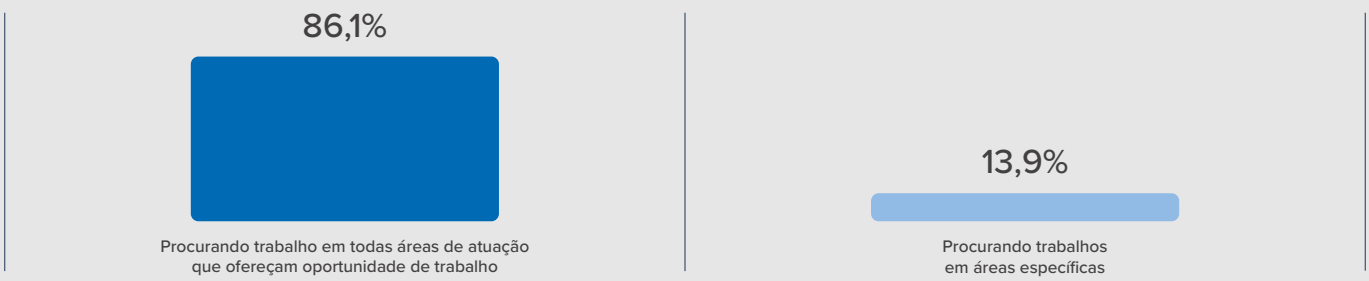
Já a busca por trabalho em outros estados é proporcionalmente maior na região Leste em relação às demais, além de menor nas regiões Norte e Sul. Moradores da região Norte tendem a procurar mais emprego no entorno da morada e no Centro e apresentam menor ocorrência do que a média de busca em todas as regiões da cidade, em outras cidades do estado, em outros estados e no distrito industrial (onde inclusive não houve frequência de procura entre respondentes da amostra que lá vivem).

Tabela 14: Locais em que procurou trabalho (frequência de quem procurou) por Região da morada

	Norte	Leste	Sul	Centro Sul	Oeste	Centro-Oeste	Total
Entorno da morada	16	28	49	13	18	14	138
	72,7%	77,8%	71,0%	*43,3%*	81,8%	66,7%	68,7%
Centro de Manaus	14	15	46	10	15	9	109
	63,6%	41,7%	**66,7%**	*33,3%*	**68,2%**	42,9%	54,2%
Distrito industrial	0	3	5	3	2	1	14
	0,0%	8,3%	7,2%	10,0%	9,1%	4,8%	7,0%
Todas as regiões de Manaus	5	11	22	19	10	10	77
	22,7%	30,6%	31,9%	**63,3%**	45,5%	47,6%	38,3%
Outras cidades do Amazonas	4	17	22	21	8	7	79
	18,2%	47,2%	31,9%	**70,0%**	36,4%	33,3%	39,3%
Outros estados	3	16	11	9	8	6	53
	13,6%	**44,4%**	*15,9%*	30,0%	36,4%	28,6%	26,4%

Entre os respondentes que buscam nova inserção laboral, 86,1% procuram trabalho em todas as áreas e segmentos econômicos; 13,9%, contudo, tentam se inserir em áreas de atuação específica.

Gráfico 28: Busca por trabalho na área de atuação n=201



Existe uma associação significativa entre a expectativa de inserção em segmentos específicos e a faixa etária. Pessoas mais velhas tendem a, em maior frequência, buscar trabalho em segmentos determinados em relação aos mais jovens.

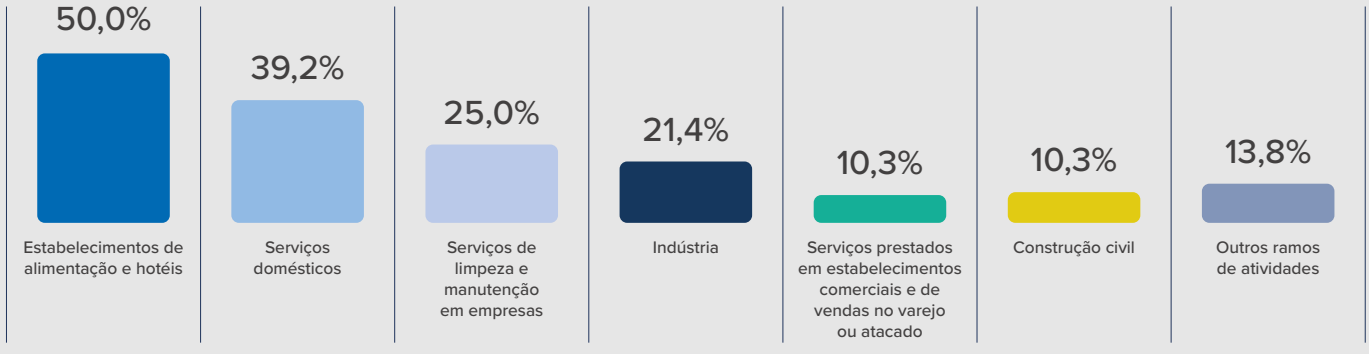
Tabela 15: Busca por trabalho na área de atuação por Faixas Etárias

		Até 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Procurando trabalho em todas as áreas de atuação que ofereçam oportunidades de trabalho	n	24	45	72	26	4	2	173
	%	**92,3%**	**95,7%**	87,8%	81,3%	44,4%	40,0%	86,1%
Procurando trabalhos em áreas específicas	n	2	2	10	6	5	3	28
	%	7,7%	4,3%	12,2%	**18,8%**	**55,6%**	**60,0%**	**13,9%**
Total	n	**26**	**47**	**82**	**32**	**9**	**5**	**201**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 27,196, p=0,00 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis.

Entre os 13,9% (n=28), que procuram trabalho em áreas específicas, o segmento mais citado foi o de alimentação e hotéis (50%, n=14); seguida de serviços domésticos (39,3% n=11).

Gráfico 29: Busca de trabalho no mês de referência, por ramo de atividade (múltiplas respostas) n=28



O segmento dos serviços prestados em estabelecimentos de alimentação e de hospedagem - restaurantes, bares, hotéis - é aquele em que 24,1% dos refugiados e migrantes venezuelanos da amostra mais se sentem à vontade para trabalhar. Preferem a indústria 7,6% dos respondentes; 3,8% os serviços de limpeza e de manutenção; 3,6% a construção civil; 2,9% os serviços domésticos; e 2,9% preferem estabelecimentos comerciais de venda no varejo ou atacado. Foram outras áreas citadas em frequência mais baixa: estética (salões de beleza, cabelereiro, manicure, barbeiro), refrigeração, administração, costura, logística, soldagem e motorista. Não apontaram área em que sentem mais afinidade 46,3% dos entrevistados.

Gráfico 30: Ramo de atividade em que gostaria ou se sentiria mais confortável de trabalhar n=419



Enquanto homens, mais do que mulheres, gostariam de trabalhar na construção civil e na indústria, mulheres tendem a manifestar maior preferência pelos serviços prestados em estabelecimentos de alimentação e de hospedagem do que homens. Mulheres também tendem a indicar com maior frequência do que homens o seu interesse por “qualquer área que lhe apresente oportunidade”.

À exceção da escolha pela “indústria” em maior frequência junto àqueles com escolaridade técnica ou universitária, não há particular diferença na distribuição das preferências segundo a escolaridade e as faixas etárias.

Tabela 16: Ramo de atividade em que mais gostariam de trabalhar por Gênero

		Masculino	Feminino	Total
Qualquer área que dê uma oportunidade	n	51	143	194
	%	36,7%	**53,4%**	47,7%
Construção civil	n	14	1	15
	%	**10,1%**	,4%	3,7%
Indústria	n	21	11	32
	%	**15,1%**	4,1%	7,9%

Tabela 16: Ramo de atividade em que mais gostariam de trabalhar por Gênero

Serviços prestados em estabelecimentos comerciais de varejo ou atacado	n	6	6	12
	%	4,3%	2,2%	2,9%
Serviços de limpeza e manutenção prestados nas empresas	n	4	12	16
	%	2,9%	4,5%	3,9%
Serviços domésticos prestados em casas de família	n	4	8	12
	%	2,9%	3,0%	2,9%
Serviços prestados em estabelecimentos de alimentação e hotéis	n	27	74	101
	%	19,4%	**27,6%**	24,8%
Outros	n	12	13	25
	%	**8,6%**	4,9%	6,1%
Total	n	**139**	**268**	**407**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 49,334, p=0,00 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis.

CURSO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Fizeram curso de formação profissional desde que chegaram ao Brasil 31% dos respondentes da amostra. Entre estes, 89,3% declaram ter apreendido muito (50,8%) ou aprendido (38,5%). Para 9,2% houve pouco aprendizado e 1,5% disseram não ter aprendido nada novo.

Gráfico 31: Realização de curso de qualificação no Brasil n= 419

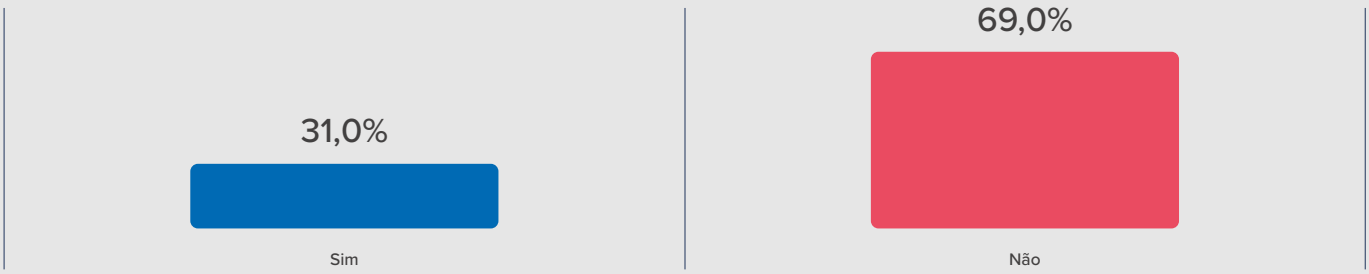
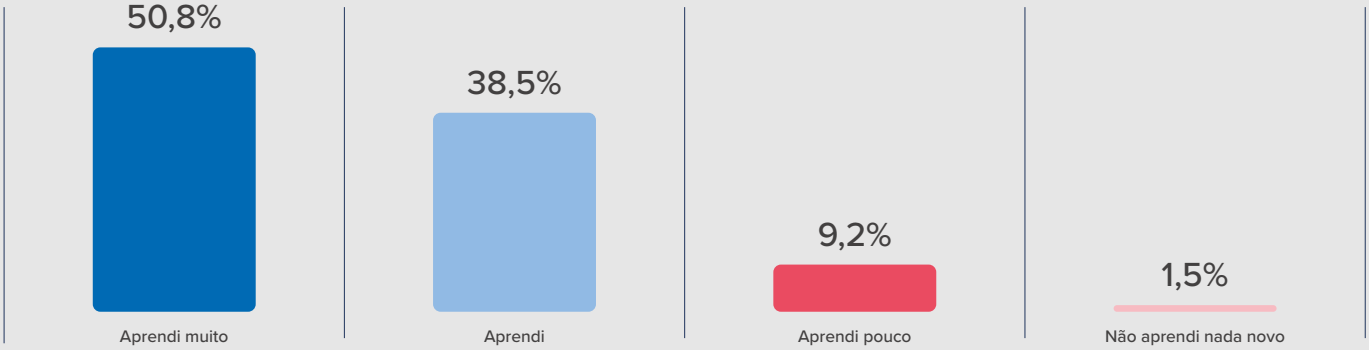


Gráfico 32: Aprendizado no curso de qualificação realizado no Brasil n=130



Há maior presença de empresários donos do próprio negócio entre aqueles que fizeram curso de qualificação em relação àqueles que não fizeram.

Tabela 17: Situação ocupacional por Curso de Qualificação

		Fez curso	Não fez curso	Total
Desempregado desalentado	n	14	21	35
	%	10,8%	7,3%	8,4%
Dono do próprio negócio	n	13	10	23
	%	**10,0%**	3,5%	5,5%
Emprego formal com carteira	n	8	11	19
	%	6,2%	3,8%	4,5%
Emprego sem carteira ou autônomo	n	30	88	118
	%	23,1%	30,4%	28,2%
Ambulante	n	20	71	91
	%	15,4%	**24,6%**	21,7%
Desempregado procurando emprego	n	30	55	85
	%	23,1%	19,0%	20,3%
Força de trabalho não potencial (incapacitado, indisponível)	n	15	33	48
	%	11,5%	11,4%	11,5%
Total	n	**130**	**289**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 15,330, p=0,018 em a=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis.

Enquanto 14,6% consideram que o curso de qualificação profissional os ajudou a conseguir um emprego na mesma área de formação do curso, 5,4% afirmaram que o curso os auxiliou a obter emprego em segmento distinto ao do curso realizado. Embora para 80% o curso não contribuiu para que conseguissem trabalho, 84,6% consideram o fato de terem feito o curso como aspecto que confere um grau maior de confiança na busca por trabalho.

Gráfico 33: Impacto do curso de qualificação realizado no Brasil n=419

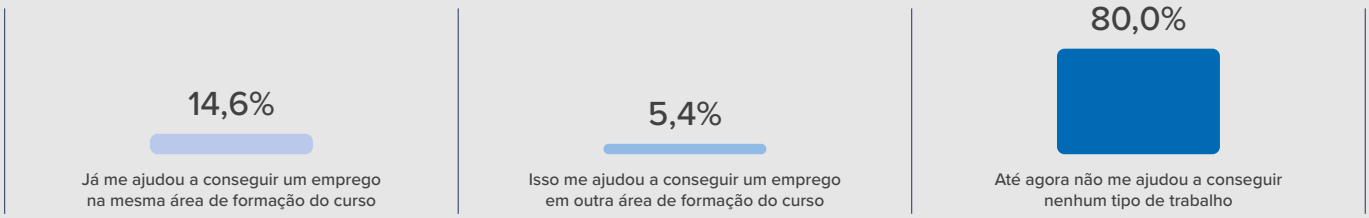
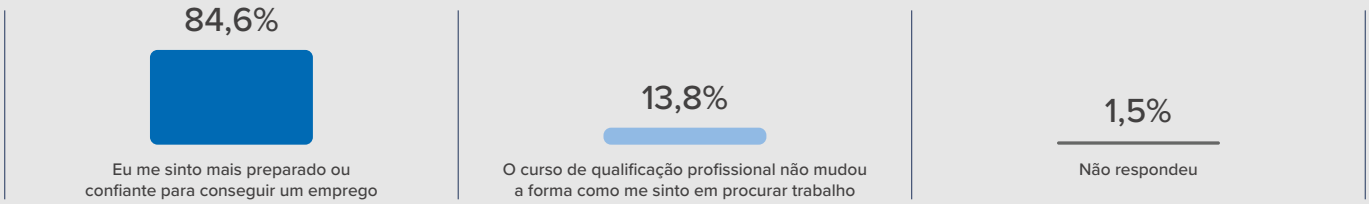


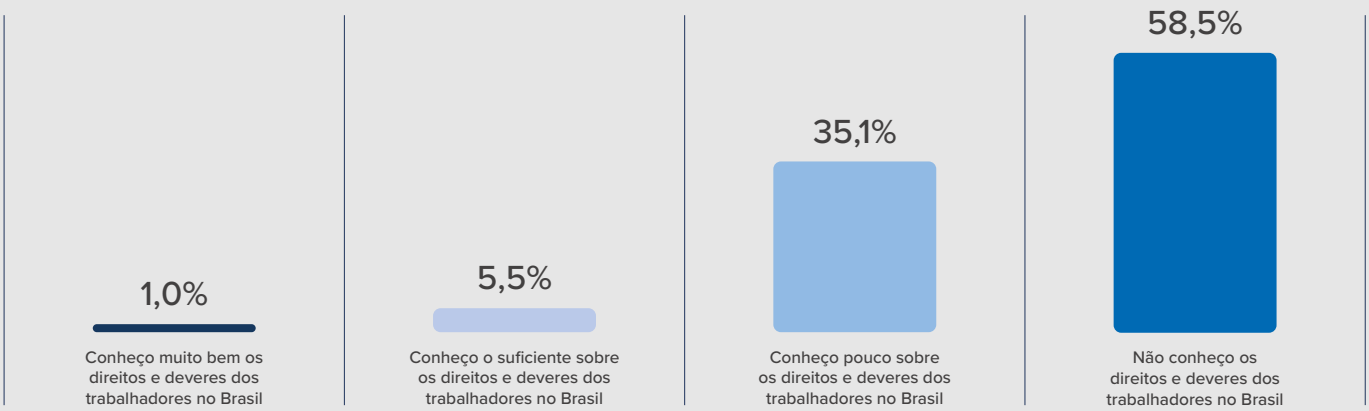
Gráfico 34: Impacto na busca por trabalho do curso de qualificação realizado no Brasil



CONHECIMENTO SOBRE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

A maioria dos refugiados e migrantes venezuelanos (58,5%) não conhece os direitos e deveres dos trabalhadores previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Outros 35,1% afirmam conhecer um pouco sobre a legislação trabalhista, enquanto apenas 6,5% conhecem muito bem (1%) ou conhecem o suficiente (5,5%).

Gráfico 35: Conhecimento dos direitos e deveres dos trabalhadores no Brasil segundo a CLT n=419





Relatório Analítico

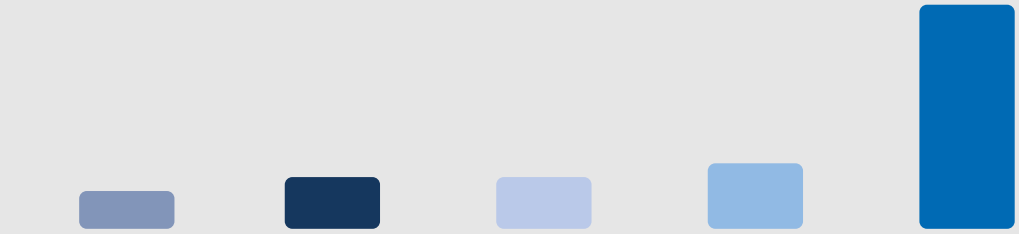
Bloco 5
Renda

©ACNUR/Felipe Irnaldo

RENDIMENTOS DO TRABALHO

O rendimento médio mensal do trabalho de 59,9% dos refugiados e migrantes venezuelanos de Manaus que estavam na força de trabalho ocupada em outubro de 2021 era de BRL 891,5. Aqueles 25% com o menor rendimento de trabalho receberam até BRL 600,0 (1º quartil); aqueles 25% com maior rendimento do trabalho receberam entre BRL 1.100,0 (3º quartil) até BRL 3.500,0, sendo este o valor máximo da distribuição. A mediana da distribuição foi de BRL 900,0.

Gráfico 36: Rendimento médio mensal provindo do trabalho (não inclui benefícios governamentais) n=239



	1º Quartil	Média	Mediana	3º Quartil	Valor máximo
Rendimento do trabalho	BRL 600,0	BRL 891,5	BRL 900,0	BRL 1.100,0	BRL 3.500,0

RENDIMENTOS DO TRABALHO NA FAMÍLIA PRINCIPAL

No último trimestre de 2021, as pessoas ocupadas no Brasil tinham, segundo a PNAD, média mensal de rendimento de BRL 2.447,0, valor quase três vezes superior ao rendimento médio dos refugiados e migrantes em Manaus (BRL 891,5). Já o rendimento dos trabalhadores do estado do Amazonas é de BRL 1.758,0 e é quase o dobro do rendimento do trabalho de migrantes e refugiados venezuelanos. Essa diferença reitera dados já apontados neste levantamento de campo, que indicam o rendimento baixo decorrente da situação ocupacional precária desta população.

No primeiro trimestre de 2020, último ciclo em que a PNAD[1] divulgou rendimentos por faixa de escolaridade, entre as pessoas com ensino fundamental completo o rendimento médio no Brasil era de BRL 1.687,0; entre as pessoas com ensino médio era de BRL 2.003,0; e entre as pessoas com ensino superior era de BRL 5.577,0. Já no estado do Amazonas, esses números eram respectivamente de BRL 1.170,0, BRL 1.641,0 e BRL 4.246,0. Registra-se, assim, um ganho de renda em função da escolaridade, sobretudo entre aqueles com ensino superior.

1 — PNAD Contínua, (1oT/2020).

Gráfico 37: Rendimentos do trabalho do Brasil *versus* Rendimento do trabalho de refugiados e migrantes em Manaus

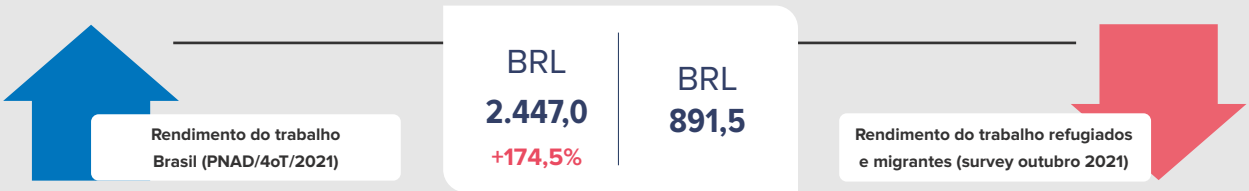
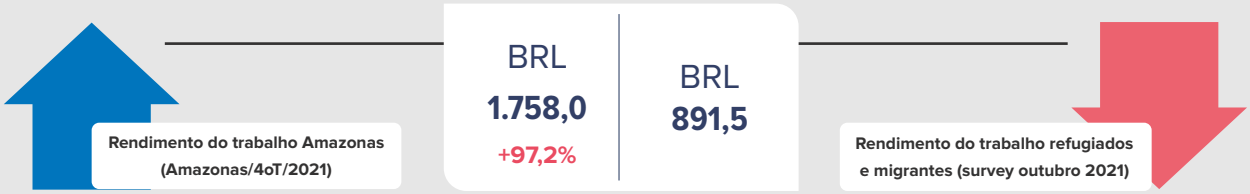


Gráfico 38: Rendimento do trabalho do estado do Amazonas *versus* Rendimento do trabalho de refugiados e migrantes em Manaus



Contudo, isso não se verifica entre refugiados e migrantes venezuelanos: em decorrência da precariedade da inserção laboral, o nível de formação escolar tem baixa repercussão sobre o rendimento do trabalho. A pesquisa demonstra que pessoas ocupadas com ensino Fundamental ganharam em média BRL 834,2; com formação no Ensino Médio, BRL 878,4; e já as pessoas com formação técnica média, técnica superior ou universitária, receberam, em média, BRL 962,8 na data de referência desta pesquisa, rendimento do trabalho médio um pouco maior em relação às duas categorias, mas ainda baixo. Dessa forma, a escolaridade dos refugiados e migrantes neste momento tem baixa repercussão em sua inserção laboral e para a conquista de melhores colocações no mercado de trabalho em Manaus, o que pode ser resultado de uma série de fatores. Cite-se como exemplo a dificuldade de validação de diplomas e reconhecimento formal do nível de escolaridade.

Gráfico 39: Rendimento do trabalho de refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus segundo formação escolar



	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Técnico ou Universitário
Rendimento do trabalho n=239	BRL 834,2	BRL 878,4	BRL 962,8

O rendimento médio do trabalho das mulheres é de BRL 827,0 e 18,5% inferior ao rendimento médio do trabalho dos homens, que é de BRL 980,0.

Gráfico 40: Rendimento do trabalho de refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus segundo Gênero



	Masculino	Feminino
Rendimento do trabalho n=239	BRL 980,0	BRL 827,0

Refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus sem documentos de regularização migratória ganham, em média BRL 654,0, valor 37,9% inferior ao verificado entre a população documentada, que apresenta rendimento médio de BRL 902,0 – valor abaixo do salário mínimo nacional (de BRL1.100,0 à época da aplicação das entrevistas).

Gráfico 41: Rendimentos do trabalho e Documentos de regularização migratória no Brasil



	Com documentos	Sem documentos
■ Rendimento do trabalho n=239	BRL 902,0	BRL 654,0

PESSOAS TRABALHANDO NA FAMÍLIA PRINCIPAL

Em 17,9% das famílias de refugiados e migrantes venezuelanos não havia, no momento desta pesquisa, nenhuma pessoa exercendo atividades remuneradas. Em 64,4% dos domicílios havia uma pessoa ocupada nessas atividades; em 16% havia duas; e em 1,6% havia três ou quatro pessoas em atividades remuneradas.

Dentre as famílias sem ninguém exercendo essas atividades (17,9%), 50,7% são compostas por apenas uma pessoa adulta com 19 anos ou mais; em 30,7% há duas pessoas adultas; e 18,7% contam com três ou mais pessoas adultas.

Tabela 18: Pessoas adultas na família principal por Número de pessoas exercendo atividade remunerada na família

		Nenhuma	Uma pessoa	Duas pessoas	Três a 4 pessoas	Total
Uma pessoa adulta	n	38	93	8	2	141
	%	**50,7%**	34,4%	11,9%	28,6%	33,7%
Duas pessoas adultas	n	23	136	46	3	208
	%	30,7%	50,4%	68,7%	42,9%	49,6%
Três pessoas adultas	n	14	41	13	2	70
	%	18,7%	15,2%	19,4%	28,6%	16,7%
Total	n	**75**	**270**	**67**	**7**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 27,783, p=0,000 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis.

Ainda sobre o mesmo grupo, há em 61,3% das famílias crianças de 0 a 5 anos; em 29,3% delas estão presentes crianças do grupo de 6 a 12 anos; e em 24% há jovens do grupo de 13 a 18 anos.

Tabela 19: Composição das famílias segundo crianças e jovens de 0 a 18 anos por Número de pessoas exercendo atividade remunerada na família

		Nenhuma	Uma pessoa	Duas pessoas	Três a 4 pessoas	Total
Sem crianças e jovens de 0 a 18 anos	n	13	60	12	1	86
	%	17,3%	22,2%	17,9%	14,3%	20,5%
Com crianças de 0 a 5 anos e/ ou jovens de 6 a 18 anos	n	46	130	29	4	209
	%	**61,3%**	48,1%	43,3%	57,1%	49,9%
Com crianças e jovens de 6 a 18 anos	n	16	80	26	2	124
	%	21,3%	29,6%	38,8%	28,6%	29,6%
Total	n	**75**	**270**	**67**	**7**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 7,553, p=0,273 em α=0,05. Não há relação de associação entre as duas variáveis.

ACESSO A BENEFÍCIOS SOCIAIS

Tiveram acesso ao benefício do Bolsa Família no mês anterior ao de referência do levantamento de campo 10,3% das famílias da amostra, representando apenas 12,9% das famílias com filhos de 0 a 18 anos. Importa notar que o acesso ao Bolsa Família apresentou restrições durante alguns períodos em 2020 e 2021 para novos inscritos ou atualizações de cadastro na cidade de Manaus com a declaração de emergência em saúde pública causada pela pandemia de COVID-19, o que dificultou o funcionamento da rede de assistência social em atendimento local, refreando algumas famílias de acessarem o benefício durante o período (embora outras, em lista de espera, possam ter sido contempladas após aumento do orçamento para o programa devido à pandemia). Ainda, aqueles que recebiam o Bolsa Família no período anterior ao início do Auxílio Emergencial passaram a receber apenas este benefício, quando apresentava valor maior do que o Bolsa Família, de maneira que os auxílios não se somaram[2], sendo o último (posteriormente nomeado Auxílio Brasil) retomado apenas em novembro de 2021[3] e não contemplando necessariamente todos os que foram anteriormente beneficiários do Auxílio Emergencial[4].

Foram beneficiados pelo Auxílio Emergencial 43% dos respondentes da amostra, não tendo, portanto, acesso ao benefício 57% dos respondentes. Vale destacar o fechamento da fronteira por motivos sanitários relacionados à pandemia de COVID-19 a partir de março de 2020, o que também restringiu o acesso à documentação de pessoas venezuelanas e, por consequência, o acesso aos benefícios sociais.

RENDA FAMILIAR E RENDA *PER CAPITA*

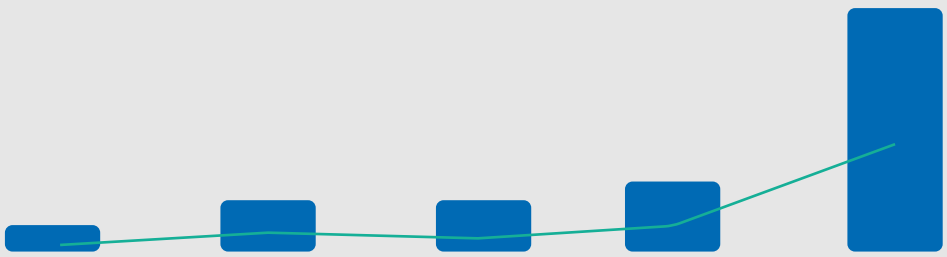
A renda familiar média de refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus foi de BRL 1010,0 em setembro de 2021, mês anterior ao levantamento de campo. Um quarto das famílias com menor renda familiar receberam até BRL 500,0 (1º quartil). Aqueles 25% com maior renda familiar receberam de BRL 1.300,0 (3º quartil) a até BRL 4.500,0 (valor máximo da distribuição). A mediana foi de BRL 950,0.

2 —BRASIL. Decreto nº 10.661, de 26 de março de 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.661-de-26-de-marco-de-2021-310836042>.

3 — À época da pesquisa, ainda não havia ocorrido o início de pagamentos do Auxílio Brasil. GOVERNO FEDERAL. Auxílio Brasil começa a ser pago no dia 17 de novembro. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/auxilio-brasil-comeca-a-ser-pago-no-dia-17-de-novembro>.

4 — G1. Fim do Auxílio Emergencial deve deixar mais de 22 milhões sem benefício; entenda. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/auxilio-emergencial/noticia/2021/11/16/auxilio-emergencial-e-auxilio-brasil-entenda.ghtml>.

Gráfico 42: Renda familiar e Rendimento *per capita* no mês de referência



	1º Quartil	Média	Mediana	3º Quartil	Valor máximo
Renda familiar	BRL 500,0	BRL 1.010,0	BRL 950,0	BRL 1.300,0	BRL 4.500,0
Renda *per capita*	BRL 135,0	BRL 346,5	BRL 258,3	BRL 466,7	BRL 2.000,0

Escolaridade e Renda Familiar - Não há diferença significativa[5] entre o rendimento familiar e o nível de escolaridade informado pelo respondente.

5 — Anova, z=0,112, p=0,894.

Gráfico 43: Renda familiar segundo Escolaridade

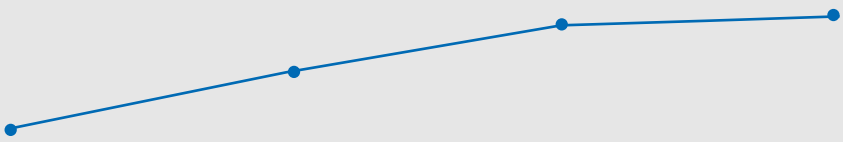


	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Técnico ou Universitário
Renda familiar n=415	BRL 983,1	BRL 1.013,3	BRL 1.029,0

RENDA FAMILIAR E VARIÁVEIS ASSOCIADAS

Número de pessoas trabalhando em atividades remuneradas na família - Uma das formas de driblar a precariedade da inserção laboral e baixos rendimentos do trabalho é a inserção de mais pessoas do mesmo núcleo familiar no mercado de trabalho. Famílias com uma pessoa exercendo atividade remunerada têm, em média, renda mensal de BRL 1.035,4; com duas pessoas trabalhando, a renda familiar sobe para BRL 1.679,3; e com entre três e quatro pessoas exercendo atividade remunerada a renda familiar média é de BRL 1.785,7.

Gráfico 44: Renda familiar e número de pessoas exercendo atividade remunerada



	Nenhuma pessoa em atividade remunerada	Uma pessoa em atividade remunerada	Duas pessoas em atividade remunerada	Duas pessoas em atividade remunerada
Renda familiar n=415	BRL 219,5	BRL 1.035,4	BRL 1.679,3	BRL 1.785,7

Documentação e renda familiar - A renda familiar de refugiados e migrantes sem documento de regularização migratória, de BRL 712,2, é, em média, 44,6% inferior à renda familiar daqueles com a documentação regularizada, sendo esta em média no valor de BRL 1.029,8.

Gráfico 45: Renda familiar e documentação de regularização migratória



	Sem documentos	Com documentos
Renda familiar n=415	BRL 712,2	BRL 1.029,8

Conectividade - À medida que ampliam a renda familiar, refugiados e migrantes tendem a melhorar a sua conexão com a internet, contratando pacotes de dados ou rede domiciliar Wi-Fi.

Gráfico 46: Renda familiar e conexão à internet



	Sem conexão à internet	Com Wi-Fi ou pacotes de dados	Com Wi-Fi e pacotes de dados
Renda familiar n=415	BRL 818,2	BRL 900,0	BRL 1.150,0

Renda *per capita* e pobreza extrema - A pesquisa mostra ainda que 21,7% das pessoas vivem abaixo do limite diário de USD 1,90 estabelecido pelo Banco Mundial para a extrema pobreza, frente a 11,4% da população residindo na região Norte. O Banco Mundial utiliza três linhas de pobreza a depender do nível de renda dos países e a atual linha internacional de extrema pobreza é fixada em USD 1,90 por dia em termos de Poder de Paridade de Compra - PPC (ou, em inglês, PPP, *purchasing power parity*).

Considerando que quanto maior o nível de renda média dos países, maior deve ser a linha de pobreza para que essa mantenha correspondência com o nível de rendimento médio daquela população, o Banco Mundial recomenda o uso da linha de USD 5,50 PPC para países de renda média-alta, grupo ao qual o Brasil pertence com mais 46 países. Para a faixa de USD 5,50 são 46,5% das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas amostradas frente a 41,6% da população residindo no Norte do país. A renda *per capita* média de refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus é de BRL 371,6, menos da metade da renda média domiciliar *per capita* de Manaus, que é de BRL 811,8[6].

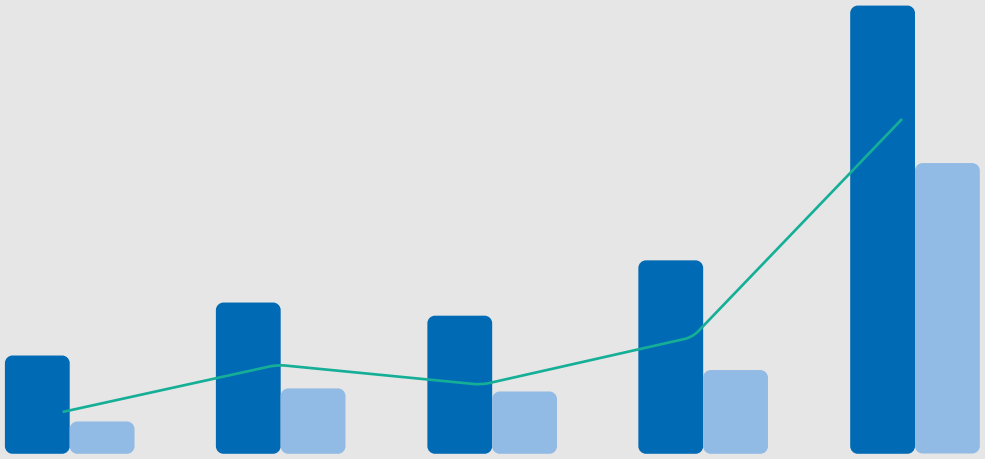
RENDA FAMILIAR NECESSÁRIA PARA A SOBREVIVÊNCIA

Refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus projetam ser necessária, para a sobrevivência, uma renda familiar média de BRL 2.328,3 – valor BRL 1.228,3 mais alto que o salário mínimo nacional (de BRL 1.100,0 à época da aplicação das entrevistas). Aqueles 25% que estimam a menor despesa, fazem-no de BRL 1 mil (valor mínimo) até BRL 1.500,0 (1º quartil). Aqueles 25% que projetam a necessidade de despesas maiores, fazem-no de BRL 3.000,0 até BRL 7.000,0 (valor máximo). A mediana da distribuição é de BRL 2.150,0, o que significa dizer que metade dos refugiados e migrantes projetam despesa mínima necessária à sobrevivência com até este valor; a outra metade consideram valores que variam de BRL 2.150,0 a até BRL 7.000,0 (valor máximo).

Quando a renda familiar que têm hoje é colocada em perspectiva comparada ao valor mínimo que projetam ser necessário para sobreviver, refugiados e migrantes venezuelanos em Manaus estão distantes, em média, BRL 1.318,3, de forma que precisariam acrescer ao seu rendimento este valor para alcançar o que consideram o básico para sobrevivência. Um quarto das famílias que estão mais próximas de alcançar a renda necessária para sobreviver precisam aumentar em até BRL 737,0 os seus rendimentos (1º quartil). Aqueles 25% das famílias que estão mais distantes de ganhar o que acreditam ser necessário precisam aumentar os seus rendimentos entre BRL 1.775,0 (3º quartil) a até BRL 5.100,0 (valor máximo da distribuição).

6 — Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida (IBGE, 2020). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>.

Gráfico 47: Projeção pelos respondentes de renda mensal necessária para sustento das despesas básicas da família

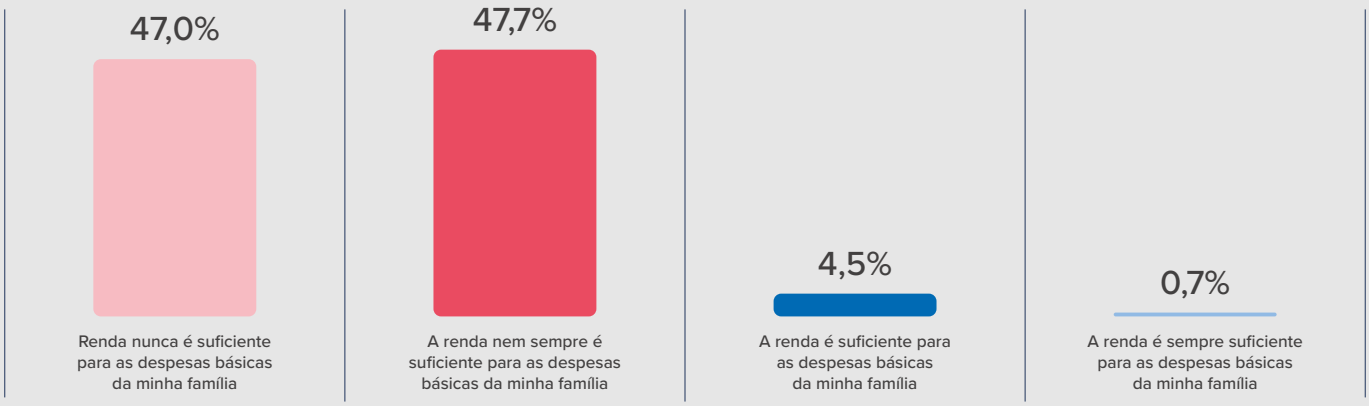


	1º Quartil	Média	Mediana	3º Quartil	Valor máximo
Projeção da renda necessária n=385	BRL 1.500,0	BRL 2.328,3	BRL 2.150,0	BRL 3.000,0	BRL 7.000,0
Renda familiar real n=415	BRL 500,0	BRL 1.010,0	BRL 950,0	BRL 1.300,0	BRL 4.500,0
Diferença n=385	BRL 737,0	BRL 1.318,3	BRL 1.100,0	BRL 1.775,0	BRL 5.100,0

Apenas 5,2% dos respondentes da amostra consideram que a renda familiar que têm seja sempre suficiente para as despesas básicas da família (0,7%) ou que a renda familiar seja suficiente para as despesas básicas da família (4,5%). Para 47,7% a renda familiar nem sempre é suficiente para as despesas básicas, enquanto 47% avaliam que a renda familiar nunca seja suficiente para a família.

Gráfico 48: Percepção dos respondentes sobre a suficiência da renda recebida para as despesas básicas da família

n=419





Relatório Analítico

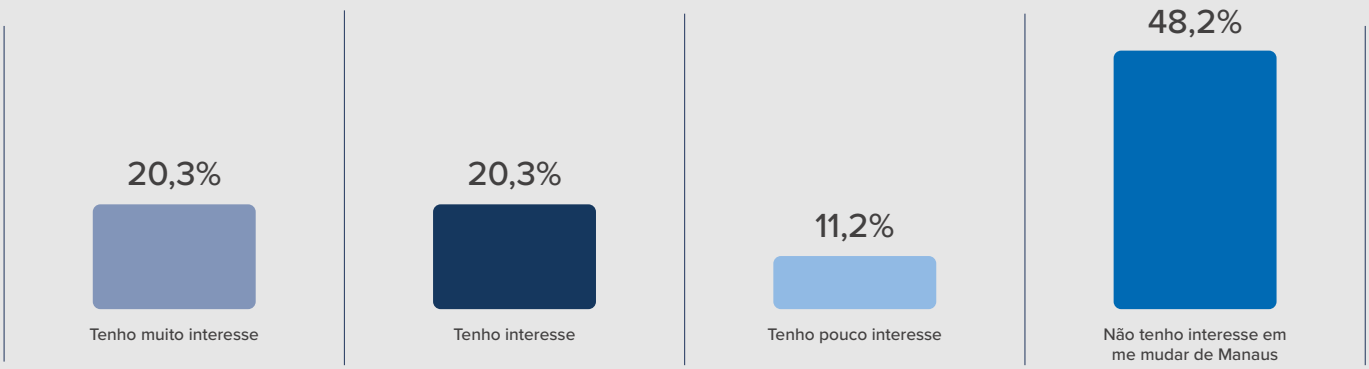
Bloco 6
Capital social e futuro

©ACNUR/Gabo Morales

DESLOCAMENTO PARA OUTROS ESTADOS

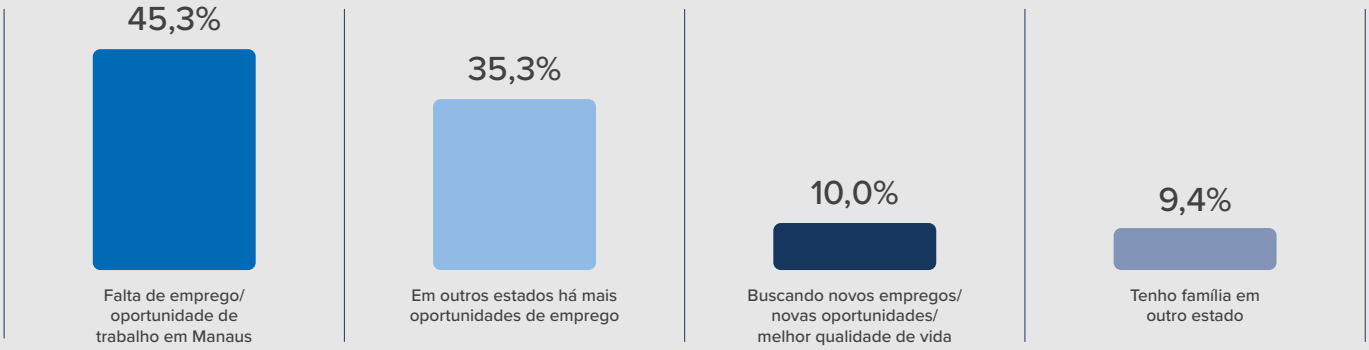
Os entrevistados foram indagados sobre seu interesse em serem realocados para outros estados do Brasil, com 59,4% dos respondentes indicando não demonstrarem interesse, desagregados em pouco (11,2%) ou nenhum interesse (48,2%). Manifestam interesse em deslocamento a outros estados do Brasil 40,6%, dos entrevistados, sendo que 20,3% têm muito interesse e 20,3% declaram ter interesse, somente.

Gráfico 49: Interesse na realocação para outros estados do Brasil n=419



Entre os 40,6% que manifestam interesse em mudar de Manaus, a principal motivação para tanto é a expectativa de encontrar mais oportunidades para a inserção laboral em outros estados brasileiros: "falta de emprego e de oportunidades em Manaus" (45,3%), "em outros estados há mais oportunidades" (35,3%) e "buscando novos empregos, novas oportunidades e mais qualidade de vida" (10%) são as respostas espontâneas que mais se repetem. Para 9,4% a motivação para mudar-se a outros estados do Brasil é reunir-se à família.

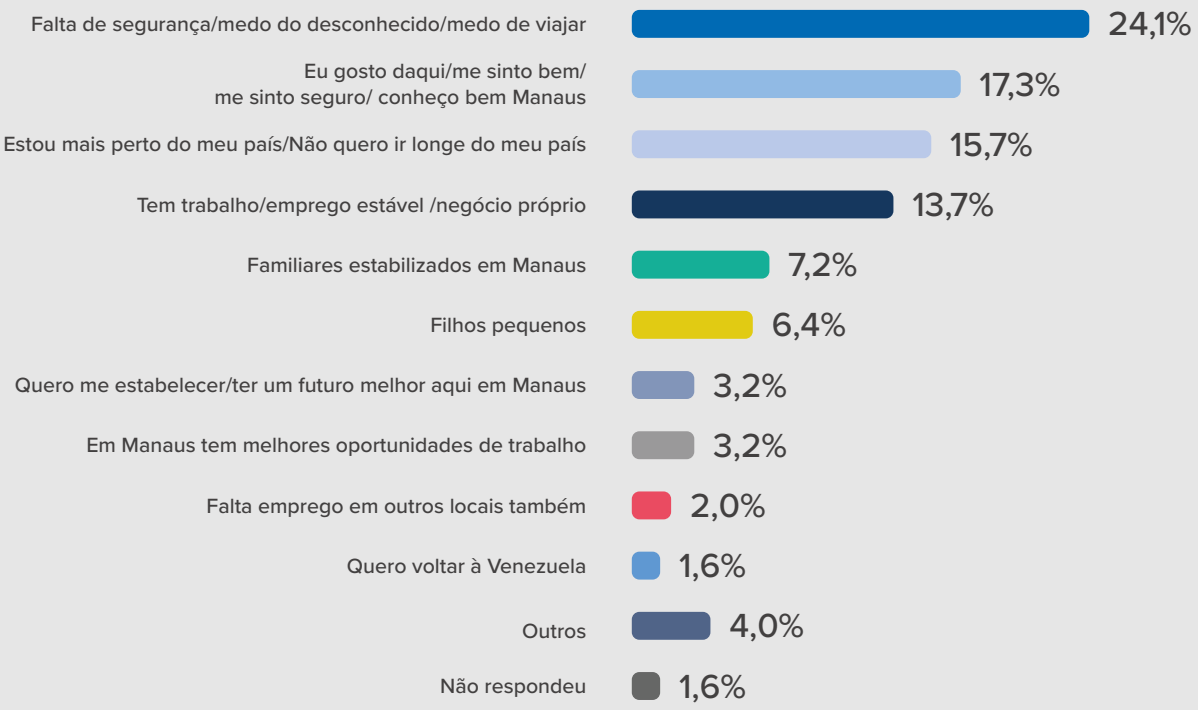
Gráfico 50: Motivação para o interesse no deslocamento para outros estados do Brasil n=170



Entre aqueles que não manifestam interesse no deslocamento, as motivações mais frequentemente apresentados foram o medo do desconhecido e a insegurança em relação às condições que encontrarão no destino (24,1%); o fato de conhecerem Manaus e já estarem adaptados à cidade (17,3%); o desejo de se manterem mais próximos geograficamente à Venezuela, onde têm familiares (15,7%); e haver atualmente emprego, negócio próprio ou um meio de vida considerado estável (13,7%). São também justificativas a proximidade com parentes e familiares estabelecidos em Manaus (7,2%) e filhos pequenos (6,4%). Em menor frequência, há justificativas que apontam para a intenção de se estabelecerem na cidade por acreditar que terão mais oportunidades na capital do Amazonas

do que em outros locais, onde também acreditam faltar empregos. Na categoria de respostas *outros* (4%), foram citadas: a espera por familiares chegarem da Venezuela; problemas de saúde na família; gravidez; falta de documentação; expectativa que filho aprenda o idioma primeiro; e possuir rede de proteção em Manaus e receber apoio na cidade.

Gráfico 51: Motivação para o não interesse no deslocamento para outros estados do Brasil n=249



Há maior interesse no deslocamento para outros estados do país por parte de: famílias monoparentais e pessoas adultas sem família no Brasil, em comparação às famílias biparentais e aos casais sem filho; por mulheres, em comparação aos homens; por pessoas na faixa etária de 40 a 49 anos, em comparação às demais categorias de idade, sobretudo faixas acima de 50 anos; por pessoas com formação do Ensino Médio, em comparação às pessoas com apenas Ensino Fundamental ou formação Técnica ou Universitária; e também por pessoas que estão inseridas precariamente no mercado de trabalho, como ambulantes, ou pessoas desempregadas procurando trabalho.

Tabela 20: Interesse no deslocamento para outros estados por Arranjo da família principal

		Monoparental	Biparental	Casal sem filhos	É sozinho (pessoa adulta e economicamente independente)	Total
Tenho muito interesse/interesse	n	77	67	5	21	170
	%	**48,1%**	35,6%	17,9%	**48,8%**	40,6%
Tenho pouco ou nenhum interesse	n	83	121	23	22	249
	%	51,9%	**64,4%**	**82,1%**	51,2%	59,4%
Total	n	160	188	28	43	419
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Qui-quadrado: 12,894, p=0,005 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis

Tabela 21: Interesse no deslocamento para outros estados por Gênero

		Masculino	Feminino	Total
Tenho muito interesse/interesse	n	49	121	170
	%	34,3%	**43,8%**	40,6%
Tenho pouco ou nenhum interesse	n	94	155	249
	%	**65,7%**	56,2%	59,4%
Total	n	**143**	**276**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 3,783, p=0,05 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis

Tabela 22: Interesse no deslocamento para outros estados por Faixa etária

		Até 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais	Total
Tenho muito interesse/ interesse	n	26	39	61	35	6	3	170
	%	40,0%	40,6%	42,1%	**46,7%**	22,2%	27,3%	40,6%
Tenho pouco ou nenhum interesse	n	39	57	84	40	21	8	249
	%	60,0%	59,4%	57,9%	53,3%	**77,8%**	**72,7%**	59,4%
Total	n	**65**	**96**	**145**	**75**	**27**	**11**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado: 5,877, p=0,318 em α=0,05 Não há relação de associação entre as duas variáveis

Tabela 23: Interesse no deslocamento para outros estados por Escolaridade

		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Técnico ou universitário	Total
Tenho muito interesse/interesse	n	30	100	40	170
	%	30,9%	**46,5%**	37,4%	40,6%
Tenho pouco ou nenhum interesse	n	67	115	67	249
	%	**69,1%**	53,5%	62,6%	59,4%
Total	n	**97**	**215**	**107**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado:7,339, p=0,025 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis

Tabela 24: Interesse no deslocamento para outros estados por Situação ocupacional

		Força de trabalho não potencial	Desempregado procura emprego	Ambulante	Emprego sem carteira	Emprego com carteira	Dono do próprio negócio	Desempregado desalentado	Total
Tenho muito interesse/interesse	n	11	40	45	48	3	10	13	170
	%	22,9%	**47,1%**	**49,5%**	40,7%	15,8%	43,5%	37,1%	40,6%
Tenho pouco ou nenhum interesse	n	37	45	46	70	16	13	22	249
	%	77,1%	52,9%	50,5%	59,3%	**84,2%**	56,5%	62,9%	59,4%
Total	n	**48**	**85**	**91**	**118**	**19**	**23**	**35**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado:15,756, p=0,015 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis

PLANOS PARA O FUTURO

Fazem planos para trazer ao Brasil parentes e pessoas próximas 66,1% dos respondentes da amostra, enquanto 33,9% dizem não ter esses planos.

O projeto de trazer ao país familiares e pessoas próximas é mais frequente entre famílias categorizadas no Brasil como "casal sem filhos" e "pessoas sós" em relação às famílias monoparentais e biparentais.

Tabela 25: Desejo de trazer outras pessoas ao Brasil por Arranjo da família principal

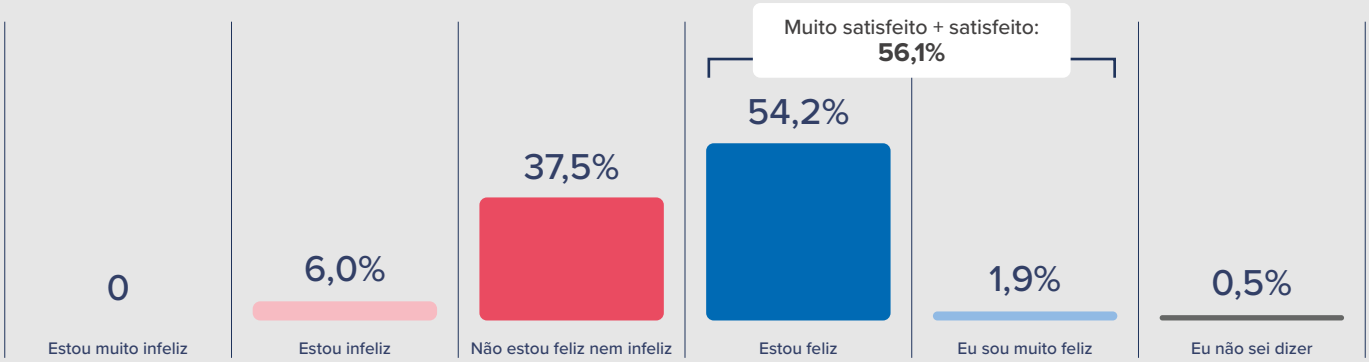
		Monoparental	Biparental	Casal sem filhos	É sozinho (pessoa adulta e economicamente independente)	Total
Sim, tem pessoas que deseja trazer ao Brasil	n	99	122	24	32	277
	%	61,9%	64,9%	**85,7%**	**74,4%**	66,1%
Não tem mais pessoas que deseja trazer ao Brasil	n	61	66	4	11	142
	%	38,1%	35,1%	14,3%	25,6%	33,9%
Total	n	160	188	28	43	419
	%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Qui-quadrado:7,533, p=0,05 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis

BEM-ESTAR

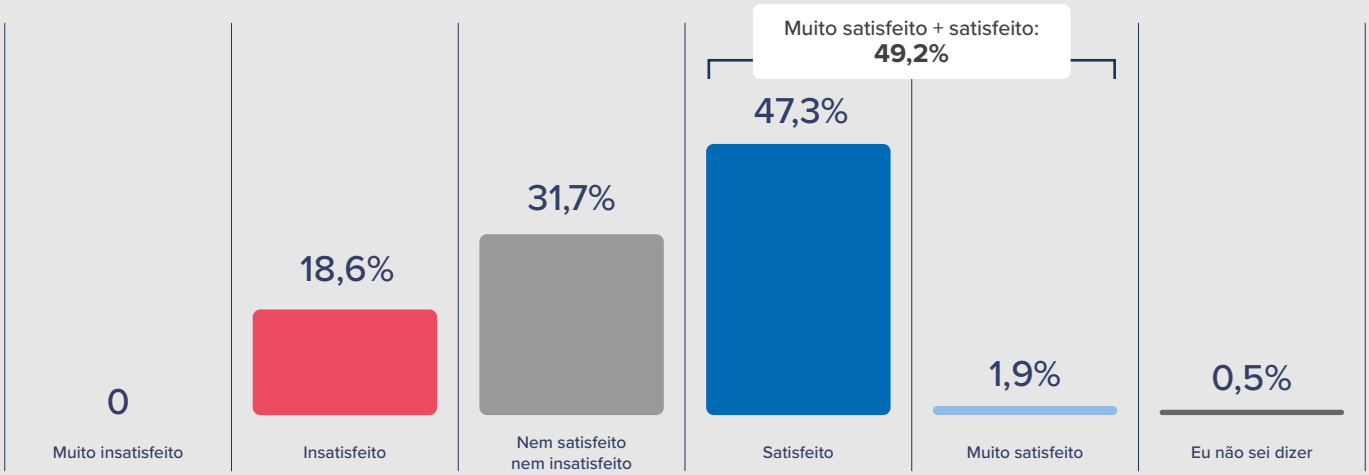
Sentem-se felizes vivendo no Brasil 56,1% dos respondentes da amostra: 1,9% se declaram "muito feliz" e 54,2% afirmam se sentirem "feliz". 37,5% dizem não estar "nem feliz nem infeliz", e 6% indicam estar infelizes. Não houve frequência de respostas "muito infeliz". Não responderam 0,5% dos entrevistados.

Gráfico 52: Sentimento com relação a morar no Brasil n=419



Declaram-se satisfeitos com a qualidade de vida no Brasil 49,2% dos respondentes da amostra: 1,9% se dizem "muito satisfeito" e 47,3% afirma estar "satisfeito". 31,7% indicam sentir-se nem satisfeito nem insatisfeito e estão insatisfeitos com a qualidade de vida no Brasil 18,6%. Não responderam 0,5%.

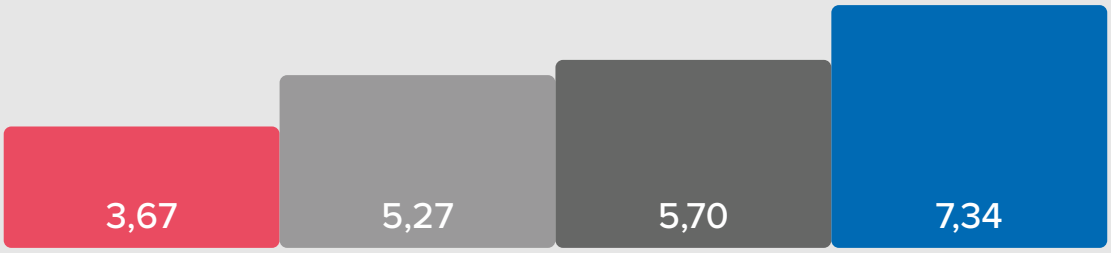
Gráfico 53: Sentimento com relação à qualidade de vida no Brasil n=419



Por meio de análise multivariada, técnica de extração Análise de Componentes Principais (ACP), foi gerada a Escala Crescente de Bem-estar, a partir das duas variáveis que mensuraram a felicidade e a satisfação com a qualidade de vida no Brasil, linearizados numa escala de 0 a 10, em que quanto maior a pontuação na escala, maior o bem-estar do respondente.

Na Escala de Bem-Estar de 0 a 10, a nota média pontuada pelos respondentes é de 5,3. A mediana da distribuição é de 5,7. Aqueles 25% menos satisfeitos e felizes pontuam até 3,67 (1º quartil); aqueles 25% mais felizes e satisfeitos pontuam acima de 7,34 (3º quartil).

Gráfico 54: Escala de Bem-Estar de 0 a 10



1º quartil	3,67
Média	5,27
Mediana	5,70
3º quartil	7,34

Moradores das regiões Centro-Oeste, Norte e Leste tendem a pontuar mais na Escala de Bem-Estar do que na Região Centro-Sul. Casais sem filhos e famílias biparentais pontuam, em média, mais do que as famílias monoparentais. Homens pontuam mais do que mulheres. Jovens de até 24 anos tendem a estar menos satisfeitos e felizes do que pessoas com 50 anos ou mais. Aqueles com formação técnica ou universitária expressam maior bem-estar em relação àqueles com formação até o Ensino Fundamental. Também, pessoas com emprego formal, emprego sem carteira assinada ou donos do próprio negócio tendem a pontuar mais na Escala de Bem-estar do que ambulantes.

Gráfico 55: Infográfico - Perfil das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas com maior probabilidade de se sentirem mais felizes e satisfeitas com a vida no Brasil

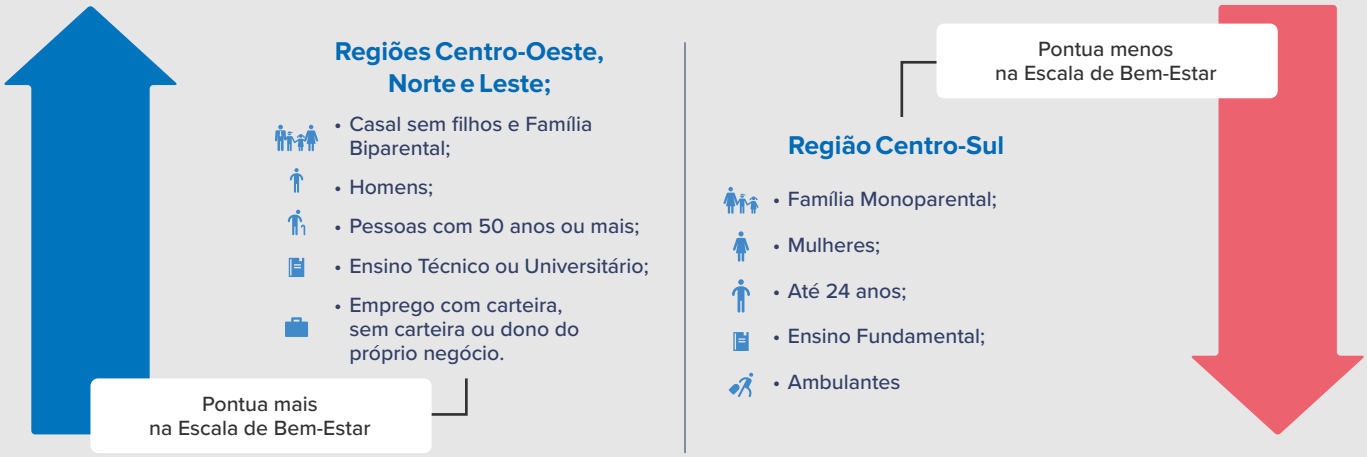
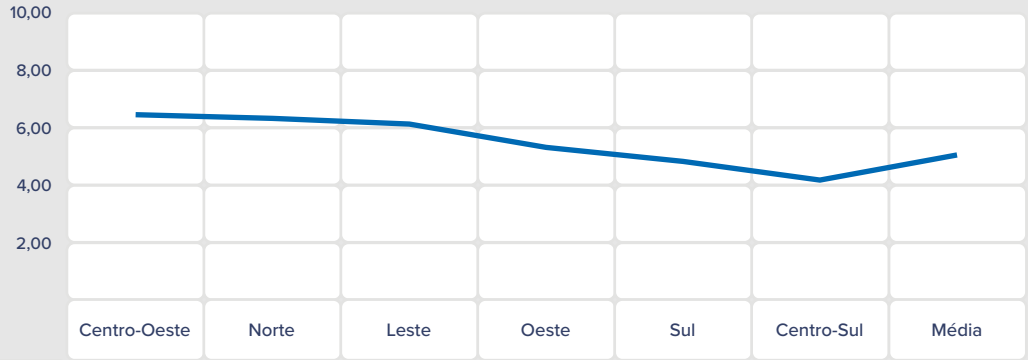
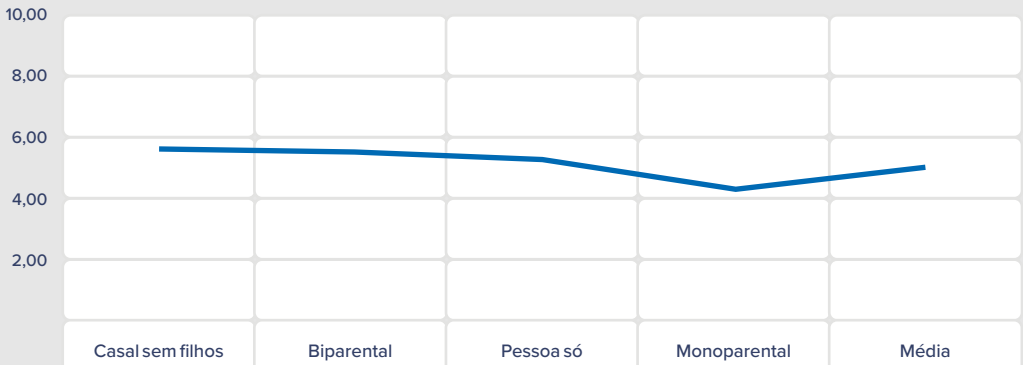


Gráfico 56: Notas de 0 a 10 na Escala de Bem-Estar segundo Região de Manaus



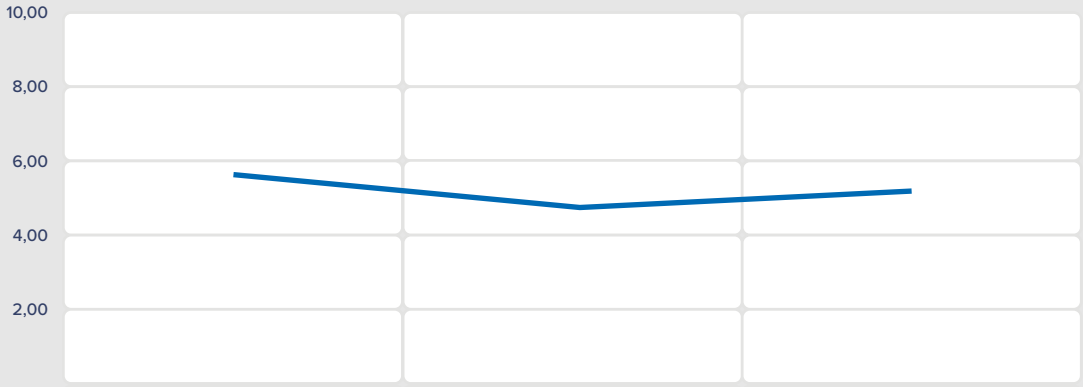
	Centro-Oeste	Norte	Leste	Oeste	Sul	Centro-Sul	Média
Notas médias na Escala de Bem-Estar	6,15	6,05	5,93	5,13	4,78	4,24	5,27

Gráfico 57: Notas de 0 a 10 na Escala de Bem-Estar segundo Arranjo da família principal



	Casal sem filhos	Biparental	Pessoa só	Monoparental	Média
Notas médias na Escala de Bem-Estar	5,60	5,53	5,38	4,88	5,27

Gráfico 58: Notas de 0 a 10 na Escala de Bem-Estar segundo Gênero



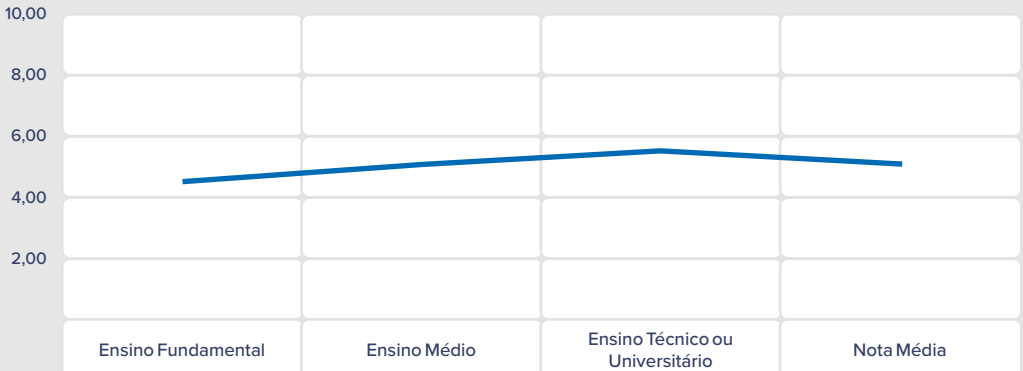
	Masculino	Feminino	Média
Notas médias na Escala de Bem-Estar	5,74	5,03	5,27

Gráfico 59: Notas de 0 a 10 na Escala de Bem-Estar segundo Faixa etária



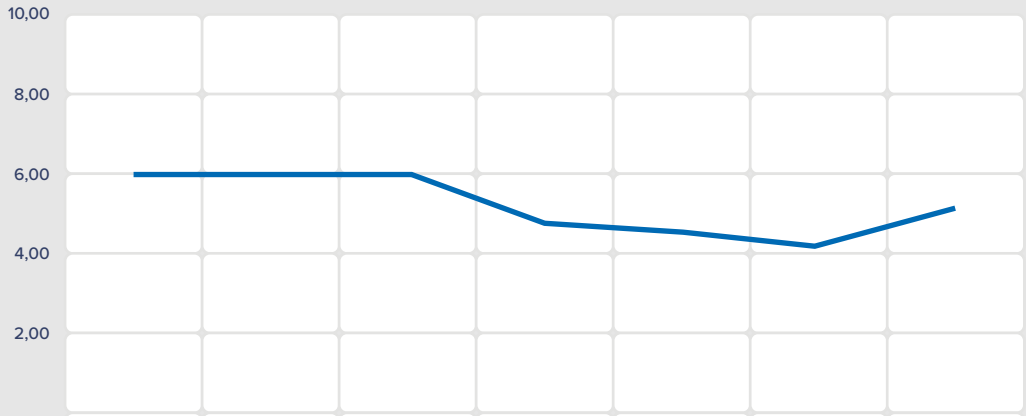
	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	50 anos ou mais	Média
Notas médias na Escala de Bem-Estar	4,48	5,08	5,48	5,37	6,16	5,27

Gráfico 60: Notas de 0 a 10 na Escala de Bem-Estar segundo Escolaridade



	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Técnico ou Universitário	Nota Média
Notas médias na Escala de Bem-Estar	4,89	5,31	5,56	5,27

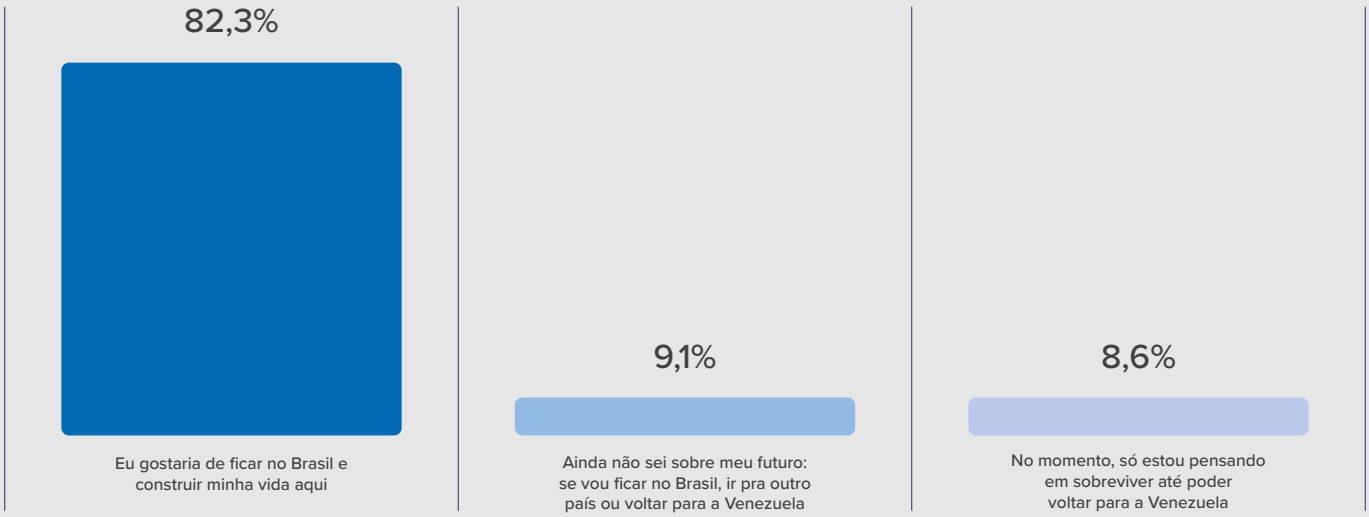
Gráfico 61: Notas de 0 a 10 na Escala de Bem-Estar segundo Situação ocupacional



	Emprego com carteira	Emprego sem carteira	Dono do próprio negócio	Desempregado	Ambulante	Fora de força de trabalho	Média
Notas médias na Escala de Bem-Estar	6,00	6,00	6,00	5,00	4,83	4,53	5,27

Para 82,3% dos respondentes da amostra há desejo e intenção de construir a vida em definitivo no Brasil. Enquanto 9,1% ainda não sabem projetar o próprio futuro - se permanecerão no Brasil, se deslocarão a um outro país ou retornarão à Venezuela -, para 8,6% não há projetos de permanência, apenas de sobrevivência até poderem voltar para a Venezuela.

Gráfico 62: Intenção de deslocamento para o futuro n=419



Ao se projetarem em cinco anos, 72,1% se veem morando no Brasil com um salário que cobrirá as despesas básicas da família; 18,1% se percebem morando no Brasil com um salário que cobre não todas, mas algumas das despesas básicas; 0,2% se veem no Brasil com um salário que continuará insuficiente. Acreditam que terão retornado para a Venezuela 8,8%. 0,2% não respondeu.

Gráfico 63: Projeção de deslocamento e satisfação das despesas básicas da família em cinco anos

n=419



Capital Social - Relacionamentos

Pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas que residem em Manaus sentem, sobretudo, que socializam tanto com brasileiros quanto com venezuelanos (82,1%). Apenas 12,6% se socializam mais com venezuelanos; 5% acreditam que atualmente se socializam mais com brasileiros; e 0,2% indicaram não socializar com ninguém.

Famílias monoparentais tendem a ter maior socialização apenas com venezuelanos em relação aos demais tipos de composição familiar.

Tabela 26: Socialização por Arranjo da família principal

		Monoparental	Biparental	Casal sem filhos	É sozinho (adulto economicamente independente)	Total
Brasileiros	n	3	12	1	5	21
	%	1,9%	6,4%	3,6%	**11,6%**	5,0%
Venezuelanos	n	25	21	2	5	53
	%	**15,6%**	11,2%	7,1%	11,6%	12,6%
Brasileiros e venezuelanos	n	132	155	25	32	344
	%	82,5%	82,4%	89,3%	74,4%	82,1%
Eu não socializo com ninguém	n	0	0	0	1	1
	%	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%	,2%
Total	n	**160**	**188**	**28**	**43**	**419**
	%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**

Qui-quadrado:19,105, p=0,024 em α=0,05. Há relação de associação entre as duas variáveis

DISCRIMINAÇÃO

Nunca se sentiram discriminados no Brasil enquanto pessoa refugiada e migrante venezuelana 82,8%. Ao mesmo tempo, 14,8% informaram raramente terem sido discriminados no Brasil, 1,4% sentiram discriminação frequentemente, e 0,2% perceberam discriminação com muita frequência. 0,7% não responderam.

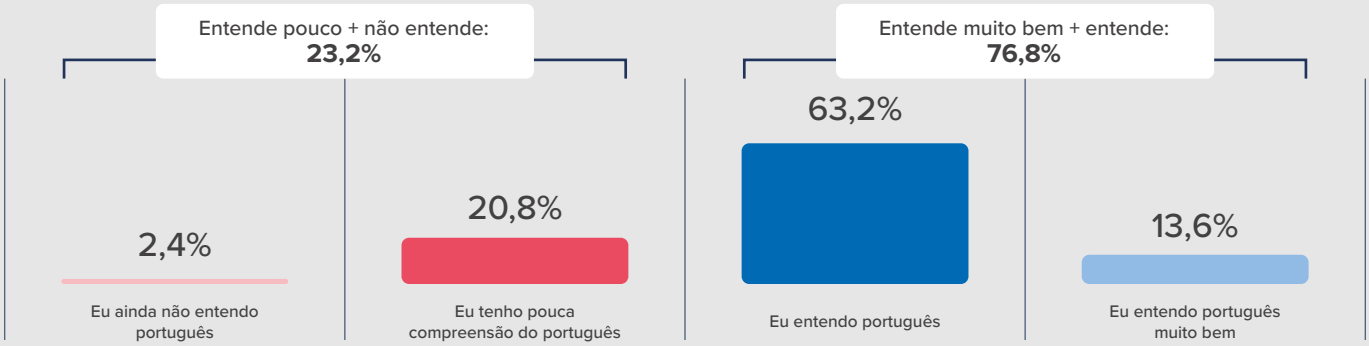
Gráfico 64: Percepção de discriminação pela condição de refugiado ou migrante n=419



PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA

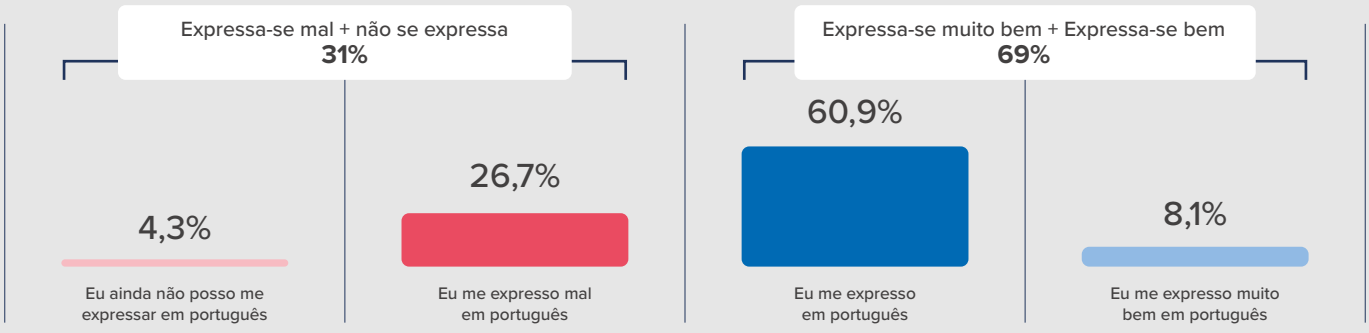
Para 76,8% a sua compreensão da língua portuguesa é muito boa (13,6%) ou boa (63,2%). Aqueles que entendem pouco (20,8%) ou não entendem nada (2,4%) somam 23,2%.

Gráfico 65: Percepção da compreensão da língua portuguesa n=419



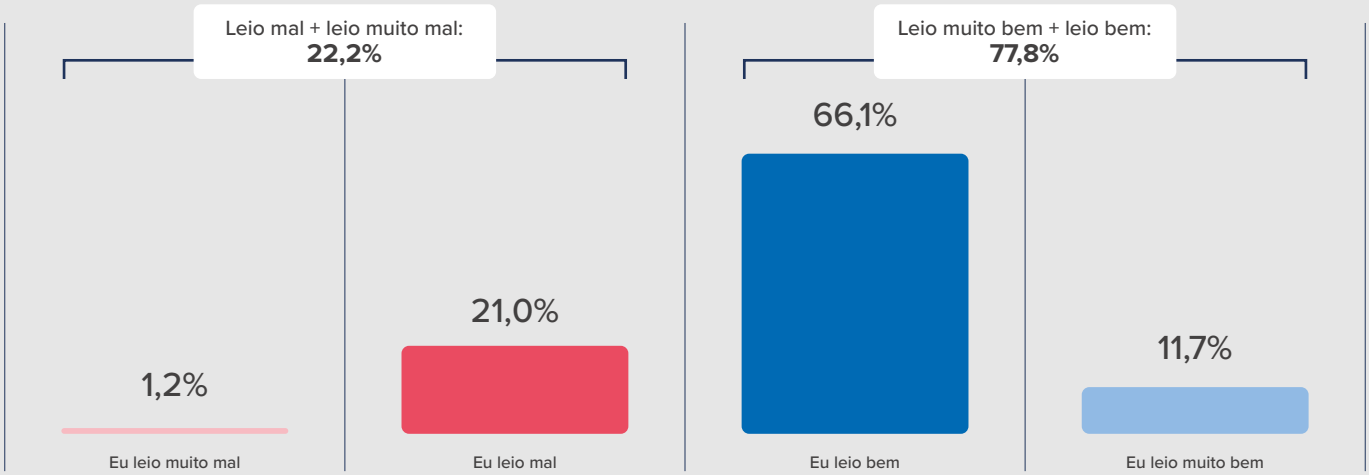
Enquanto 69% sentem que se expressam muito bem (8,1%) ou expressam bem (60,9%) em português, 31% indicaram sentir que se expressam mal (26,7%) ou muito mal (4,3%).

Gráfico 66: Percepção da comunicação (expressão) na língua portuguesa n=419



Para 77,8% a sua leitura em português é muito boa (11,7%) ou boa (66,1%). 22,2% consideram que leem mal (21%) ou que leem muito mal (1,2%).

Gráfico 67: Percepção da leitura na língua portuguesa n=419



Ao analisar três variáveis para a percepção da proficiência em português - compreensão, expressão e leitura – propôs-se reduzi-las a um único fator, que foi linearizado numa escala de 0 a 10 que denominamos Escala de Proficiência em Português.

A pontuação média na Escala de Proficiência em Português foi de 6,10. Aqueles 25% que têm proficiência mais baixa pontuaram em 5,53 (1º quartil). Aqueles 25% que têm proficiência mais alta pontuaram em 6,66 (3º quartil), pontuação esta que também é a mediana e a moda da distribuição, de forma que 43,7% dos entrevistados têm essa pontuação.

Gráfico 68: Escala de proficiência em português n=419



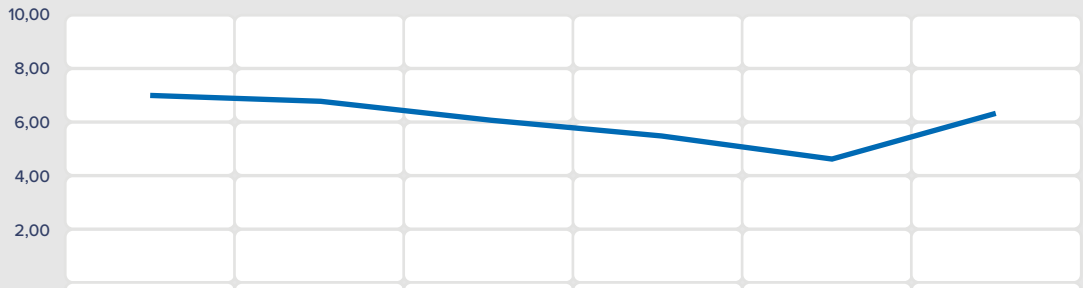
1º quartil	5,53
Média	6,10
Mediana	6,66
3º quartil	6,66

Apresentam percepção de maior proficiência em português moradores das regiões Leste e Centro-Sul; pessoas de até 24 anos e na faixa de 40 a 49 anos; pessoas com formação técnica ou universitária e com emprego formal ou emprego sem carteira assinada. Verifica-se percepção de menor proficiência em português nos residentes da região Norte, pessoas com 50 anos ou mais; formação até Ensino Fundamental; e exercendo a atividade de ambulante ou que não estão disponíveis para o trabalho.

Gráfico 69: Infográfico - perfil das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas com maior probabilidade de pontuarem mais na Escala de Proficiência em Português

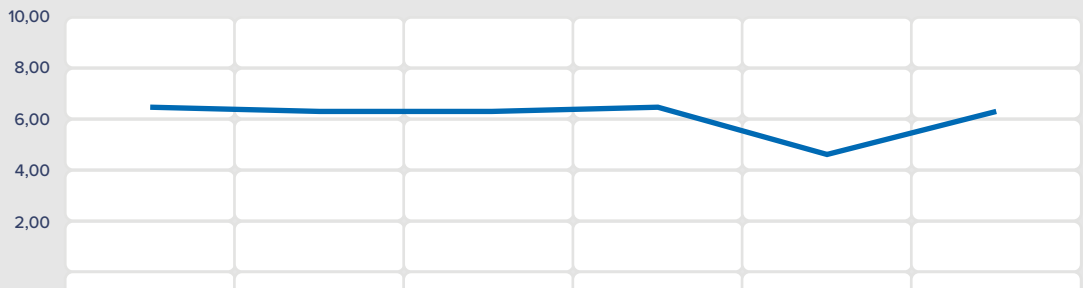


Gráfico 70: Notas de 0 a 10 na Escala de Proficiência em português segundo Região de Manaus



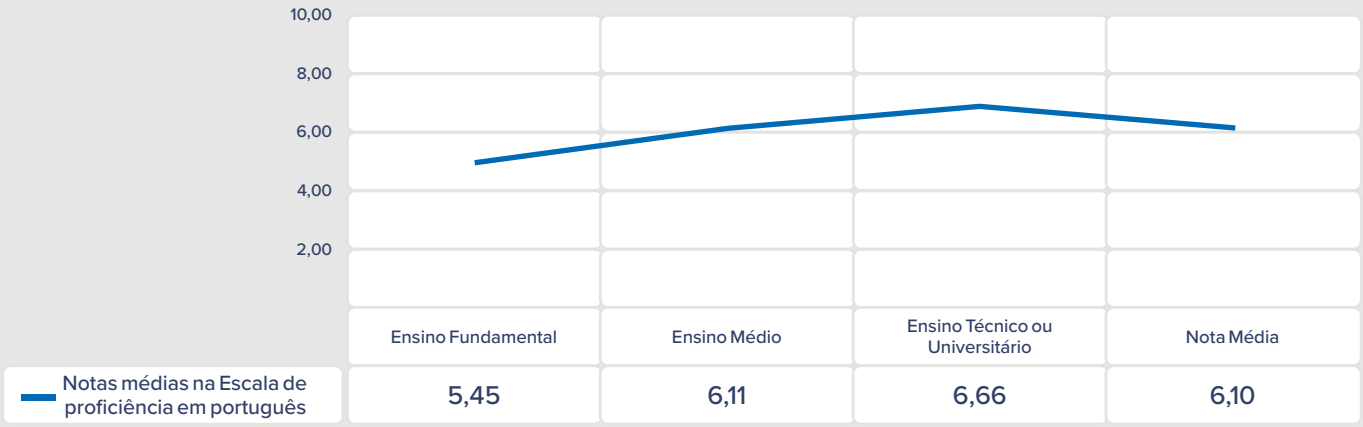
	Leste	Centro-Sul	Oeste	Centro-Oeste	Norte	Média
Notas médias na Escala de proficiência em português	6,47	6,31	6,01	5,74	5,28	6,10

Gráfico 71: Notas de 0 a 10 na Escala de Proficiência em português segundo Faixa etária



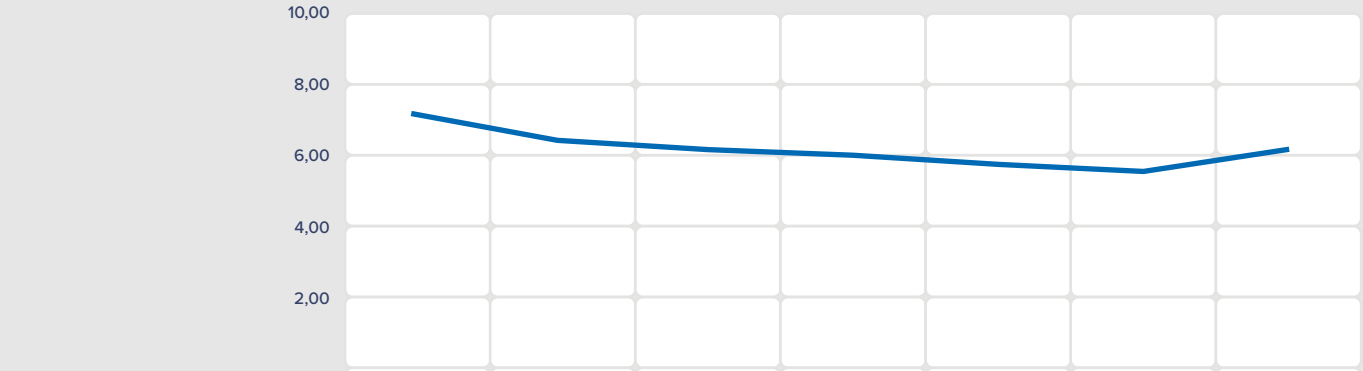
	Até 24 anos	De 25 a 29 anos	De 30 a 39 anos	De 40 a 49 anos	50 anos ou mais	Média
Notas médias na Escala de proficiência em português	6,25	6,14	6,18	6,32	4,97	6,10

Gráfico 72: Notas de 0 a 10 na Escala de Proficiência em português segundo Escolaridade



	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Técnico ou Universitário	Nota Média
Notas médias na Escala de proficiência em português	5,45	6,11	6,66	6,10

Gráfico 73: Notas de 0 a 10 na Escala de Proficiência em português segundo Situação ocupacional



	Emprego com carteira	Emprego sem carteira	Dono do próprio negócio	Desempregado	Ambulante	Fora de força de trabalho	Média
Notas médias na Escala de proficiência em português	7,13	6,49	6,13	6,00	5,74	5,57	6,10

Realizaram curso de português desde que chegaram ao Brasil 25,5% dos respondentes.

Aqueles que realizaram curso de português pontuam mais na Escala de Proficiência em português do que aqueles que não fizeram curso, respectivamente média de 6,82 e de 5,85.

Gráfico 74: Realização de curso de português no Brasil

n=419

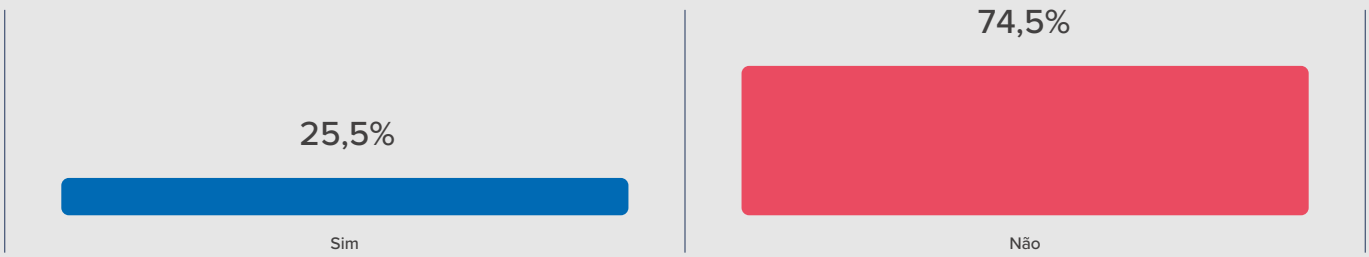
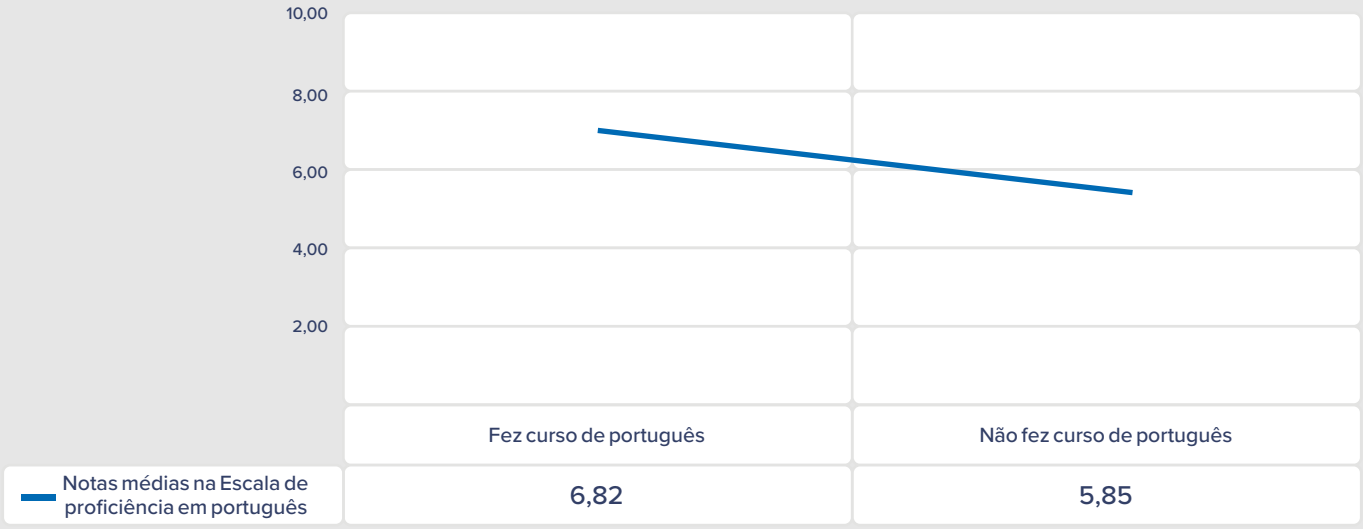
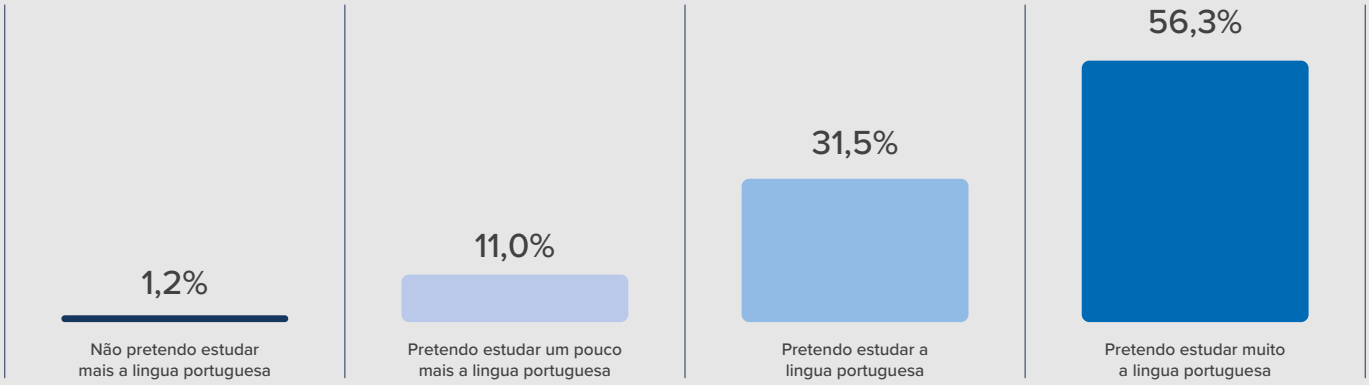


Gráfico 75: Notas de 0 a 10 Escala de Proficiência em português segundo Realização de curso de português



Pretendem estudar muito a língua portuguesa 56,3% dos respondentes da amostra; 31,5% pretendem estudar; 11% pretendem estudar um pouco; e 1,2% não pensam em estudar mais a língua portuguesa.

Gráfico 76 : Intenção de estudo da língua portuguesa n=419





Relatório Analítico

Bloco 7
Determinantes da renda familiar

©ACNUR/Felipe Irnaldo

MODELOS DE REGRESSÃO

Com o propósito de explorar as **condicionantes da renda familiar** das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas residentes em Manaus, foram elaborados quatro modelos de regressão linear relacionados a alguns dos principais fatores que incidem sobre os rendimentos obtidos pelos entrevistados. Considerando-se que a variável de renda familiar é de natureza numérica e contínua, foi empregado o modelo de regressão linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), um dos métodos mais utilizados e consagrados para análises inferenciais (quando se usa uma amostra aleatória de dados de uma população para fazer inferências sobre essa população como um todo). A variável dependente dos modelos é o logaritmo da renda familiar informada pelos entrevistados[1]. Nos quatro modelos, as análises procuraram estimar o efeito que as variáveis elencadas possuem sobre a renda familiar da população entrevistada.

Modelo 1: gênero, escolaridade, idade, tempo de permanência, familiares no domicílio e conhecimento de português VERSUS renda familiar

Gênero e renda familiar - A primeira variável mensura o efeito do gênero dos entrevistados sobre a renda familiar. Os resultados apontam que os homens têm uma ligeira vantagem em termos de renda, ainda que sem significância estatística. Ser homem aumenta em 3,93% a renda em relação a ser mulher[2]. Se trata de um efeito de magnitude relativamente baixa, que aponta para as conhecidas disparidades de renda entre homens e mulheres, mas sugestivo de que a diferença entre os gêneros em relação à renda familiar tende a ser menor à medida em que seja maior a precariedade e a informalidade da inserção laboral[3].

Escolaridade e renda familiar - A escolaridade é um fator que geralmente possui forte influência na determinação da renda de um indivíduo, como se depreende dos dados neste relatório indicados na PNAD[4]. Os refugiados e migrantes venezuelanos que têm Ensino Médio completo possuem renda familiar 12,39% mais elevada em relação aos indivíduos que possuem apenas o Ensino Fundamental completo. Também, aqueles que possuem formação técnica (média ou superior) possuem renda familiar 12,47% mais elevada em relação às pessoas apenas com Ensino Médio completo. Ainda, ter completado o ensino superior eleva em 17,11% a renda de uma pessoa refugiada e migrante venezuelana em relação àqueles apenas com Ensino Médio completo[5]. Esse aumento de renda entre o nível mais alto de formação escolar (universitária) e mais baixo (fundamental), entre pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, é muito pequeno em relação ao que se verifica entre a população brasileira geral nacionalmente: os rendimentos do trabalho de quem tem nível superior são, em média, 230% superiores aos rendimentos de quem tem nível fundamental de escolaridade. Verifica-se, assim, a precariedade da inserção laboral das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, com baixa influência de sua formação profissional sobre sua renda.

Idade e renda familiar - A variável idade tem um efeito negativo sobre a renda, mas sem significância relevante. De acordo com os resultados do modelo 1, cada ano a mais de idade dos entrevistados diminui em 0,16% sua renda.

Tempo de permanência em Manaus e renda familiar - A variável que mede o tempo de permanência desde a chegada das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas a Manaus aponta efeito relativamente pequeno. Cada mês a mais transcorrido desde a chegada de uma pessoa entrevistada à capital do Amazonas aumenta em 0,43% sua renda. Há que se considerar que o acúmulo de meses pode, nos médio e longo prazos, gerar um incremento razoável no rendimento das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas. Este é um dado interessante quando comparado a estudos realizados junto à população de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Boa Vista[6], onde, com menos oportunidades de inserção laboral do que se verifica em Manaus, o tempo no Brasil não apresenta impacto no rendimento das famílias.

1 - Foi utilizado o logaritmo natural da variável original renda para criar o modelo, pois a variável original não possui distribuição normal necessária para o Modelo de Mínimos Quadrados de regressão linear.

2 - Para obter o efeito percentual da variável, calcula-se o exponencial do coeficiente reportado na tabela, subtrai-se 1 deste valor e multiplica-se por 100.

3 - Como se viu nas tabelas de contingência, é maior a presença de homens do que de mulheres em empregos formais (com carteira assinada), empregos regulares (sem carteira assinada) e em prestação de serviços regular e autônomo; mas, em contraposição, é maior a presença feminina em trabalho ambulante em feiras de Manaus.

4 - Segundo a PNAD (2oT/2021), no Brasil, entre as pessoas com ensino fundamental completo o rendimento médio do trabalho era de BRL 1.602,00; entre as pessoas com ensino médio era de BRL 1.906,00; e entre as pessoas com ensino superior era de BRL 5.296,00. Registra-se, assim, um ganho de renda em função da escolaridade.

5 - Os dois coeficientes do modelo - Ensino técnico médio e/ou superior em relação ao Ensino Fundamental e Ensino Universitário em relação ao Ensino Fundamental não apresentam significância estatística.

6 - Pesquisa do tipo survey realizada entre julho e setembro de 2021 junto à população de refugiados e migrantes venezuelanos em Boa Vista e junto à população de interiorizados pelo projeto Acolhidos Por Meio do Trabalho, empreendido pela AVSI Brasil, com financiamento da Fundação AVSI e Embaixada dos Estados Unidos.

Quantidade de familiares no domicílio e renda familiar - Ao verificar a variável que mede o número de familiares vivendo no mesmo domicílio dos entrevistados e que estejam envolvidos em alguma atividade remunerada observa-se que, para cada familiar a mais que pratica atividade remunerada no domicílio dos entrevistados, aumenta-se em 66,7% a renda familiar. Tal resultado atesta a importância da inserção laboral de mais de um membro de cada núcleo familiar, sugerindo que políticas e ações que visam estimular que as famílias tenham mais de um membro empregado podem ter resultados bastante expressivos no sentido de melhorar os rendimentos das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas. Para isso, contudo, é necessário solucionar as questões de cuidados com recém-nascidos e crianças em idade escolar que demandam cuidadores, que faz com que sobretudo as mães fiquem indisponíveis para o trabalho: como se viu na tabela que avalia a situação ocupacional do entrevistado em relação ao gênero, 15,2% das mulheres que participam desta pesquisa não estão no mercado laboral porque dedicam-se a cuidar de familiares. Há, no conjunto dos indivíduos que compõem as 419 famílias representadas nesta amostra, 19,3% de crianças de 0 a 5 anos e 16,5% de crianças de 6 a 12 anos.

Conhecimento de Português e renda familiar - O nível de proficiência em língua portuguesa foi fator que registrou efeito significativo sobre a renda familiar dos entrevistados. Cada ponto a mais na Escala de Proficiência em Português do entrevistado eleva em 4,83% sua renda familiar. A repercussão da proficiência em português sobre a renda familiar da pessoa entrevistada só não é maior pelo achatamento dos rendimentos em geral verificado pelos outros fatores analisados para pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas.

Portanto, para driblar a precariedade da inserção laboral de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas, o número de pessoas trabalhando no arranjo familiar constitui saída para a sobrevivência, como se observa no efeito sobre a renda familiar que o número de familiares realizando atividade remunerada no domicílio exerce. São também fatores ligados à inserção no mercado de trabalho a proficiência em língua portuguesa e o tempo de estada na cidade, mas com impacto menor. Variáveis comumente associadas a impactos significativos sobre a renda de indivíduos em outras situações sociais, como gênero, escolaridade e idade apresentaram menor impacto no caso das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus.

Tabela 27: Resultados do Modelo de Regressão: Variável dependente Renda familiar

	Modelo 1
Gênero	0.039
	(0.058)
Ensino Médio	0.117*
	(0.070)
Técnico Médio/Superior	0.118
	(0.090)
Superior (graduação ou pós)	0.158
	(0.107)
Idade	-0.002
	(0.003)
Tempo em Manaus (meses)	0.004*
	(0.002)
Familiares no mercado de trabalho	0.511***
	(0.040)
Proficiência em língua portuguesa	0.047***
	(0.016)
Constante	5.857***
	(0.159)
N	391
R^2	0.328
R^2	0.314

Tabela 27: Resultados do Modelo de Regressão: Variável dependente Renda familiar

Erro Padrão Residual	0.535 (df = 382)
F	23.303*** (df = 8; 382)
Obs.	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

O foco específico de análise dos dois modelos seguintes recai sobre duas variáveis específicas. A primeira refere-se a possuir ou não documentação de regularização migratória. O objetivo da inclusão desta variável neste novo modelo que chamamos de Modelo 2, é avaliar se as pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas em Manaus com documentação de regularização migratória possuem renda mais elevada e, em caso afirmativo, qual seria a diferença de renda em relação àqueles que não possuem documentação de regularização migratória. Para mais, no terceiro modelo em questão que chamamos de Modelo 3, incluímos uma variável relacionada à conectividade. Busca-se conhecer se possuir acesso à internet (por celular ou wi-fi) tem impacto sobre a renda familiar dos entrevistados e, em caso afirmativo, qual seria a dimensão desse impacto.

Modelo 2: documentação VERSUS renda familiar

Assim, o Modelo 2 inclui a variável *documentação* juntamente com as demais variáveis de controle que Modelo 1 indicou significativos para o impacto na determinação da renda das famílias migrantes venezuelanas em Manaus. Os resultados indicam que possuir documentação de regularização migratória é um fator com efeito positivo sobre a renda familiar dos entrevistados. A renda dos indivíduos que possuem documentação de regularização migratória é 27,5% mais alta do que a renda dos indivíduos sem documentação de regularização migratória[7]. Trata-se de um efeito considerável que sugere que a regularização migratória de pessoas refugidas e venezuelanas abre oportunidades de trabalho e melhora de renda, bem como de acesso a benefícios sociais importantes para garantir um patamar de rendimentos melhor para os indivíduos entrevistados.

Dentre as demais variáveis, o gênero teve pouca importância, apontando que o gênero não impacta em diferenças de rendimentos entre homens e mulheres em um contexto da inserção laboral. Já a escolaridade tem efeito moderadamente positivo sobre a renda, e somente a conclusão do Ensino Médio teve efeito significativo em relação ao Ensino Fundamental: aqueles que concluíram este nível de ensino têm sua renda 13,5% mais alta em relação àqueles que têm somente o ensino fundamental completo. Ainda, os anos a mais de idade e o tempo medido em meses que estes passaram em Manaus praticamente não afetaram a sua renda, diferentemente do que se verificou no Modelo 1, que não manteve sob controle a variável da documentação. Esse resultado é sugestivo de que, com o passar do tempo em Manaus, há tendência de obtenção de documentação de regularização migratória por pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas. Por outro lado, neste Modelo 2, o número de familiares envolvidos em alguma atividade remunerada continua a afetar fortemente a renda dos entrevistados. Cada familiar a mais que possui atividade remunerada aumenta a renda dos entrevistados em 87,7%, um efeito elevado e significativo. Também se mantém expressivo o efeito da proficiência em português. Cada ponto a mais na escala de proficiência dos entrevistados em língua portuguesa aumenta em 3,31% a renda das pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas entrevistadas.

Modelo 3: acesso à internet VERSUS renda familiar

O Modelo 3 é composto pelas mesmas variáveis de controle do Modelo 1 (que não considera documentação), ao qual foi adicionada a variável acesso à *internet*. Os resultados indicam que ter alguma forma de acesso à internet (seja por pacote de dados de celular, seja por wi-fi) não produz efeito significativo sobre a renda dos entrevistados. Como hipótese, podemos considerar que, sem vinculação com canais e portais de empregabilidade, as redes virtuais de refugiados e migrantes venezuelanos prestam-se para apoio mútuo em relação a informações diversas, mas não se incluem ofertas de emprego e possibilidades de inserção laboral de maneira significativa.

As demais variáveis do Modelo 3 tiveram resultados semelhantes àqueles verificados no Modelo 2. Gênero e idade tiveram efeito não significativo sobre a renda dos entrevistados. As faixas de escolaridade tiveram efeito positivo e moderado e somente o grau de Ensino Médio teve efeito significativo em relação ao Ensino Fundamental. Os indivíduos que possuem escolaridade até o Ensino Médio têm sua renda 12,3% mais elevada em relação aos entrevistados que possuem apenas o Ensino Fundamental completo.

7 - Para obter o efeito percentual da variável calcula-se o exponencial do coeficiente reportado na tabela, subtrai-se 1 deste valor e multiplica-se por 100.

Sem a variável documentação neste Modelo 3, o tempo de residência em Manaus demostra que cada mês a mais na cidade aumenta a renda da população considerada em 0,4%, um resultado pouco expressivo. Possuir maiores números de familiares que exercem atividade remunerada registrou novamente efeito positivo considerável, em que cada familiar a mais trabalhando aumenta em 89% a renda familiar dos indivíduos entrevistados. Da mesma forma, a proficiência em língua portuguesa também apresenta efeito positivo sobre a renda, de modo que cada ponto a mais no score de proficiência em português dos entrevistados aumenta em 4,25% a sua renda. No geral, os resultados dos Modelos 2 e 3 reforçam os achados da exploração do Modelo 1, que aponta para a importância de fatores como a presença de mais familiares realizando atividade remunerada e o nível de proficiência em língua portuguesa na determinação da sua renda. A escolaridade apresenta-se como um fator com efeito positivo, mas não possui significância em todos os níveis educacionais mensurados. Gênero, idade e o tempo de permanência em Manaus apresentam relevância pequena para a renda, apenas o último sendo significativo nas regressões dos Modelos 1 e 3, uma vez que, no Modelo 2, a variável documentação absorve e explica efeito positivo do tempo sobre a renda familiar: possuir documentação de regularização migratória no Brasil confere diferença importante na renda dos entrevistados, condição que tende a ser alcançada por aqueles sem documentação de regularização migratória com o passar do tempo. Aqueles que possuem documentação de regularização migratória têm renda mais elevada do que os indivíduos ainda sem documentação de regularização migratória. Por outro lado, no Modelo 3, o acesso à internet apresentou valores negativos, contrariando a expectativa de que este recurso possibilitaria o acesso a mais fontes de renda para as pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas. Trata-se de um efeito não esperado e que demanda maior aprofundamento para ser compreendido, mas aponta-se hipótese para exploração futura de que as redes virtuais de solidariedade entre pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas não estão conectadas as portais e sistemas que possam gerar maior empregabilidade.

Tabela 28: Resultados dos Modelos 2 e 3 de Regressão

	Renda	
	Modelo 2	Modelo 3
Gênero	0.034	0.038
	(0.057)	(0.057)
Ensino Médio	0.127*	0.117*
	(0.069)	(0.069)
Técnico Médio/Superior	0.090	0.073
	(0.088)	(0.088)
Superior (graduação ou pós)	0.173	0.160
	(0.109)	(0.109)
Idade	-0.001	-0.001
	(0.003)	(0.003)
Tempo em Manaus	0.003	0.005**
	(0.002)	(0.002)
Familiares	0.630***	0.637***
	(0.045)	(0.045)
Proficiência	0.033**	0.042***
	(0.016)	(0.016)
Documentação	0.244**	
	(0.124)	
Internet		-0.131
		(0.100)
Constante	5.525***	5.795***
	(0.181)	(0.177)
N	383	383

Tabela 28: Resultados dos Modelos 2 e 3 de Regressão		
R2	0.372	0.368
R2 Ajustado	0.357	0.353
Erro Padrão Residual	0.525	0.527
F	24.554***	24.173***
Observação - *p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01		
Erro padrão entre parênteses		

Modelo 4: realização de curso de qualificação profissional *VERSUS* renda familiar

Para fins de verificar se a participação em cursos de qualificação por parte de refugiados e migrantes venezuelanos influencia de maneira significativa as suas perspectivas de obtenção de renda, foi testado o Modelo 4. Este acrescenta aos modelos anteriores uma variável binária que indica se o entrevistado realizou algum curso de formação profissional desde a sua chegada ao Brasil.

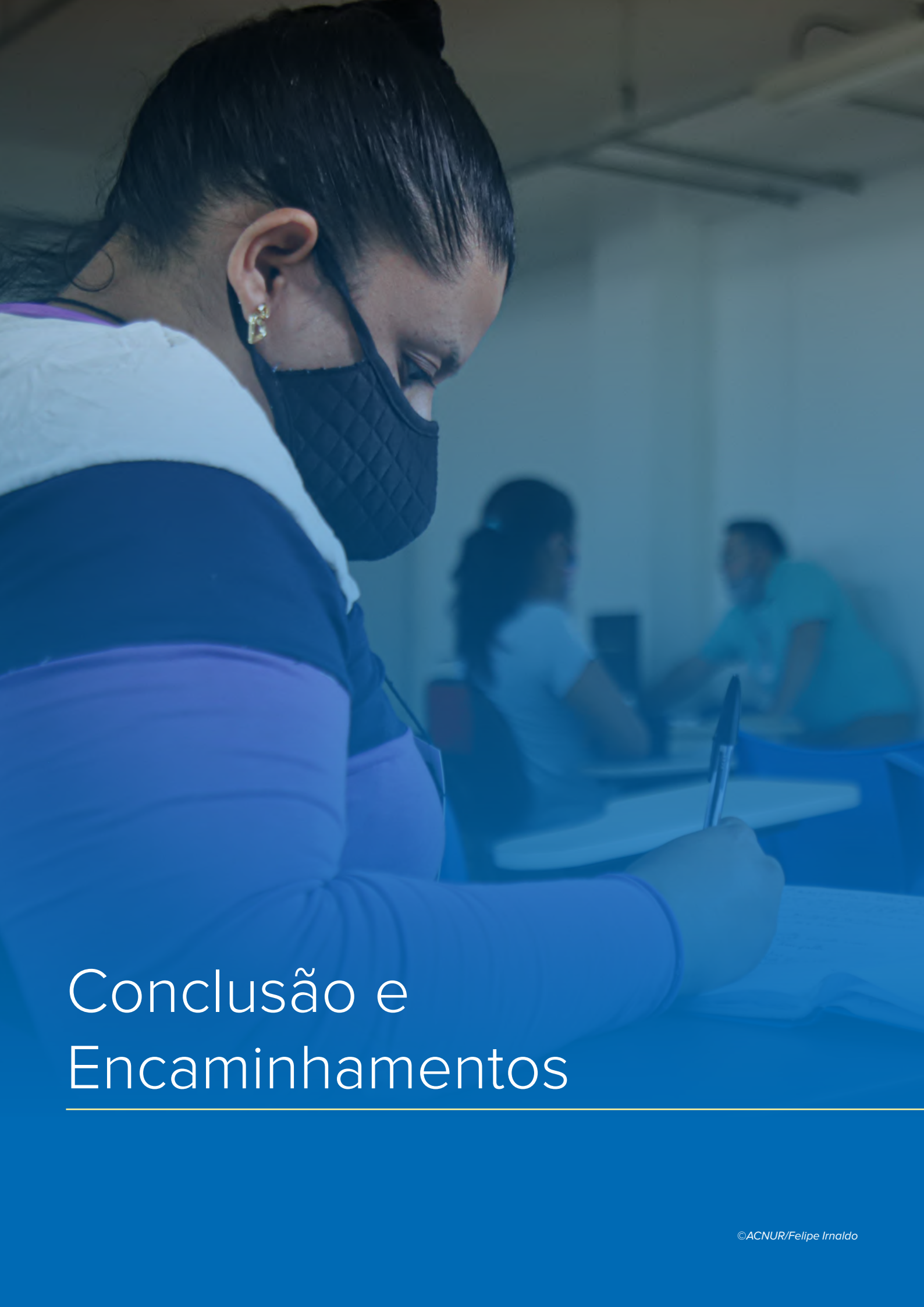
Tendo sempre como variável dependente o indicador da renda dos entrevistados utilizado nas regressões anteriores, este modelo, de maneira geral apresenta pouca alteração nos resultados em relação aos demais. Os resultados da nova variável "ter participado em curso de qualificação profissional" não possuem significância estatística e apresenta efeito bastante fraco sobre o indicador de renda dos entrevistados. Aqueles que buscaram qualificação no país tenderam a ter renda menor em 6,95% relativamente àqueles que não o fizeram.

Uma hipótese para este resultado deriva do fato de que dois terços daqueles que responderam ter realizado alguma formação profissional no país serem do gênero feminino (66,9% são mulheres, enquanto 33,1% são homens) – e como visto nas análises anteriores, as mulheres têm renda reduzida em comparação aos homens. Além disso, a participação em cursos, conquanto possa ajudar a inserção laboral do indivíduo através do acesso a redes de contato profissional, também significa um investimento de tempo que pode afastá-los temporariamente da procura por emprego e do seu exercício.

As demais variáveis de controle do modelo apresentam comportamento semelhante àquele verificado nas outras análises de regressão. Gênero apresenta um efeito fraco e não estatisticamente significativo. Ser homem aumenta a renda do entrevistado em 3,46% em relação a ser mulher. Dentre as variáveis referentes à escolaridade, somente ter completado o ensino médio teve efeito relativamente à categoria de referência composta por aqueles com ensino fundamental. A idade dos respondentes e o seu tempo de permanência no Brasil têm efeito marginal sobre a renda (0,1% e 0,4% respectivamente) e não significativo sobre a renda dos entrevistados. Novamente, a quantidade de familiares trabalhando no domicílio apresentou efeito forte e com alta significância estatística (nível de confiança de 0,01). Cada familiar a mais vivendo com o respondente aumenta em 89,46% sua renda. Efeitos também fortes e significativos (nível de 0,05) foram encontrados para a variável que mede o nível de proficiência do entrevistado em língua portuguesa e para a variável que indica seu status de documentação no país. Cada nível a mais de pontuação no score de proficiência eleva a renda do respondente em 4,19%. Já aqueles que possuem documentação regular no Brasil têm a renda 31,39% superior em relação àqueles que ainda não possuem documentação de regularização migratória no Brasil.

No geral, os resultados do Modelo 4 corroboram os achados dos demais modelos e acrescentam uma dimensão a mais no quadro na análise dos determinantes da renda dos refugiados e migrantes venezuelanos. O fato de que as mulheres têm renda reduzida em comparação aos homens se desdobra em não haver resultado significativo na relação entre a realização de curso de qualificação e a renda, no que dois terços dos respondentes que realizaram cursos são do gênero feminino. Estes indicativos relativos à capacitação profissional podem apontar para a necessidade de maior enfoque dos segmentos dos cursos aos perfis profissionais das pessoas venezuelanas e às áreas de maior demanda de mão de obra em Manaus – e que é a proposta deste estudo – com vistas a possibilitar que a capacitação profissional promova efeitos positivos sobre a renda, no que pode viabilizar a inserção laboral em determinados segmentos que demandam capacitação profissional. Este resultado aponta para a necessidade de que esta e as demais intervenções para acesso a emprego e geração de renda para mulheres sejam expandidas, de maneira que sua colocação profissional permita seu aumento de renda.

Tabela 29: Resultados do Modelo 4 de Regressão	
	Renda
Gênero	0,034
	-0,057
Ensino Médio	0,125*
	-0,069
Técnico Médio/Superior	0,097
	-0,089
Superior (graduação ou pós)	0,168
	-0,109
Idade	-0,001
	-0,003
Tempo em Manaus	0,004
	-0,002
Familiares	0,639***
	-0,045
Proficiência	0,041**
	-0,017
Documentação	0,273**W
	-0,125
Internet	-0,152
	-0,1
Curso	-0,072
	-0,063
Constante	5,599***
	-0,195
N	383
R2	0,378
R2 Ajustado	0,36
Erro Padrão Residual	0,524
F	20,502***
Obs:	*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01
Erro padrão entre parênteses	



Conclusão e Encaminhamentos

©ACNUR/Felipe Irnaldo

CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS

Os dados apontam para a existência de potencial para a integração socioeconômica de refugiados e migrantes na cidade de Manaus, mas reconhece uma série de desafios para que o acesso a direitos e soluções duradouras pela população seja garantido, evidenciando a necessidade de ação conjunta dos diferentes atores envolvidos na resposta a essa população, relacionada principalmente ao acesso ao trabalho e à geração de renda. Dessa forma, os resultados apresentados pela pesquisa servem de subsídio para a ação não apenas do ACNUR e de todas as organizações que formam parte da Operação Acolhida, mas também ao poder público em suas três esferas, à sociedade civil e ao setor privado, na busca pela promoção do desenvolvimento local e nacional.

A partir dos achados sobre o perfil socioeconômico e laboral, constata-se que as mulheres se encontram em situação ocupacional menos favorável do que os homens, indicando a importância em considerar que **intervenções para geração de renda de pessoas refugiadas dediquem-se necessariamente a envolver a participação de mulheres para a promoção da autossuficiência**. 15,2% das mulheres não estão no mercado laboral por dedicarem-se a cuidar de membros da família e 36% de todos os núcleos familiares da pesquisa são famílias monoparentais chefiadas por mulheres, o que demonstra ser imprescindível que ações que visem a inserção laboral e geração de renda das populações refugiadas e migrantes tenham em conta as mulheres e as necessidades específicas que advém dessa condição e dos papeis que assumem como chefes de família e cuidadoras, como os desafios surgidos quando não há garantia de acesso a creches e escolas.

A alta conectividade da população sugere que seja factível considerar a disseminação de informações relevantes para sua integração local por meio de veículos digitais. Tendo em vista a tendência verificada por empresas e agências de recursos humanos de divulgação de vagas de trabalho e inscrições para processos seletivos por meios digitais, promover o acesso dessas pessoas a tais oportunidades pode ampliar consideravelmente suas possibilidades de inserção laboral.

Igualmente, é necessário considerar a disseminação de informação sobre direitos e deveres trabalhistas, no que se verifica pouco conhecimento, com vistas a garantir que a inserção laboral dessa população seja segura e em condições dignas.

A maioria dos entrevistados indica não ter realizado curso de português, ao mesmo tempo em que considera sua proficiência no idioma como boa, mas não muito boa. É importante considerar que a realização de cursos de língua portuguesa tenha relevância ressaltada para essa população, bem como que sua oferta seja ampliada, tendo em vista que o aperfeiçoamento da proficiência no idioma pode permitir acesso à oportunidades de trabalho hoje inacessíveis por demandarem um maior domínio do idioma. Aponta-se também a importância de que as iniciativas de cursos de qualificação profissional possam ser expandidas e adequadas aos perfis socioeconômicos e laborais da população venezuelana residindo em Manaus, bem como às áreas de maior demanda de mão de obra na cidade, de maneira que essa formação impacte positivamente na inserção laboral e aumento de geração de renda.

Os setores de alimentação e hotelaria, limpeza e conservação e da construção civil são aqueles em que se verifica maior experiência e interesse de refugiados e migrantes venezuelanos, podendo contar com uma maior ocupação por sua parte. Ao mesmo tempo, a indústria é setor de interesse expressivo, porém sem experiência previa, sendo importante promover capacitação profissional voltada ao setor. Paralelamente, os setores de beleza e estética e de costura são de experiência anterior significativa, mas não são áreas de interesse expressivo de trabalho no Brasil – importando realizar investigação mais aprofundada nesse sentido.

A inserção laboral dessa população hoje se dá de maneira precária, em áreas distintas de sua qualificação, e com rendimentos baixos. Assim, **é necessário que se promova o envolvimento de atores tanto do setor público, setor privado e sociedade civil que promovam que a oferta de mão de obra disponível de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas possa ir ao encontro da demanda de mão-de-obra que o setor privado de Manaus requer.**

A população refugiada e migrante venezuelana em Manaus apresenta perfil educacional elevado com formação profissional em Educação, Administração, Engenharia e Enfermagem e isso oferece uma janela de oportunidade de desenvolvimento local para aproveitar esse potencial de modo a complementar e diversificar a economia local, seja para a prestação de serviços para o setor público, privado ou humanitário. Para a otimização dessas potencialidades, é importante que a revalidação de títulos e diplomas seja viabilizada e facilitada, de maneira que tanto possa aumentar oportunidades de prover rendimentos maiores quanto que se amplie a possibilidade de ocupação de vagas de trabalho em áreas que possam carecer de profissionais especializados.

Ao passo que 82,3% dos entrevistados indicam intenção de seguir vivendo no Brasil e construir sua vida

no país, e tomando em conta que Manaus oferece um potencial econômico relevante – o qual será analisado em profundidade na próxima publicação desta série –, verifica-se a importância de intensificação da promoção de intervenções em meios de vida e geração de renda para a população refugiada e migrante venezuelana em Manaus por parte do poder público, agências da ONU e atores da sociedade civil, de maneira a oportunizar a integração local da população refugiada e migrante venezuelana em Manaus.

Para tanto, importa considerar as áreas de experiência profissional prévia da população refugiada e migrante venezuelana e nas quais se sentem mais confortáveis para trabalhar, defronte às áreas que apresentam abertura e demanda de mão de obra, como será analisado na publicação subsequente desta mesma série – de avaliação de mercado junto a representantes do setor privado – para envidar esforços de articulação com representantes setoriais e empresas das áreas supracitadas, permitindo conjunção entre experiência e intenção de trabalho da população refugiada e migrante venezuelana e atendimento à demanda de mão de obra do setor privado.

> *"É necessário que se promova o envolvimento de atores tanto do setor público, setor privado e sociedade civil que promovam que a oferta de mão de obra disponível de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas possa ir ao encontro da demanda de mão-de-obra que o setor privado de Manaus requer."*



©ACNUR/Felipe Irnaldo

Anexos

Aspectos Metodológicos

CONCEITOS EMPREGADOS NA PESQUISA

Foram utilizados os conceitos elencados a seguir, tomando por referência a mesma conceituação empregada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos levantamentos censitários e Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílios (PNAD).

Família: Embora na literatura antropológica e sociológica a definição de família não se restrinja ao grupo domiciliar, uma vez que os laços, em particular no contexto do deslocamento de pessoas, podem extrapolar o domicílio, a cidade e o país, para operacionalizar o conceito de família esta pesquisa adotou os mesmos critérios do IBGE, firmando o alcance da família nos limites físicos da moradia.

Família principal (nuclear) e família secundária: Se os domicílios têm famílias conviventes (famílias estendidas) compostas por duas ou mais famílias nucleares, parentes ou não-parentes. Por exemplo: um casal com seis filhos é uma família única (8 pessoas); mas se um dos filhos desse mesmo casal se casa e continua a morar no mesmo domicílio – tendo ou não filhos – constitui-se como uma nova família. Nesse segundo caso teríamos uma família principal (composta pelo casal de pais) e uma família secundária. Se no mesmo domicílio está a família nuclear e a mãe e/ou pai de um ou dos dois membros do casal, foi adotado o critério da independência financeira para definir o número de famílias. Se são independentes financeiramente, foram considerados núcleos familiares distintos; se dependentes financeiramente de um dos membros do casal, foram considerados um único núcleo familiar.

Tipos de família: As famílias podem ser biparentais (dois responsáveis pelos filhos presentes); monoparentais (apenas um dos responsáveis pelos filhos presente); casal sem filhos; e ainda, também são tipificadas aquelas pessoas que vivem só em um domicílio.

Abrigos: Os arranjos familiares entrevistados que vivem em abrigos em Manaus foram identificados a partir do ponto focal no abrigo, laços de parentesco e responsabilidade mútua entre os seus membros no processo de deslocamento e abrigamento.

Força de trabalho: pessoas com 14 anos ou mais[1], que estão disponíveis para o trabalho, exercendo algum tipo de atividade remunerada ou procurando se inserir no mercado laboral.

Força de trabalho ocupada: pessoas que estão exercendo algum tipo de atividade remunerada.

Taxa de participação na força de trabalho: pessoas na força de trabalho (ocupadas ou desocupadas) em relação à população total.

Força de trabalho não ocupada (desemprego): o desemprego, segundo o IBGE, se refere às pessoas com idade para trabalhar (acima de 14 anos) que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e tentam encontrar trabalho. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego. É preciso também estar disponível para o trabalho e estar procurando a inserção no mercado laboral.

Taxa de desemprego ou de desocupação: pessoas que estão desempregadas e procurando se inserir no mercado laboral em relação às pessoas que integram a força de trabalho.

Subocupação por insuficiência de horas trabalhadas: pessoas com jornada inferior a 40 horas semanais, gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para tanto.

Pessoas fora da força de trabalho: são pessoas que não estão trabalhando e não estão procurando emprego. Dividem-se em duas categorias: 1) pessoas na força de trabalho potencial[2] (não estão na força de trabalho, mas possuem um potencial para serem integradas a esta força); e 2) pessoas fora da força de trabalho potencial (dentre as quais estão as mulheres que cuidam da casa e não trabalham fora, adolescentes em idade escolar, aposentados e outras pessoas que não têm interesse ou condições de trabalhar)

PLANEJAMENTO AMOSTRAL

Seleção probabilística - A partir da listagem de 5.849 nomes de pessoas refugiadas e migrantes venezuelanas não indígenas residentes em Manaus fornecida pelo ACNUR no Brasil, com informações de sua lista de pessoas às quais presta apoio na capital amazonense, assim como com dados fornecidos pelas organizações Hermanitos, Instituto Mana, CARE/ADRA, Cáritas Manaus, Abrigo Coroado e Abrigo Oásis, todas instituições que dão apoio humanitário a essa

1 - A legislação brasileira permite o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos, mas veda ao menor de 16 anos qualquer outro trabalho, bem como veda ao menor de 18 anos o trabalho em condições perigosas ou insalubres.

2 - São pessoas que não procuraram emprego no mês de referência da pesquisa, seja por desalento (cansaço, desânimo em relação às possibilidades que percebem como baixas), mas estão disponíveis para o trabalho. Segundo o IBGE, são vários os motivos que levam as pessoas de desistirem de procurar trabalho, entre eles: não encontrar trabalho na localidade; não conseguir trabalho adequado; não conseguir trabalho por ser considerado muito jovem ou idoso; ou não ter experiência profissional ou qualificação.

população no estado do Amazonas, foram selecionados de forma sistemática e aleatória os indivíduos da amostra, apenas um de cada arranjo familiar.

O cálculo do tamanho da amostra e margem de erro se deu segundo a fórmula[3] em que N representa o tamanho da população, a proporção de referência, $q = 1 - p, z_{\alpha/2}$, denota um percentil da distribuição normal padrão associado ao nível de confiança e é a margem de erro.

Para a população de interesse N = 5.849 indivíduos listados, nível de confiança de 95% e margem de erro de 7 pontos percentuais para mais ou para menos, foram realizadas 216 (n) entrevistas. Como foi selecionada aleatoriamente, a primeira metade da amostra constitui o controle para a comparação das estimativas com aquelas indicadas na segunda metade da amostra selecionada de forma não probabilística.

$$n = \frac{N.p.q.\left(z_{\alpha/2}\right)^2}{(N-1).E^2 + p.q.\left(z_{\alpha/2}\right)^2}.$$

-

3 - Miot HA. Tamanho da amostra em estudos clínicos e experimentais. J Vasc Bras. 2011; 10:275-8.

Abrigos - Entre os 216 entrevistados selecionados da lista de referência do ACNUR, 38 entrevistas foram realizadas com as pessoas de referência de arranjos familiares acolhidos no abrigo Coroado, na região Leste de Manaus e no abrigo Oásis, no bairro Adrianópolis, região Centro-Sul de Manaus.

Seleção bola de neve - A amostra por bola de neve é uma técnica não probabilística por meio da qual os indivíduos selecionados da população de interesse indicam outros indivíduos, com a condicionante estabelecida nesta pesquisa de que as indicações não fossem de pessoas residentes no mesmo domicílio. Com o propósito de cobrir espacialmente todas as regiões de Manaus, a equipe da Pólis Pesquisa partiu de sementes em um bairro de cada região, que passaram, por seu turno, a indicar outros indivíduos não residentes no mesmo domicílio para participar da pesquisa. Por meio de indicações das sementes iniciais listadas pela Pólis Pesquisa nos bairros Centro (Região Sul), Compensa (Região Oeste), Colônia Santo Antônio (Região Norte), Jorge Teixeira (Região Leste), Adrianópolis (Centro Sul) e Redenção (Centro Oeste) foram localizadas e entrevistadas 203 pessoas, em 40 bairros de Manaus.

Tabela[1] 30: Distribuição da amostra sistemática aleatória selecionada da lista do ACNUR segundo regiões de Manaus

Região da cidade	n (pessoas)	%
Sul Bairros: Centro, Cachoeirinha, Crespo, Educandos, Japiim, Morro da Liberdade, Nossa Senhora da Aparecida, Petrópolis, Praça 14 de Janeiro, Raiz, São Francisco	59	27,3%
Leste Bairros: Coroado, Armando Mendes, Colônia Antônio Aleixo, Jorge Teixeira, Mauazinho, Comunidade Bela Vista/Puraquequara, São José, Tancredo Neves, Zumbi dos Palmares	53	24,5%
Norte Bairros: Cidade Nova, Colônia Santo Antônio, Colônia Terra Nova, Lago Azul, Monte das Oliveiras, Nova Cidade, Novo Aleixo, Novo Israel, Riacho Doce, Alfredo Nascimento, Novo Mundo	34	15,7%
Centro-Oeste Bairros: Alvorada, Bairro da Paz, Dom Pedro, Redenção	26	12,0%
Centro Sul Bairro: Cidade de Deus e Adrianópolis	25	11,6%
Oeste Bairros: Tarumã, Tarumã-Açu, Compensa, Glória, Lírio do Vale, Nova Esperança, Santo Antônio, São Raimundo, Vila da Prata, Parque São Pedro	17	7,9%
Rural Localidade: Estrada de Autazes - Careiro Castanho e Estrada Serra Baixa - Iranduba	2	0,9%
Total	216	100,0%

1 — Este relatório trabalha com estatísticas com uma casa decimal. Em decorrência de arredondamentos, a estatística descritiva de algumas variáveis poderá não alcançar ou exceder em até 0,1% o somatório de 100%.

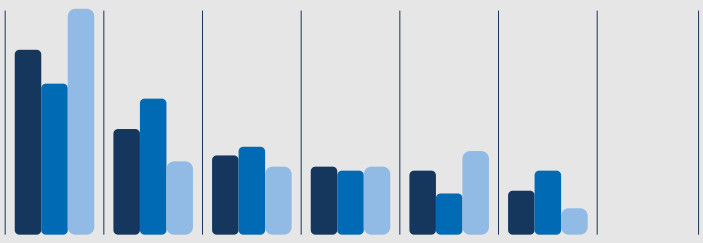
Tabela 31: Distribuição da amostra indivíduos em bola de neve, a partir de "sementes" listadas em diferentes regiões de Manaus

Região da cidade	n (pessoas)	%
Sul Bairros: **Centro**, Vila Buriti, Praça 14 de Janeiro, Petrópolis, Japiim, Educandos, Crespo Distrito Industrial 1, Colônia Oliveira Machado, Cachoeirinha, Betânia	83	40,9%
Oeste Bairros: **Compensa I**, II e III, Parque São Pedro/Tarumã, Vila da Prata, São Jorge, Santo Agostinho, Nova Esperança, Lírio do Vale	31	15,3%
Norte Bairros: **Colônia Santo Antônio**, Novo Aleixo, Santa Etelvina, Campo Dourado, Nova Cidade, Monte das Oliveiras, Lago Azul, Colônia Terra Nova	28	13,8%
Leste Bairros: **Jorge Teixeira**, Ouro Verde, Zumbi dos Palmares, Tancredo Neves, São José Operário, Mauazinho, Coroado, Armando Mendes	27	13,3%
Centro Sul Bairros: **Adrianópolis**, Flores, Aleixo, Cidade de Deus	24	11,8%
Centro-Oeste Bairros: **Redenção** e Alvorada	10	4,9%
Total	203	100,0%

Distribuição da amostra entre conjuntos de dados - Para análise neste relatório, as estimativas serão apresentadas para toda a amostra n=419 (número de respondentes), sendo reportadas diferenças significantes apenas quando observadas entre os dois conjuntos de dados. 51,6% dos entrevistados foram identificados a partir da lista de referência fornecida pelo ACNUR, enquanto os demais 48,4% respondentes foram selecionados a partir de lista elaborada pela técnica de bola de neve. **Considerando-se a amostra total de indivíduos selecionados (n=419), residentes em 63 bairros de Manaus, a margem de erro máxima estimada, dentro de um nível de confiança de 95%, é de +/- 5 pontos percentuais.**

Distribuição espacial da amostra - Considerando o conjunto da amostra, 33,9% das entrevistas foram realizadas na região Sul; 19,1% na região Leste; 14,3% na região Norte; 12,2% na região Centro-Sul; 11,5% na região Oeste; 8,6% na região Centro-Oeste e 0,5% na região rural, entorno de Manaus. Comparadas as duas amostras, há na região Sul e Oeste maior presença de entrevistados na amostra "bola de neve" em relação à amostra aleatória; já nas regiões Leste e Centro-Oeste verifica-se o inverso.

Gráfico 1: Distribuição da amostra por regiões de residência n=419

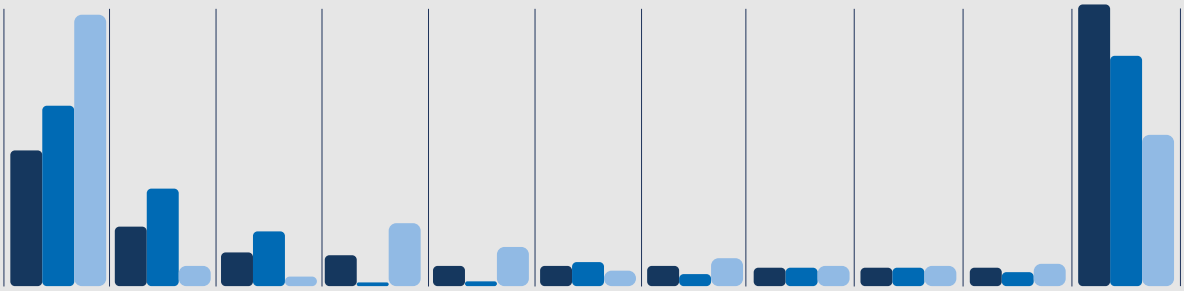


	Sul	Leste	Norte	Centro Sul	Oeste	Centro Oeste	Rural
Amostra	33,9%	19,1%	14,3%	12,2%	11,5%	8,6%	0,5%
Lista de referência Acnur	27,3%	24,5%	15,7%	11,5%	7,9%	12,0%	0,5%
Bola de Neve	40,9%	13,3%	12,8%	12,8%	15,3%	4,9%	0

Os respondentes da amostra vivem em 63 bairros de Manaus. Os bairros Centro (região Sul) e Coroado (região Leste) são aqueles com maior presença de respondentes da amostra - respectivamente 20,5% e 9,1%.

Gráfico 2: Distribuição da amostra por bairros de residência

n=419



	Centro	Coroado	Alvorada	Adrianópolis	Compensa	Cidade Nova	Educandos	Colônia Santo Antônio	Novo Aleixo	Tarumã	Outros
Amostra n= 419	20,5%	9,1%	5,0%	4,8%	3,3%	3,1%	3,1%	2,9%	2,9%	2,9%	42.4%
Lista de referência Acnur	27,3%	14,8%	8,3%	0,5%	0,9%	3,7%	1,9%	2,8%	2,8%	2,3%	34,7%
Bola de neve n= 203	40,9%	3,0%	1,5%	9,4%	5,9%	2,5%	4,4%	3,0%	3,0%	3,4%	23,0%

Parceiros do ACNUR em Manaus:

Apoiando a resposta humanitária no Brasil, o ACNUR agradece as contribuições de:

O ACNUR também agradece nossos doadores privados

O ACNUR Brasil aprecia o apoio e parceria de todas as outras agências da ONU, autoridades brasileiras (a nível federal, estadual e municipal) e organizações da sociedade civil envolvidas na resposta de emergência e nos programas regulares de sua operação brasileira.

UNHCR ACNUR
Agência da ONU para Refugiados

@ACNURBrasil
/ACNURPortugues
@acnurbrasil
/company/acnurportugues

acnur.org.br

acnur.org (Américas)
unhcr.org (Global)

CONTATO

Sara Angheleddu
Chefe do Escritório de
Campo do ACNUR em Manaus
angheled@unhcr.org

Para mais informações:

brabrpi@unhcr.org